



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FÁBIO HENRIQUE GOMES PONTES



**Fricções Territoriais entre Agricultura
Camponesa e Mineração no Sudeste Paraense. O
Caso da APA do Igarapé Gelado**

**Belém-Pará
2023**

FÁBIO HENRIQUE GOMES PONTES

**Fricções Territoriais entre Agricultura Camponesa e Mineração
no Sudeste Paraense. O Caso da APA do Igarapé Gelado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel

Belém-Pará

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Pontes, Fábio Henrique Gomes

Fricções territoriais entre agricultura camponesa no Sudeste paraense. O caso da APA do Igarapé Gelado / Fábio Henrique Gomes Pontes; orientador, Fabiano de Oliveira Bringel. – Belém, 2023.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-graduação em Geografia. Belém. 2023.

1. Minas e recursos minerais-Carajás, Região de (PA).2. Questão agrária-Carajás-Região de (PA). 3. Territorialidade. I. Bringel, Fabiano de Oliveira. II. Título.

CDD. 23° ed. 307

Regina Coeli A. Ribeiro – CRB-2/739

FÁBIO HENRIQUE GOMES PONTES

Fricções Territoriais entre Agricultura Camponesa e Mineração no Sudeste Paraense. O Caso da APA do Igarapé Gelado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel

Resultado: _____

Data: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabiano Oliveira Bringel – Orientador
Universidade do Estado do Pará.

Prof.^a Dra. Catia Oliveira Macedo-Examinadora interna
Universidade do Estado do Pará.

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva.-Examinador externo.
Universidade Federal do Pará-UFPA

Dedico essa dissertação à minha filha, Laura Gomes. Desde o seu nascimento me mostrou olhar o mundo sobre outros significados, além de, ser uma inspiração para todo o dia fazer-se um pai "Perfeito". Amo você, Laurette!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento importante, pois podemos explicitar as pessoas que foram nossos alicerces nas intempéries, assim como, nos louros da pesquisa.

Primeiramente, a minha querida mãe: Dona Dayse, sempre preocupada com a minha saúde nos momentos da “reclusão” para escrever a dissertação. Serei eternamente grato. Te amo, mamãe!!!

Agradeço também, as minhas irmãs (o), Mônica, Yara, Marcel e Marissol, vocês fazem parte dessa empreitada pelo Mestrado. Sou grato a vocês também.

À minha ex-companheira Andresa e sua mãe Dona Edna. Tive que me “afastar” alguns meses no convívio e educação com a nossa pequena Laura. Saibam que o afastamento foi por um bom motivo. Muito obrigado! Serei eternamente grato.

As amizades construídas no mestrado. Mesmo que, em formato EAD no início do programa em virtude da Covid 19. As queridas Rafaela, Brena e por última Silvia. Agradeço o companheirismo e por dividir as inquietações nas fases do mestrado.

Aos amigos(a), que conquistei em Parauapebas. Derenice (Derê), Marlene, Beatriz, Josélio (caxias), Natan e Poliana (dividiu parte das angústias no mestrado). Sou grato a vocês!

Ao Sérgio Ribeiro, desde o pré-projeto estive ao meu lado no mestrado, lendo os meus textos e ao mesmo tempo torcendo por mim. Muito Obrigado, querido!!!!

Aos professores do Programa de pós-graduação em Geografia. Emerson, Willame, Catia, Bruno Malheiro, Aiala Colares, João Márcio e Fabiano. Sou outra pessoa depois das aulas e conselhos. Obrigado Mestres!

Ao Orientador, Prof. Dr. Fabiano Bringel, desde os tempos de TCC e agora no mestrado me ajudou nesta empreitada. Sempre me “puxando” de volta, para focar na dissertação. Obrigado Mestre!!!

E aos colonos da APA do Igarapé Gelado, pelo convívio desde as nossas aulas na Educação de Jovens e Adultos -EJA, algumas inquietações nasceram no convívio com vocês, literalmente no “chão da sala”. Sem vocês, não seria possível realizar esse trabalho.

MUITO OBRIGADO!!!!

RESUMO

Desvendar a relação de poder assimétrica entre empresa mineradora e o campesinato na região de Carajás; é nesse viés que a presente dissertação demonstra ao envolver a dimensão territorial, ambiental e a questão Agrária na Amazônia. A pesquisa decorreu em algumas etapas, no primeiro semestre de 2021 adentramos na Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, APA do Gelado, localizada na Floresta Nacional de Carajás –FLONACA, no Sudeste do Pará, *lócus* do nosso estudo. Para a coleta de dados, utilizamos documentos institucionais (IBAMA, ICMBio e VALE). Contudo, a etapa principal da nossa pesquisa foi o trabalho de campo. Foi possível utilizamos como técnica de pesquisa, gravações em áudios e entrevistas abertas e semiestruturadas, a qual buscamos dialogar entre o momento da conquista da terra e a relação estabelecida entre a VALE e os camponeses. Além disso, utilizamos fotografias para aproximar o leitor da realidade de nossa pesquisa. Em outros momentos, o uso do diário de campo foi imprescindível. Percorremos os lotes dos colonos que ainda resistem no território. Discorremos sobre isso pelo fato de que muitas famílias sofreram impactos profundos em seu modo de vida e de produção e, logicamente, em sua reprodução social camponesa. Barragens, vigilância, estratégia corporativa e uso restrito ao território na APA são alguns dos elementos constrangedores às territorialidades dessas unidades camponesas. Os dados nos induzem a problematizar as estratégias corporativas da mineradora, promovida principalmente pela Vale, que ao reforçar contradições próprias da sua atividade, demanda territorialidades assimétricas ao converter os bens comuns em uma lógica de acumulação permanente. Como consequência dessas ações nos territórios camponeses, intensifica-se os conflitos territoriais e, contraditoriamente, abrem-se possibilidades para reprodução do campesinato nas franjas da extração mineral em Carajás-Pa.

Palavras chave: Mineração. Campesinato. Carajás. APA. Território. VALE.

RESUME

Desentrañar la relación de poder asimétrica entre empresa minera y el campesinato en la región de Carajás, en esta inclinación que el presente compromiso de esta pesquisa se presenta en esta disertación. Esto es, entre la dimensión territorial y ambiental de la cuestión agraria en la Amazonia. En el primero semestre de 2021 adentramos en la Área de Protección Ambiental del Arroyo Helado, APA del Helado, ubicada en la Floresta Nacional de Carajás –FLONACA, en el Sudeste del Pará, *locus* de nuestro estudio. Para la recolecta de datos, utilizamos documentos institucionales (IBAMA, ICMBio e VALE). Con todo, la etapa principal de nuestra pesquisa fue el trabajo de campo. Utilizamos como técnica de pesquisa, grabaciones de audio y entrevistas abiertas y semiestructuradas, sobre la cuál buscamos dialogar entre el momento de la conquista de la tierra y la relación establecida entre la Vale y los campesinos. Además, utilizamos fotografías para aproximar el lector de la realidad de nuestra pesquisa. En otros momentos, el uso del diario de campo fue imprescindible. Pasamos los lotes de los colonos que aún (r)existen en el territorio. Discurrimos sobre eso porque muchas familias sufrieron impactos profundos en su modo de vida y de producción y, lógicamente, en su reproducción social campesina. Barrajes, vigilancia, estrategia corporativa y uso restringido al territorio en la APA son algunos de los elementos embarazosos a las territorialidades de estas unidades campesinas. Los datos nos inducen a problematizar la acción de la práctica minera, promovida principalmente por la Vale que refuerza contradicciones propias de su actividad, causando problemas ambientales al convertir los bienes comunes en una lógica de acumulación permanente. Como consecuencia, se intensifican los conflictos territoriales y, contradictoriamente, se abren posibilidades para la reproducción del campesinato en las franjas de la extracción mineral en Carajás-Pa.

Palabras clave: Mineración. Campesinato. Carajás. APA. Territorio. VALE.

História de Parauapebas

No ano de 81

24 de setembro

Ceguei nessa região

Ainda hoje me lembro

Parauapebas e suas Raízes

Pra falar de suas origens

Da sua matriz eu entendo

No ano de 82

Devido a serra norte

Com a demanda de Minério

Que até hoje é muito forte

A vale e seus empresários

Recrutam operários

Muitos deles deram sorte

Ainda em 82

Os primeiros assentamentos

A Andrade Gutiérrez

Fazendo a estrada mata à dentro

Getat e Incra colonizando

Dr. Faisal consultando

Os doentes do Momento.

[...]

As casinhas eram feitas

A pau-a-pique de açai

Pois ninguém jamais pensava de fixar morada aqui

A mulherada e bebidas eram coisas preferidas somente para curtir¹.

¹ Texto escrito pelo cordelista Antônia da Costa, *Raízes de Parauapebas. Origem e transformação* (COSTA, 2020, p. 02).

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Recolhimento da CFEM nos últimos 10 anos entre os estados da Amazônia Legal.....	49
Figura 02: As estratégias territoriais da VALE.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Principais ações do estado brasileiro na Amazônia.....	41
Tabela 02: Ocupação de lotes da APA do Gelado 2014.....	69
Tabela 03: Unidades de conservação e Terras Indígenas no Mosaico Carajás.....	78
Tabela 04: Comitê Gestor da APA Gelado.....	89

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Cartazes espalhados pelos principais pontos de encontro na APA do Gelado.....	50
Foto 02: Ponto de encontro Santa Cruz.....	71
Foto 03: Entrada da APA do Gelado.....	71
Foto 04: Foto antes da portaria da mina N4.....	73
Foto 05: Entrada de acesso a portaria a mina N4.....	73
Foto 06: Desembarque do Cobre, Projeto Salobro.....	73
Foto 07: Portaria mina N4.....	73
Foto 08: Acesso a empresa Barbosa Melo.....	73
Foto 09: Antigo acesso a assossiação APA do Gelado.....	73
Foto 10: Sede das Filhas da Terra.....	83
Foto 11: Sede da APROAPA.....	84
Foto 12: Palestras com educandos.....	92
Foto 13: Cartazes avisando sobre o treinamento.....	95
Foto 14: Barragem do Gelado.....	96
Foto 15: Sinalização caso ocorra o rompimento da barragem.....	97
Foto 16: Torre com sirenes.....	97
Foto 17: Roça da Família do Sr. Raimundo Nonato.....	96
Foto 18: Benfeitorias no roçado.....	100
Foto 19: Forno de barro.....	100
Foto 20: Pilar arroz.....	100
Foto 21: Casa e o sítio.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Proposta metodológica, utilizando a dialética.....	27
Quadro 02: Propósito da criação da APA, de acordo com o Plano de Manejo Sustentável.....	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização de Parauapebas.....	23
Mapa 02: Ocorrências de conflitos com mineração no campo, por período (2004 - 2020)	44
Mapa 03: Mosaico das áreas protegidas na FLONA de Carajás, Parauapebas/Pa.....	67
Mapa 04: Localização da APA.....	68
Mapa 05: Títulos minerais requeridos na APA do gelado e entorno.....	76
Mapa 06: Interesse minerário sobre Unidades de Conservação (2020)	77
Mapa 07: Floresta Nacional de Carajás.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANM- Agência Nacional de Mineração
- APA- Área de Proteção Ambiental
- APAIG- Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado
- APROAPA- Associação dos Produtores da Área de Proteção Ambiental
- CVRD- Companhia Vale do Rio Doce
- CEFEM- Compensação Financeira pela Exploração Mineral
- CEDERES- Centro de Desenvolvimento Regional.
- EJA- Educação de Jovens e Adultos
- EUA- Estados Unidos da América
- EIA- Estudos de Impactos Ambientais
- UEPA- Universidade do Estado do Pará
- FLONA- Floresta Nacional
- GETAT- Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
- ICMbio- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
- INESC- Instituto de Estudos Socioeconomicos
- MST- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra
- MAM- Movimento dos Atendidos pela Mineração
- PDA- Plano de Desenvolvimento da Amazônia
- PFC- Projeto Ferro Carajás
- PEA- Programa de Educação Ambiental
- PPGG- Programa de Pós-graduação
- RIMA- Relatório de Impacto Ambiental
- IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
- TAC- Termo de Ajustamento de Conduta
- TI'S- Terras Indígenas
- SNUC- Sistema Nacional Unidade de Conservação
- UC's- Unidades de Conservação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Ocorrências de conflitos por mineração no campo brasileiro, por estado (2004 - 2020).....	45
Gráfico 02: Previsão de contratação de mão-de-obra Mina N3.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1.1 - Procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa proposta	25
1.2 - Etapas metodológicas da pesquisa.....	28
1.3 - A trajetória da pesquisa e o trabalho de campo:	28
1.4 - O problema da pesquisa	29
CAPÍTULO 2: Formação sócio-espacial do Sudeste Paraense: Entre Castanhais, Ferro e Ferrovia	33
2.2 - A oligarquia dos castanhais	36
2.3 - Mineração e questão agrária.....	39
2.4 - Territórios Minerados:	46
CAPÍTULO 3: A construção do território camponês na APA do Gelado	53
3.1 - No tempo do garimpo.....	54
3.2 - Quando não era APA: “O Povo dizia que era terra da Vale”	59
3.2.1 - Unidade de conservação: APA do Gelado	65
Capítulo 4 - Para quem é a proteção Ambiental? Territorialização da mineração e campesinato.	74
4.1 - Proteção para quem?.....	74
4.2 - Território da Vale:.....	85
4.2.1 - Programa de educação Ambiental: PEA	90
4.1.2 - Território do Medo: “Quem dá segurança é Deus”	92
4.3. - <i>“Eu entrei pra cá beirando a ferrovia”</i> – Tecendo territorialidades camponesa	98
4.3.1 - Terra de trabalho:.....	99
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
Anexos	1111

INTRODUÇÃO

A epígrafe que inicia esta dissertação escrita pelo cordelista, Antônio Costa, apresenta-nos a partir da literatura um pouco do que conhecemos como a Região de Carajás². A partir da literatura popular é possível compreender os percalços do autor até a sua chegada na Amazônia. A história de vida de seu Antônio entrelaça com a de tantos outros que migraram em direção à Carajás, nesse ínterim, espaço-tempo conhecemos os significados dos chamados grandes projetos.

O termo “fricção”, foi utilizado pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, ao estudar os índios Tukúna do Alto Solimões nas proximidades da fronteira com a Amazônia Colombiana. Ao adotarmos o termo “fricções Territoriais”, dialogamos também com as fricções interétnicas, isto é, quando duas ou mais etnias conjugam-se um caráter sistêmico e interdependência entre grupos, relação de caráter irreversível, assim como abrange os conflitos em constantes ebulição (OLIVEIRA, 1962). Por consequência, as fricções territoriais é a relação de territorialidades assimétricas, demarcado pelo conflito no uso do território, como característica exploratória dos recursos minerais em terras de povos Indígenas e camponesas na região de Carajás, sudeste do Pará.

A ocupação do território em Carajás³, ocorreu a partir do extrativismo da castanha no entorno dos Rios Tocantins e Itacaiúnas, nessas incursões pela floresta descobriu-se uma serra rica em cristais de rocha e diamantes, conhecida atualmente como a Serra de Carajás. Entre os cauchos e a extração da castanha ocorreram encontros e desencontros pelo vasto território amazônico. A história oficial, conta-nos a façanha do geólogo Breno dos Santos ao “descobrir” a reserva de Minério de Ferro em 1967 a mando da *USS Steeal*.

Momento zero de carajás, foi quando se iniciou pela Steeal um sobrevoo de reconhecimento na região, para se saber onde se iniciava o projeto de geologia [...] 5ª dia fomos até Jacareacanga, ou seja, nós sobrevoamos todo o pré-cambriano da asa norte do Amazonas entre o Tocantins, Araguaia e Tapajós. A linha de voo entre Marabá e São Felix passou em cima de uma aldeia de índios, os Xicrins que já tinham uma pista de pouso, em maio de

²Estão concentrados os maiores projetos de mineração da companhia Vale na região Sudeste paraense – levando em consideração também, a província mineral de Carajás, por considerar que os efeitos das atividades mineradoras nos permitem fazer este recorte nos municípios (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingú e Curionópolis (PALHETA et al, 2017 p. 332).

³ Não negamos a ocupação também pelos povos originários. Porém, para esta pesquisa, iremos delimitar um marco no espaço-tempo, no que entendemos como sudeste Paraense.

67. [...] enquanto nós fizemos essa volta aqui, para espionar a codin nos vimos no meio da floresta [...] uma clareira era um impacto visual muito grande. Daí surgiu logo a pergunta, por que surgia essa clareira (Breno dos Santos, XIII Semana de Geologia da UFMG).

A partir do relato acima é possível percebermos o momento inicial da “descoberta” da floresta de canga, típico de formações geológicas ricas em Minério de Ferro. Tal como no relato, as incursões dos geólogos da *Uss Steeal*, foram constantes até o pouso na Serra dos Carajás e a “descoberta” de grandes depósitos Minerais.

Todavia, incursões e interesses estrangeiros sobre o subsolo amazônico, ainda desperta a cobiça pela exploração dos recursos minerais. Ocasionalmente graves problemas de ordem social. É inegável que a abertura da fronteira mineral na Amazônia traz consigo violências materiais e simbólicas somadas as tantas outras, violências epistêmicas aos povos originários, camponeses e quilombolas. (ZHOURI, 2003). Ademais, esta dissertação parte do princípio que o avanço do grande capital mineral na Amazônia promoveu e promove movimentos de lutas pela terra, bem como (des)territorialização e (re)territorialização. Os grupos sociais exercem poder no espaço, sendo compreendidos em suas múltiplas escalas de ações, bem como material e imaterial (HAESBAERT, 2009).

A notícia de terras livres e trabalho na empreitada, motivou e atraiu centenas de famílias e pessoas para ocupar as terras próximas a Serra de Carajás, “*Gente do Maranhão, do Piauí, do Goiás, do Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Foram os primeiros imigrantes por um emprego brilhante na serra dos carajás*”⁴. Tal movimento, fez surgir um povoado distante de Marabá. O vilarejo Rio Verde, alguns anos mais tarde, iria se tornar a cidade de Parauapebas-Pa, emancipando-se de Marabá.

Os conflitos de terras no Pará e Maranhão chegaram a um aumento importante em 1990, em relação ao ano anterior, e em julho o líder do sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá foi assassinado em um desses choques. Em uma ação que reflete a luta contínua pela terra na Amazônia oriental, cerca de 500 famílias de sem-terras ocuparam o “cinturão Verde” protetor em volta da mina de ferro de Carajás e recusaram-se a sair, até que seja reassentado em terra agrícola em outro local (jornal do Brasil, 6-6-90). (HALL, 1990, p.14).

Observamos, desse modo, que o movimento de ocupação ao entorno de Carajás, deflagrou conflitos nas terras indígenas (TI’s) que foram os primeiros a

⁴ Antônia da Costa, em sua obra *Raízes de Parauapebas. Origem e transformação*.

sofrerem as violências ocorridas pelo avanço da frente mineral. Como exemplo, os Xicrins do Rio Cateté que tiveram licenças de operações de lavras em suas terras aprovadas a pedido da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em outros momentos os conflitos estabeleceram-se com os posseiros que ocupavam partes das terras indígenas e ocupação das “terras” da mineradora Vale.

Esta breve incursão no espaço-tempo do sudeste do Pará, tal qual, marca-se pelo avanço mineral sobre os territórios ocupados por populações locais, os sinais da exploração mineral é o símbolo desta porção da Amazônia – em suma, conhecemos como Amazônia dos Grandes Projetos Minerais. Isto implica, por sua vez, no discurso hegemônico da Mineração como atividade geradora de emprego e renda ou ainda na falácia do desenvolvimento sustentável.

A mina de carajás no sudeste Paraense, insere-se de maneira precária na onda extrativa em larga escala que a partir dos anos 2000 é identificado como reprimarização da economia na América latina, pautado na *commodities* minerais, (ZHOURI,2018). Indubitavelmente, o aumento da exploração mineral carrega consigo a destruição da natureza e dos territórios das populações locais.

El neoextractivismo contemporáneo puede ser caracterizado como un modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de bienes naturales, cada vez más escasos, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras de explotación hacia territorios antes considerados como improductivos desde el punto de vista del capital. El mismo se caracteriza por la orientación a la exportación de bienes primarios a gran escala, entre ellos, hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, entre otros), así como productos ligados al nuevo paradigma agrario (soja, palma africana, caña de azúcar). Definido de este modo, el neoextractivismo designa algo más que las actividades consideradas tradicionalmente como extractivas, pues incluye desde la megaminería a cielo abierto, la expansión de la frontera petrolera y energética, la construcción de grandes represas hidroeléctricas y otras obras de infraestructura –hidrovías, puertos, corredores bioceánicos, entre otros–, hasta la expansión de diferentes formas de monocultivos o monoproducción, a través de la generalización del modelo de agronegocios, la sobreexplotación pesquera o los monocultivos forestales (Svampa, 2009, p.27).

Para socióloga Maristella Svampa, o neoextrativismo baseado em bens primários como (Palma do Dendê, Petróleo e Minério), tem como característica a super exploração tanto da natureza como da mão-de-obra envolvida nos conglomerados internacionais, ou seja, a financeirização da natureza dominada por transnacionais ao deter como *locus* a América latina. Os estados latino-americanos, em especial o Brasil, apresenta-se como indutor desse modelo econômico exportador.

Tal assertiva é confirmada, a partir dos projetos de expansão da mineradora VALE, como o Projeto S11D em Canaã dos Carajás, ou mesmo, requerimentos de lavras e sondagens de minérios em territórios camponeses e TI's indígenas. As etapas do licenciamento ambiental e pesquisa de impactos ambientais, ficam sobre responsabilidade das corporações mineradoras, sendo os órgãos de controle ambiental um mero expectador na aplicação e fiscalização da legislação ambiental.

O cenário apresentado acima, é uma parte da territorialização do capital mineral na APA do Gelado, a mineradora tem demonstrado estratégias territoriais ao executar ações nas comunidades afetadas e próximas a mineração. Os requerimentos de pesquisa de lavra, estão em constante execuções. Assim, como demonstrado com os novos projetos, a exemplo a mina N3.

Ademais, a proteção ambiental é para quem?

Concomitante a isso, apresentamos a seguir a metodologia desta dissertação, para compreendermos os territórios e territorialidades impostos pela mineração na APA do Igarapé Gelado.

Nesta dissertação, os caminhos metodológicos tem como alicerce a pesquisa qualitativa, uma vez que de acordo com Lakatus (2003) a pesquisa em si mergulha em significados subjacentes e da própria complexidade dos fenômenos sociais a ser estudado, sendo que não se busca as generalizações de dados estatísticos. Deseja-se o aprofundamento das questões ditas complexas, compreender as territorialidades e os conflitos que são gerados pela mineração e as estratégias dos sujeitos pesquisados na sua reprodução social. Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Prodanov e Freitas (2013), traz a seguinte assertiva:

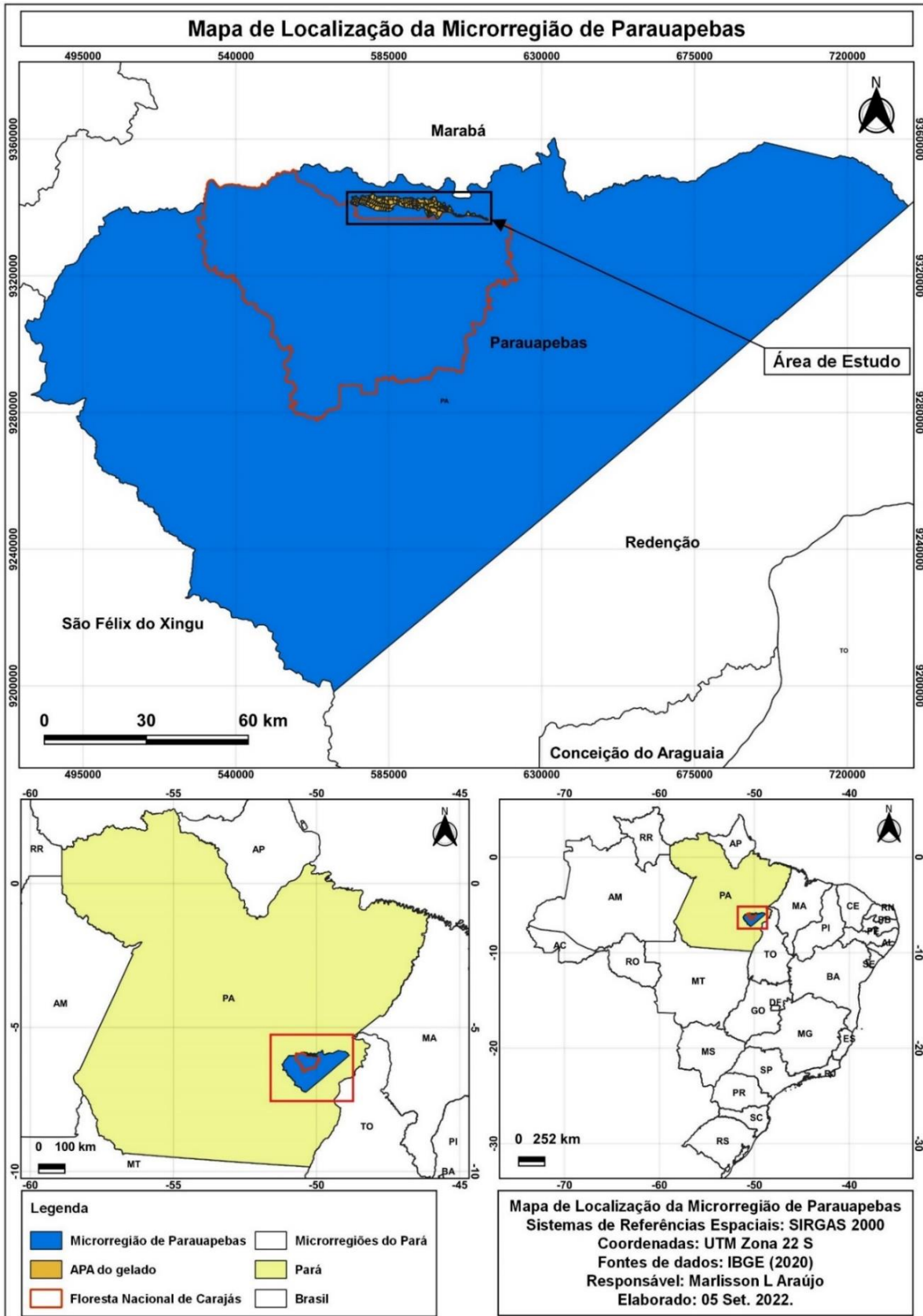
há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. (PRODANOV e FREITAS, 2013, P.70.)

Destarte, na geografia agrária a relação com o sujeito torna-se imprescindível para compreensão mais aprofundada do problema estudado. Ou ainda, o ouvir, observar e sentir o território torna-se elemento chave para o desenvolvimento da pesquisa corroborando para o rigor dos resultados. Portanto, a opção pela pesquisa

qualitativa é o suporte para o entendimento das relações em conflitos entre a grande corporação mineradora e o campesinato.

Outrossim, ao problematizar a territorialização do capital mineral em uma unidade de conservação (UC) APA do Igarapé Gelado, incorremos na tradição metodológica de um estudo de caso. Para Bourdieu (1989), o estudo de caso na pesquisa científica, busca-se compreender o olhar na singularidade, para apreender em escala maior outras questões gerais sobre o problema proposto. Para Goldenberg (2004), o estudo de caso abarca maior quantidade de informações, por meio de técnicas de pesquisa de campo é possível chegar a uma complexidade do problema proposto. Assim como, “através de um mergulho e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social” (Goldenberg, 2004, p.34). Nesse sentido, a pesquisa tem como *lócus* a Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado- APAIG, localizada no Município de Parauapebas, sudeste paraense. A APA engloba o mosaico das unidades de conservação da Floresta Nacional de Carajás (FLONA). Conforme observamos no mapa 01.

Mapa 01: Localização de Parauapebas



Fonte: IBGE (2020), com adaptações.

Na presente dissertação, delimita-se como estudo a APA do Gelado, Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, criado a partir do decreto federal Nº 97.718 DE 05 de Maio de 1989. A APA do gelado enquadra-se na Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Construir a pesquisa sobre os conflitos territoriais na APAIG, impõe-nos uma investigação social aprofundada em compartilhar com os moradores as suas experiências do cotidiano.

Diante disso, apresentamos o **Objetivo Geral**:

O presente trabalho tem como intuito estudar o território e as territorialidades na Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado (APAIG) em face as incursões da Mineradora VALE.

A seguir explicitamos os **Objetivos Específicos**:

- a) Compreender a formação sócio-espacial do sudeste Paraense, demonstrar as etapas do avanço do capital, desde os castanhais até os projetos agrominerais.
- b) Analisar o processo de territorialização da VALE em Carajás, como *locus* a APA do Gelado.
- c) Debater a fricção do território camponês frente ao capital Mineral, bem como pensar as dimensões dos conflitos entre o território camponês *versus* o capital mineral.

Para tanto, a dissertação está estruturada em 4 (quatro) capítulos, em primeiro plano incluem-se os textos de introdução, metodologia, como também, a conclusão. O **segundo** capítulo, é um mergulho na formação sócio-espacial do sudeste paraense. Desde os castanhais livres até o avanço do capital mineral em Carajás. O **terceiro** capítulo, traz a dimensão empírica desta dissertação, no trato com dados em campo. Busca-se ao máximo transpor a memória dos entrevistados no surgimento da APA do Gelado, antes de se tornar uma Unidade de conservação (UC) e os acontecimentos após esse processo. Revelando as tramas territoriais. O **quarto** e último capítulo, são analisados as formas da territorialização do capital mineral em Carajás, como estudo de caso a APA do igarapé gelado. Trazendo algumas considerações a que foi possível chegar nesta dissertação. Ao longo da construção dos capítulos, procuramos seguir as observações em campo, e assim, estruturar na composição do mesmo.

1.1 - Procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa proposta

[...] Lá é reserva não pode mexer, lá não pode pescar, não pode caçar não pode fazer nada. É porque o peixe é contaminado, agora não sei de que, dizem que é do minério. A barragem derrama no rio, aí sai cortando porque na barragem tem uma queda d'água lá no geladinho (Raimundo Nonato, APA Gelado, Parauapebas-Pa, junho de 2021).

O depoimento do agricultor familiar, Raimundo Nonato, deixa em evidência a questão central da presente dissertação de mestrado que engendra na relação do campesinato, mineração em grande escala e a questão agrária amazônica. Para além disso, evidencia-nos também a fricção da exploração mineral com os territórios camponeses, tecidos na unidade camponesa. Assim, é um testemunho dos graves problemas ambientais da mineração na Amazônia em especial na Província de Carajás, localizada no sudeste paraense.

A pesquisa tem revelado um campesinato de fronteira, aquele que vislumbra migrar para a fronteira amazônica como estratégias de reprodução camponesa. Muito embora a barreira do latifúndio na Região de Carajás, tenha imposto dificuldades para a sua recriação enquanto camponeses. Ademais, a Mineração em Carajás se enquadra nessas “barreiras” aos povos camponeses, pois em alguns casos expropria ou mesmo delimita o uso do território camponesino.

As reflexões originadas em campo sinalizam para a problemática envolvendo o campesinato e Mineração na Amazônia. O nosso fio condutor é a exploração em Carajás no sudeste do Pará. O avanço da frente mineral, apresenta características do neoextrativismo⁵ que envolvem o direcionamento da pauta de exportação nacional aos bens primários, ou seja, a extração de recursos naturais principalmente o Ferro (Fe), Cobre (CU), Manganês (MG) e o Ouro (AU). As *commotidites* têm garantido aumentos significativos na balança comercial brasileira. Essas dinâmicas macroeconômicas, causam impactos diretamente nos territórios das populações indígenas e camponesas, populações essas que ainda usufruem do território na Flona de Carajás que a cada instante são colocadas em prova na expansão da atividade mineradora.

⁵ El neoextractivismo se encuentra en el centro de la acumulación contemporánea. Efectivamente, como varios autores han señalado, el aumento del metabolismo social del capital en el marco del capitalismo avanzado exige cada vez más para su mantenimiento mayor cantidad de materias primas y energías, lo cual se traduce por una mayor presión sobre los bienes naturales y territorios (SVAMPA, 2019 p.18)

Para esta empreitada, mergulhar no território camponês ou mesmo para esmiuçar as estratégias do avanço capital e subordinação, entendemos não ser plenamente possível a expansão capitalista na sua totalidade, e sim, sociedades praticarem relações não capitalista de produção. (LUXEMBURGO, 1976).

Contudo, nesta dissertação, ao propormos estudarmos a territorialização do capital mineral em Carajás e expansão das atividades ligadas a mineração, partimos da orientação teórica-metodológica da reprodução social do campesinato, a partir do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que abre possibilidades para o campesinato se reproduzir enquanto classe social, conseguindo permanecer na terra.

Percebemos, não obstante, que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não-capitalistas. [...]. Mas, de um modo ou de outro, de fato, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não-capitalistas. [...] No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matéria com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio (LUXEMBURGO, *APUD* SOUZA 1976, p. 314-315).

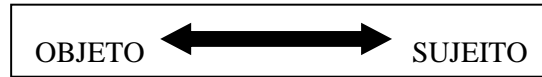
Concernente a isso, adotamos o método dialético na presente pesquisa, pois acreditamos ser o caminho capaz de elucidar a fundo o território camponês da APA do Gelado, sudeste do Pará, em que;

A ideia aqui é de totalidade, da dialética e a dialética tem como centro metódico buscar a compreensão da totalidade; O que nós queremos é compreender a totalidade, por isso é que a linha de pesquisa se chama Questão Agrária no Brasil, porque é a totalidade que queremos entender. Claro que é uma totalidade que é parte da sociedade brasileira, e essa sociedade é muito maior que a questão agrária, porque tem outras questões ainda, como a questão urbana. É a questão agrária por conta de garantir a necessidade de se produzir uma teoria que dê conta da totalidade do campo brasileiro. É esse o meu objetivo (OLIVEIRA, 2010, p .28).

Oliveira (2010) clarifica que os elementos para compreender a questão agrária envolve a totalidade dos sujeitos envolvidos. Da mesma maneira, abre-nos um leque de oportunidades para compreendermos a questão agrária na Amazônia. Ao optarmos pelo método dialético, entendemos que os sujeitos e objetos se interrelacionam, constroem e (re)constroem-se; nesse movimento ocorre uma aproximação dos fenômenos sociais (SPÓSITO, 2004). Sob esta égide, identificamos autores

dedicados ao estudo da questão agrária em que reconhecem o campesinato existindo e reexistindo nos mais diversos territórios.

Quadro 01: Proposta metodológica, utilizando a dialética



Fonte: Spósito 2004. Org. Pontes 2021

A premissa na opção ao método dialético envolve o objeto e sujeito em que ambos se constroem de formas recíprocas. As teses, antíteses e sínteses são levantadas a partir dessas questões, as relações sociais cunhadas no espaço geográfico são evidenciadas, questionadas e problematizadas. Ou ainda “a realidade ambiente, devem ser igualmente interdependentes, ligados uns aos outros móveis e, em determinadas circunstâncias, passar uns pelos outros e transformar-se em seus contrários”. (CHEPTULIM, 1982, P. 19).

Como resultado, o método dialético nos direciona a adentrar no movimento da sociedade, assim como nos afirma Lefebvre:

O método dialético busca penetrar – sob as aparências de estabilidade e de equilíbrio- naquilo que já tende para o seu fim e naquilo que já anuncia seu nascimento. Busca, portanto, o movimento profundo (essencial) que se oculta sob o movimento superficial. A conexão lógica (dialética) das ideias reproduz (reflete), cada vez mais profundamente, a conexão das coisas”. (LEFEBVRE, 1991, P. 238).

Esse método permite descortinar novos e velhos elementos dos conflitos socioespaciais originados pela mineração, a partir de uma vivência em campo. Nesse ínterim, algumas problemáticas são suscitadas, tais como: a germinação de uma ecologia política amazônica, baseado em questões ambientais. Outro ponto em comum é o rejuvenescer de uma questão agrária amazônica ainda persistente e que tangencia os elementos da ecologia política.

1.2 - Etapas metodológicas da pesquisa

Fluxograma 01: Principais revisões bibliográficas.



1.3- A trajetória da pesquisa e o trabalho de campo:

Cheguei em Parauapebas (vulgo pebas) no ano de 2014. Estava recém aprovado no concurso público para a rede municipal de Ensino. O estranhamento com a cidade foi imediato, pois, até então possuía pouco conhecimento sobre Carajás. Assim, era nos livros de geografia o meu primeiro contato com a região, ainda lembro das falas dos professores que o sudeste paraense “*era o Pará, que os paraenses não conhecem*”.

Nas primeiras semanas que fixei moradia, observava o quão era complexo o espaço urbano da cidade e ao mesmo tempo tudo muito confuso, afinal de contas, estava em outro lugar. Nesse começo tive a oportunidade de conhecer a outra Parauapebas, quando iniciei a minha docência na escola *Crescendo na Prática* no assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Palmares II. Ouvir e observar os relatos das lutas camponesas me possibilitaram enxergar o quão complexo era o espaço agrário do sudeste paraense. Nessa imersão da Pedagogia da Luta, por diversas vezes, tivemos que “paralisar” nossas aulas e diversas vezes participar da assembleia na Palmares, em outros momentos, envolver-se nos bloqueios das estradas que davam acesso ao projeto Salobo, na portaria da floresta nacional de carajás e o pátio ferroviário.

As estratégias do MST ao criar barricadas nas estradas eram logo atendidas por membros da VALE que se “prontificavam” a ouvir as demandas da comunidade. Essa etapa coincide com a duplicação da estrada de Ferro Carajás que fracionou parte dos territórios da Palmares I e II, ocasionando conflito entre assentados e a Mineradora. Nesses embates, surgia o Movimento pela soberania popular na

Mineração (MAM) que também encabeçava as mesas de negociações com a mineradora, portanto, no meio dos conflitos pude compreender a mineração como um movimento de espoliação e despossessão nos territórios camponeses (HARVEY, 2004). Por isso, constatei uma outra Parauapebas, marcada pela conquista do território, aliás, os muros da escola *Crescendo na Prática* nos ensina que “o Sonho se faz a mão, e sem permissão”.

No caminhar pelas escolas da educação do campo fui convidado a fazer parte da Escola Jorge Amado, localizado na APA do Gelado, distante 24 km do centro de Parauapebas, ou seja, estava dividido entre o assentamento palmares II e a APA. Na APA pude observar outros conflitos e estratégias da territorialização do capital Mineral. A percepção ocorreu entre os alunos da educação de jovens e adultos (EJA) que frequentavam a escola. Os relatos era de que a VALE controlava o que deveria se fazer na APA, ou ainda, o impedimento de caçar e pescar na “área da vale”. Tais assuntos se entrelaçavam com a preocupação de um bom rendimento do roçado, e se a venda na feira aos sábados seria boa. Em outros momentos, ocorreram reuniões entre os colonos⁶ e VALE, tratando sobre assuntos como: apoio aos produtores, crédito para produção, projetos para inserir a juventude e oficinas de capacitação.

Um episódio desta relação foi o embate após o crime sócio-técnico das barragens em Minas Gerais, em que o medo e os questionamentos se fizeram presentes nas reuniões da Vale junto à comunidade. Eu estava como observador, pois a maioria das reuniões ocorriam na escola. O reflexo desse momento foi a instauração do medo e um sentimento coletivo para deixar as terras e migrar para outros lugares.

1.4 - O problema da pesquisa:

Tal panorama em estudar os conflitos ocasionados pela mineração em Carajás, levou-me ao ingresso no programa de pós-graduação em Geografia (PPGG), a nível de mestrado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), ao qual, apresentamos esta dissertação.

O sociólogo Howard Becker adverte sobre como contornar a parcialidade da pesquisa e manter os dados coletados fidedignos, questões intrínsecas à pesquisa qualitativa. Levantamos essa questão, pois o trabalho de campo envolveu momentos difíceis. O primeiro, diz respeito a saúde, o campo exploratório ocorreu no final da

⁶ No decorrer da pesquisa iremos adotar o mesmo termo, como os próprios sujeitos se auto denominam.

pandemia da Covid-19, momento final da aplicação das doses das vacinas. Nessa etapa ocorreram algumas restrições com as observações e entrevistas abertas. Outro momento, de ordem logística se deu nas distâncias percorridas, além de longe eram onerosas tive que realizar em carro próprio, onde em único dia de trabalho percorria aproximadamente 140 km em estradas sem pavimentação.

Para além desses problemas o trabalho de campo me impossibilitou em alguns casos, a coleta de dados, mas já em outros me abriu leques de oportunidades. Por ser docente da escola Jorge Amado alguns recusavam informações ou, não se sentiam a vontade em conversar, questionavam se a entrevista era para o bolsa família ou se estava trabalhando para VALE, caso fosse verídico não estavam a vontade de conversar. Nos primeiros momentos, muitos pensavam que estava ali para resolver questões sobre o ensino-aprendizagem de seus filhos ou mesmo representando a escola. Após iniciar o diálogo falava para eles que minha intenção era realizar pesquisa para Universidade, o relato de vida de cada um, era um dos elementos cruciais na pesquisa. Após esses contatos, percebi os interlocutores menos desconfiados da minha presença no local.

Contudo, grande parte dos lotes que visitei tive a “abertura” para entrevista e coleta de dados, era reconhecido pelos alunos e ex-alunos bem como os próprios pais, gentilmente, permitiram adentrar em seus lotes, roças e casas.

O fato de “conviver” no mesmo espaço escolar com parte dos colonos da APA do Gelado, levou a manter um certo “distanciamento” nas visitas a campo e no trato com os dados empíricos. O convívio com o objeto da pesquisa, pode acarretar na naturalização de algumas ações e comportamentos dos sujeitos pesquisados, o que Malinowski (1988) aponta como “explosão de significados”, o que naturalizamos pode virar cegueira para dados valiosos da pesquisa científica.

Em suma, analisar o universo dos conflitos territoriais na região do sudeste paraense, envolvendo grandes empresas atreladas a projetos minero-metalúrgico e a unidade de conservação APA DO GELADO; é nesse direcionamento que optamos inicialmente por entrevistas dirigidas e semidirigidas, isto é, trabalhar com fontes orais, aprofundar-se na vida dos camponeses que ali se reproduzem diariamente.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as

contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A pesquisa de campo como compreensão hermenêutica supera a relação sujeito *versus* objeto, o campo é nosso espaço de vida que se apresenta como um texto carregado de signos que precisam ser desvendados. Entende-se que, nesta perspectiva, o geógrafo (sujeito) é objeto (campo) e campo (é sujeito). O geógrafo, neste caso, visualiza o mundo como uma totalidade complexa e dialética. (SUERTEGARAY, 2002, p. 03).

A partir das visitas ao campo, foi possível observar e conviver mais de perto com os sujeitos que habitam a APA do Gelado. Observando as contradições impostas pela empresa mineradora VALE, como também, as formas de (r)existência em permanecer na terra produzindo alimentos.

Durantes os 19 meses de pesquisa, entrevistamos 13 (treze) sujeitos⁷ que consideramos participarem da dinâmica territorial da Apa do Gelado direta e indiretamente. De perfis variados, envolveram os agricultores, presidente e presidenta das associações locais, gestora da Escola Municipal Jorge Amado. Outros sujeitos como, representantes da VALE e ICMBio negaram realizar entrevista, contudo, na oportunidade que tive, fiz anotações no diário de campo sobre os assuntos mais variados, tratados em conversas informais, algumas dessas informações foram diluídas no texto.

A entrada em campo ocorreu em 2021, ainda impossibilitado pela pandemia de covid-19, o contato com os colonos foram parciais. Contudo, nesta etapa, pude conhecer a APA do Gelado com outro olhar, para além daquele como educador da escola local.

Outras etapas do trabalho de campo, ocorreram no final de 2021. Momento, em que a visitas foram mais leves, permitindo uma maior proximidade. Neste momento, visitei alguns roçados permanecendo várias semanas na APA. Sempre tendo a escola com lugar para dormir.

Ainda assim, o ano de 2022 momento antes da qualificação foram realizadas novas invertidas em busca da coleta de dados. E por fim, em meados de 2023 passei a dormir na escola Jorge amado e percorrer os longos caminhos pelos ramais da APA do Gelado, neste momento usando uma motocicleta. O percurso, sempre envolvia dias da semana, pois sexta-feira e sábado era a preparação para venda da produção agrícola na feira.

⁷ O nome de nossas fontes foram preservados. No lugar, iremos numera-los.

Outros momentos para elucidar as questões da pesquisa, foi necessário participar das reuniões do comitê gestor da APA, ações do programa de educação ambiental, participei de uma reunião pública de licenciamento ambiental para abertura da nova mina, no caso a N5, como também visitas na feira do Rio Verde em Parauapebas em buscas de referências sobre Carajás, pois existem livrarias em alguns *box* com livros valiosos.

Como relatado anteriormente, as visitas no ICMbio e VALE forma os entraves da pesquisa. Com o ICMbio, emails não respondidos e nas visitas ao órgão havia a postergação das entrevistas, permitindo um conversa sem gravação. Com representantes da VALE, foi possível coletar entrevistas informais anotadas no diário de campo.

As entrevistas, permitiram-nos compreender *in loco*, as territorialidades imposta pela mineradora VALE. Tivemos o cuidado na transcrição das entrevistas, também fizemos uso de um questionário (ANEXO) que foi aplicado para 13 entrevistados, sempre com o cuidado de manter o máximo possível os relatos dos sujeitos. A fala dos mesmos poderá elucidar questões empíricas, dialogadas com o referencial bibliográfico na tentativa em compreender as territorialidades impostas pela mineração em Carajás.

Outrossim, a técnica da história oral nos aproxima dos questionamentos iniciais envolvendo os conflitos territoriais na APA do Gelado. Ou seja, a história de cada uma dessas unidades familiares irá nos possibilitar a entender a (re)construção do território camponês bem como a sua construção. É importante destacar que a nossa opção inicialmente por trabalhar com fontes orais é o alicerce da forma como se relacionam com as terras de trabalho e reproduzem-se enquanto camponeses, bem como as percepções sobre as empresas mineradoras que se instalaram em seus territórios.

A pesquisa de campo foi o recurso utilizado, pois é possível na convivência com essas famílias observar as práticas e a unidade da produção familiar nesta localidade. Isto é, a pesquisa de campo é o elemento central que deverá nortear a pesquisa e também os próprios agricultores, com isso, a participação plena das famílias será o guia das respostas e questões futuras.

Além do trabalho de campo e coleta de dados, tentamos registrar os passos da pesquisa a partir do acervo fotográfico que será exposto ao longo dos capítulos.

Os dados e infográficos foram produzidos pelo coletivo sobre Mineração e Garimpo, levantamento de dados quantitativos e qualitativos. INESC e Comitê em defesa dos Territórios Frente a Mineração, ao qual, participei no início do mestrado.

CAPÍTULO 2: Formação sócio-espacial do Sudeste Paraense: Entre Castanhais, Ferro e Ferrovia

Quando optamos por utilizar “contexto sócio-espacial” para o entendimento da Amazônia e, em especial, da Amazônia paraense não fazemos aleatoriamente. Partimos da preocupação de Souza (2013) em utilizar o “sócio-espacial” hifenizado exatamente para tentar compreender o espaço como um componente vivo e dinâmico. Tendo nas relações sociais uma característica que o anima e, ao mesmo tempo, que é animada. Temos a clareza que as relações sociais e o espaço são inseparáveis ainda que não se confundam. Por isso, a necessidade do “sócio-espacial” com hífen “no qual o ‘sócio’, longe de apenas qualificar o ‘espacial’, é, para além de uma redução do adjetivo ‘social’, um indicativo de que está se falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (BRINGEL, 2015 P.123).

*A montanha foi moída
E hoje é serpente morta
Nos calabouços dos navios
Levam-no assim
Como quem rouba pergaminho
A misturar-se já
Com outro tempo
Fica-nos a mandíbula
Uma certeza falsificada
e o sol empoeirado
sobre as infâncias e só!
A fibra densa faz o nó e hoje
Sou minério
O chão que piso
Cansou do império.
Mas sigo a troar
Passadas
A engasgar goelas!*

Charles Trocate.

Concordamos com Malheiro (2019) ao olhar a Amazônia como uma grande invenção. Para o autor a região amazônica sempre foi exterior ao Brasil. Permeados por imaginários de viajantes e cronistas, isto é, produto do nosso passado colonial. Incluir este vasto território, levou ao mesmo tempo na sua parcial exclusão do restante do Brasil, em outros momentos interesses externos forjaram a integração da Amazônia, criando narrativas como o vazio demográfico.

A Amazônia é narrada e citada por olhares curiosos dos viajantes espanhóis e portugueses que aqui estiveram realizando suas incursões por rios, furos igarapés e canais. Tal como Frei Dominicano Gaspar de Carvajal em 1541 fez o percurso da nascente a foz do Rio Amazonas, observando e descrevendo aspectos da natureza e dos povos originários que habitavam os leitos dos rios. Pedro Teixeira (1637-1639), nas incursões pela Amazônia, nos relata uma grande quantidade de cultivos agrícolas nas cabeceiras dos rios. Em especial, o cultivo de frutas regionais e as plantações de mandioca (*manihot esculenta*), “*A terra é muito alegre e aprazível e abundante em todas as comidas e frutas, tais como pinhas e peras, que na língua da Nova Espanha se chama abacates*” (CARVAJAL, 1994, p.47).

Essas sociedades indígenas que habitavam os rios do vasto território amazônico permaneceram sem sofrer grandes mudanças no seu modo de vida, esse momento perdurou pelo século XVI. Tal momento, coincide com etapas de reajustes do projeto colonizador para a América tanto da coroa portuguesa quanto espanhola.

No que hoje conhecemos como sudeste do Pará, a colonização desta porção aconteceu com a criação do burgo agrícola do Itacaiúna em 1895. Este vasto território nas margens do rio Tocantins e sob influência do Itacaiúnas, já eram conhecidos por Jesuítas ao praticarem os descimentos⁸ indígenas, e ainda por bandeirantes exploradores dessa porção mais distante de Belém. De acordo com registros históricos, construiu-se fortificações militares na confluência dos rios Tocantins e Araguaia no período colonial.

⁸ Como a mão-de-obra indígena era fundamental para a sustentação, ocupação e defesa dos povoamentos portugueses, criar estratégias de arregimentação e posse dessa mão-de-obra foi uma das grandes preocupações dos diversos grupos sociais na sociedade colonial. Nesse sentido, o descimento de índios constituiu-se como um importante mecanismo de inserção de mão-de-obra nativa que serviria para satisfazer a necessidade de missionários, moradores e da própria Coroa (Chambouleyron, 2011, p. 05).

Sobre esse momento inicial da colonização do sudeste Paraense, Otávio Velho nos diz que;

Como ponto inicial da colonização, donde partiriam em busca dos campos, fundam, então, após uma experiência, inicial frustrada junto à foz do Itacaiúnas, o Burgo Agrícola do Itacaiúnas, na praia dos Quindangues, à margem esquerda do Tocantins, 8 km a jusante da foz do Itacaiúnas, em sítio alto e livre de enchentes. Tratava-se de trecho do Tocantins ainda praticamente desabitado, a não ser, cerca de 25 quilômetros abaixo, na Praia da Rainha e no Lago Vermelho, por alguns maranhenses e goianos recém estabelecidos, realizando um pequeno comércio de caça, peixe salgado e produtos de roça, que daria origem a Itupiranga. (VELHO, 2009, p.26).

Com a criação do burgo Itacaiúna, futuramente seria a cidade de Marabá, tentou-se estabelecer a agricultura camponesa e a pequena pecuária bovina às margens do Rio Tocantins. Experiência semelhante ao que ocorreu na região Bragantina, também no estado do Pará.

Porém, a borracha tem o seu maior pico na produção e no valor comercial, atraindo uma massa de trabalhadores para os seringais. Competindo com a ideia inicial do Burgo Itacaiúna, era direcionar a produção agrícola e pastoril.

A saber, no final do século XIX, a Amazônia bem como o sudeste do Pará, vivenciou uma atração de capitais e mão-de-obra em busca dos seringais. Influenciado pelo crescimento industrial do final do século XIX e início do XX, a borracha natural servia aos grandes conglomerados industriais da época, em particular na selva amazônica o seu principal fornecedor. Tal empreendimento, obrigou os surgimentos de bancos ligados ao comércio e financiamento da borracha.

Nos seringais a produção extrativa dos cauchos⁹ ocorria de maneira rudimentar. “[...] Na Amazônia um sistema de exploração extremamente rudimentar das árvores nativas que davam a goma – a seringueira e o caucho, e altamente dependente, para qualquer aumento de produção, do afluxo de mão-de-obra como da ocupação de novas áreas” (VELHO, 2009, p. 30). Estabeleceu-se um sistema conhecido como aviamento, pautado em uma relação análoga à escravidão no interior dos seringais. Nesta atividade, subjugava o seringueiro em uma relação exaustiva de trabalho como também um ciclo vicioso com o barracão.

Na economia gomífera e nas vastas terras que margeavam o rio Tocantins, iniciou a formação de grandes latifúndios. O seringalista¹⁰ era um possessor de terras,

⁹ Família das *Moráceas*, produz um látex de qualidade inferior.

¹⁰ Também conhecido como Patrão

alguns sem títulos de propriedade e outros recebiam a concessão pelo governo do estado do Pará, a dinâmica da extração da borracha acontecia em terras devolutas, o seringalista também era um latifundiário (IANNI, 1981).

Outrossim, é importante frisar que a atividade de extração dos cauchos e o monopólio da terra pelo dono do seringal, foi o prelúdio da dominação da terra por grandes latifundiários. Esse momento é sacramentado, com a expansão da coleta da castanha. Para Emmi (1999), o mandonismo local esteve atrelado as produções agroextrativistas daquelas localidades, corroborando para o estabelecimento de uma oligarquia local. Posteriormente, a atividade mineradora aguça os conflitos por terras.

O campesinato amazônico em especial, do sudeste paraense, utilizava-se da castanha como recurso de bem comum, assim como, roças e criações consorciadas com a lavoura branca. É necessário frisar que a borracha alterou a dinâmica da agricultura camponesa, porém abriu novas possibilidades para reprodução desses sujeitos enquanto campesinato.

2.2 - A oligarquia dos castanhais

Para Homma (1970) é possível compreender uma cronologia da destruição dos castanhais, principalmente aqueles que margeavam os leitos dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Tal incursão, iniciou-se com o projeto de colonização do burgo Itacaiúnas, para o autor, com a decadência da borracha, influenciada por fatores externos, direcionou a nascente oligarquia local na comercialização da castanha-do-pará.

Até então, Marabá¹¹ despontava como principal aglutinador da produção agrícola regional. A produção de origem camponesa convergia para esta jovem cidade. Mesmo que em baixa a borracha ainda predominava como principal produção extrativista local, após ter sido sucedida pela castanha. Nesse momento, o direcionamento da produção agrícola teve como escoamento os rios, pois desempenharam um momento fundamental para o escoamento da produção de castanhais até Alcobaça (Tucuruí).

Com o aumento significativo da produção castanheira, “em 1913 sua produção em Marabá fora de apenas 2.502 hectolitros, e em 1914 de 20 mil hectolitros, atingindo 5.396 hectolitros em 1919” (Vellho, 1981, p.41). O *modus operandi* da nascente oligarquia dos Castanhais, reproduziu-se a base da violência e intimidação bem como

¹¹ O então Governador Eneás Pinheiro, cria o Município de Marabá. Desmembrado de São João do Araguaia em 1913.

a reprodução do modelo de aviamento da economia gomífera para os castanhais. Eleições duvidosas ou mesmo viciadas alternavam famílias locais no comando da cidade de Marabá, ou ainda, o exercício da política regional para o controle dos castanhais, com sórdidos objetivos do monopólio da terra.

Para Bunker (2003), a influência desses grupos controlava a polícia militar, local à serviço das oligarquias que monopolizavam os castanhais. Tal momento, foi caracterizado pela violência e intimidação;

O restante da população local vivia na direta dependência dessas famílias. Seu principal acesso ao dinheiro e aos suprimentos era por meio do comércio da castanha do Pará. Poucas pessoas podiam colher ou vender castanha, a não ser que fossem subordinadas aos grandes proprietários de terra. Desafiar o controle dessas famílias sobre a terra e o comércio era muito difícil e perigoso; as grandes famílias brigavam entre si, porém a real ameaça de violência fatal forçava os camponeses da área a respeitar a oligarquia local e seu controle sobre a terra e mercados (BUNKER, 2003, p. 119).

A intimidação e a violência eram instrumentos para legitimar o mandonismo local e ao mesmo tempo subjugar o campesinato. É possível perceber a continuação do aviamento nos castanhais, gastos com ferramentas, mantimentos, roupas que serviam como uma dívida a ser quitada para com o extrativista e o “donos” dos castanhais. A dinâmica na extração obrigava os castanheiros a vender os produtos da coleta diretamente aos comerciantes de Marabá. Então, depois, o produto da coleta seria transportado até Tucuruí, tendo como meio de transporte os navios à vapor ao final de todo o percurso à cidade de Belém.

A partir de 1920 a questão agrária da Amazônia e em especial do Sudeste do Pará ganha novos contornos, os castanhais livres passam a ser particulares, seja pela compra, aforamento e arrendamento (EMMI, 1999). Tal passagem, legitima-se por leis e decretos estaduais ou em muitos casos pela barganha política local e estadual na concessão de castanhais.

Como resultado, dessas questões no acesso e ao uso da terra, Macedo (2006), elucida:

Aos poucos, os grandes comerciantes da castanha, na figura das famílias tradicionais locais, tornam-se proprietários de terra: controle da produção extrativa, metamorfoseada em monopólio da terra, ao mesmo tempo em que se intensifica a pressão do posseiro para entrar e/ou permanecer nela. Para o latifundiário, a dinâmica de acesso à terra resulta de acordos políticos costurados pelas famílias tradicionais locais, porém para os posseiros, na maioria das vezes, resta o enfrentamento direto com os profissionais da

morte. Assim, a história de ocupação da região tocantina é, ao mesmo tempo, a da sua desocupação e a da fixação de certos grupos humanos mediante a expulsão de outros (MACEDO, 2006 p.19)

É indubitável que os castanhais antes livres passam para o domínio de famílias comerciantes de castanha na região tocantina, alterando as formas de uso da terra. A abertura para possibilidade de compra, propõe a exclusão de diversos sujeitos que dependiam dos castanhais para sua reprodução social campesina. Ao enfrentar o grande latifúndio, intimidações e usos da violência eram requisitos para intimidações.

Emmi (1999b) nos demonstra um caso especial referente ao Deodoro de Mendonça, figura pública do governo do Pará que ocupante de cargos na esfera estadual, por meio de atos discricionários se apropriou de diversos hectares de castanhais, aproximadamente 53.556 hectares de terras. Este exemplo, revela uma das formas do avanço do latifúndio no sudeste paraense, dominado por famílias tradicionais e legitimadas a partir do monopólio da terra.

Outra atividade, complementar à coleta da castanha era mineração artesanal de diamantes e cristais de rocha, ocorridas nas margens do Rio Tocantins. No inverno amazônico os ouriços eram coletados, já na mudança de estação para o verão amazônico o garimpo manual era a principal atividade do momento. Entre meados de 1950/1960, a pecuária ganha espaços no sudeste paraense, competindo com a castanha no volume de produção e renda. Alguns anos mais tarde, a atividade da castanha cai abruptamente, influenciado pela construção da Belém- Brasília e o início da atividade Mineral. Nesse ínterim, a concentração fundiária aumentaria significativamente com o arredamento de terras improdutivas e o avanço da frente mineral e do gado.

O geógrafo Orlando Valverde, na sua obra “Grande Carajás: planejamento da destruição” narra os momentos iniciais da crise social em carajás, com a chegada de posseiros ao Pará e demais sujeitos:

Esgotados e, às vezes, sem dinheiro sequer para retornar à sua terra, os desbravadores seguem, em geral, para diante. Penetram na mata, onde se instalam com lavouras de subsistência, como posseiros, em terras aparentemente devolutas. As famílias dos trabalhadores deixadas em seu local de origem ficam, nestes casos, ao desamparo. As esposas que não encontram o arrimo de parentes passam miséria, outras vezes, os dois cônjuges contraem nova união, em casos mais tristes, a mulher se prostitui. Enfim, a degradação da família se vulgarizou na frente e na retaguarda da franja pioneira. (VALVERDE, 1989, p.102)

Diante disso, é possível compreender a continuação de um espaço agrário paraense em conflito, marcas do latifúndio, desde a mercantilização dos castanhais, expropriando o campesinato para outras terras. Aqui, faz-se importante demonstrar a mineração em grande escala, com ampla capacidade em desorganizar os territórios, bem como, afunilando a questão agrária na Amazônia.

2.3 - Mineração e questão agrária

Grandes Projetos Minerários na Amazônia é falar de drenagem de matéria e energia por eixos de exportação, pois o que está em questão não é apenas a extração, mas a circulação e exportação dos minérios, o que não exige apenas disciplinar as áreas produtivas, no sentido de sanar os riscos produtivos, mas garantir toda a engrenagem dos processos de exportação, tornando os espaços necessários para a realização da drenagem de matéria e energia, e as populações que neles habitam, em riscos a serem geridos e sanados (MALHEIRO, 2020. p.94)

A epígrafe acima, nos elucida de maneira geral quais os reais significados dos grandes projetos para Amazônia. Por grandes projetos, o ramo mineral desponta como a maior atividade em extração de matéria e energia da natureza, em especial na porção oriental da Amazônia.

Para a retirada de matéria e energia, requer um controle do território, ao extrair do subsolo populações são atingidas em seu modo de vida, camponesas, indígenas, quilombolas e os demais que dependem da floresta - terra e águas, sofrem diversos impactos socioespaciais (Wanderley e Gonçalves, 2018). Pois bem, na Amazônia brasileira o responsável pela exploração dos recursos naturais de valor comercial é diretamente associado a corporação VALE¹².

Criada em 1942, a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para garantir o mercado de minério de ferro nos pós - 2ª guerra mundial, teve atuação inicial no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Tal momento, marca o encurtamento das relações do governo brasileiro com os Estados Unidos (EUA) em tratados bilaterais, conhecido com acordo de *Washington*. Logo após, ocorreram empréstimos ao Brasil

¹² É líder mundial na produção de Minério de ferro e segunda maior produtora de níquel, destacando-se ainda na produção de manganês, cobre, carvão, pelotas e ferroligas e fertilizantes [...] A empresa é a principal produtora e exportadora de minério de ferro do país e sua produção corresponde a 70% do mercado nacional de minério. (MILANEZ *Et Al*, 2019, p.21)

nas cifras de US\$ 14 milhões de dólares. Partindo dessa perspectiva, os momentos embrionários da corporação VALE, Coelho (2015) diz que,

A vale do Rio doce nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro. Com um contrato de três anos, a empresa se comprometia a vender toda a produção cerca de 1,5 milhão de toneladas de Minério de Ferro para Inglaterra e Estados Unidos a preços abaixo do praticado no comércio mundial (COELHO, 2012, p.27).

O início da CVRD incluía atender ao mercado externo, marcado pelo conflito da II Guerra Mundial. Outro sentido político sobre a criação da CVRD, era a possibilidade em atender a industrialização do Brasil. Nesse momento, as exportações de minério de ferro colocariam o Brasil como um dos principais exportadores. A operação mineral restringia-se ao estado de Minas Gerais, um importante avanço tecnológico para época foi a pelotização do minério, permitindo a utilização de minérios mais granulados. De acordo com Coelho (2012), a CVRD representava mais de 68% do ferro exportado no Brasil, abrangendo mercados como os EUA e Japão.

Antes mesmo das ações da CVRD na Amazônia, em sondagem e pesquisa mineral, foi a partir do avanço da coleta da castanha que o trabalhador de caucho, Teodoro Gonçalves Pereira, descobre diamante na Serra dos Carajás, localmente especula-se grandes reservas de ouro e diamantes nas proximidades da Serra. Porém, em 1967 engenheiros da U.S Steel¹³ a partir de uma pesquisa e voo sobre a Serra de Carajás descobriu-se uma gigantesca área de minério de ferro no alto da serra.

As investidas do estado na Amazônia, detinha como propósito integrar ao restante do Brasil, sob argumentos, pautados na segurança nacional e ocupar o “vazio” demográfico ao norte do Brasil. Para Loureiro (2014), pode-se destacar algumas razões centrais para inclusão da Amazônia à sociedade nacional. Incorporando à região norte aos mercados do centro sul, bem como, abrindo um novo mercado consumidor. Outra intenção, seria expandir o mercado de trabalho a populações oriundas do nordeste do Brasil, sejam capitalizados ou não, ao mesmo tempo aproveitar o potencial madeireiro e mineral.

O estado como indutor de políticas públicas para a fronteira amazônica, tutelou os investimentos iniciais na Amazônia, como proposta de incorporação ao restante do

¹³ A CVRD e a U.S Steel formaram uma sociedade, em 1970, estabelecendo uma empresa em conjunto, a Amazônia Mineração, ou AMZA, para desenvolver e explorar os depósitos de Carajás (BUNKER, 2012, p.111)

país. Tal movimento político, marcará o primeiro momento das ações no território amazônico. Para CASTRO (2017), o estado, e agentes privados orquestravam vultuosos investimentos na fronteira amazônica, com objetivos na exploração de recursos naturais. Vejamos;

As ações do estado, suas estratégias conjugadas sobre o território, e dos agentes econômicos voltadas para a Amazônia, demonstram uma ampliação dos interesses na exploração dos recursos naturais e dos mercados, Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência de suas fronteiras políticas. O que está em jogo e agora de forma mais explícita nas políticas governamentais, inclusive de países com região amazônica, é a ocupação pelo mercado de territórios da Pan-Amazônia, essa imensa região privilegiada pela sua floresta tropical e rico potencial mineral, hídrico e de biodiversidade (CASTRO, 2017, P.20).

A mineração insere-se como política de estado a partir do II PDA (1974-1979) bem como o Polamazônia (Programa de polos agropecuários e agrominerais para Amazônia), como base a teoria do economista francês François Perroux. Estimular a migração para cada um dos 15 polos, especializadas em determinadas atividades de produção.

Tabela 01: Principais ações do estado brasileiro na Amazônia

ANO	PROGRAMA/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1960	Banco da Amazônia (Basa)	Viabilizar financeiramente os projetos da Sudam.
1960	Rodovia Belém-Brasília (BR/010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.
1966	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1969	I PDA	Definição de latifúndios por meio do PROTERRA e abertura de rodovias como transamazônica e Cuiabá-Santarém
1970	Programa de Integração Nacional (PIN)	Expansão da rede rodoviária e implementação de projetos de colonização em áreas da Sudam/Sudene.
1970	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1970	Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	Adequar a estrutura territorial do país a uma nova proposta de industrialização.

1974	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia)	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1974	II PDA POLAMAZÔNIA	Incentivos fiscais a 15 polos, dentre eles a produção da bauxita em Oriximiná, do Caulim no Amapá, início da construção da UHE de Tucuruí. Permanece a preocupação com a soberania com o projeto Calha Norte
1980	Programa Grande Carajás (PGC)	Explorar de forma integrada e em grande escala os recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.
1980	III PDA PGC	Incentivos fiscais a polos de desenvolvimento, Albras/Alunorte em Barcarena, Alumar em São Luis, exploração das minas de Carajás e abertura da EFC.
1996	Brasil em Ação Avança Brasil	Definição de eixos, como a hidrovia Madeira-Amazonas e Araguaia-Tocantins, além do asfaltamento de rodovias para a fluidez dos grãos e da mineração. Preocupação com a soberania por meio do SIVAM.
2007	PAC 1	Definição de eixos de desenvolvimento seguindo a produção agrícola e mineral, além de criação vários grandes projetos de aproveitamento hidrelétrico.
2011	PAC 2	Definição de eixos de desenvolvimento seguindo a produção agrícola e mineral, além de criação de vários grandes projetos de aproveitamento hidrelétrico

Fonte: Becker (1991), Reis (2006) e Malheiro (2020), com adaptações.

Na Amazônia brasileira, especificamente, na sua porção oriental estruturou-se sob uma lógica atrelada aos Projetos Agropecuários e Mínero-Metalúrgicos. Um exemplo é o Projeto Ferro Carajás – PFC iniciado na década de 1970 sob responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce¹⁴. Por sucessivos anos, novas dinâmicas territoriais foram implantadas na região Sudeste do Pará (um dos lugares de atuação da empresa mineradora). Na Microrregião de Parauapebas, sudeste paraense, convencionou-se em chamar de territórios da mineração (PALHETA *et al.*, 2014) ou Província Mineral de Carajás. A região tem as suas atividades implicadas diretamente pelo capital neoextrativista da mineração (Projeto Carajás,

¹⁴ Companhia Vale do Rio Doce, foi assim chamada desde 1942 quando foi fundada. Em 1997, no Governo FHC foi privatizada. E desde 2008, passou a ser chamar VALE S.A.

Projeto S11D¹⁵ e o projeto Salobo – divisa entre Parauapebas e Marabá).

Para entendermos a territorialização do capital minerário, faz-se necessário a recomposição do itinerário dos vetores econômicos que mudaram o perfil da fronteira agrária na Região. Os anos que se sucederam a década de 1950 anunciaram mudanças decisivas que afetaram diretamente a estrutura agrária do Sul e Sudeste do Pará. A partir desse contexto, o Brasil articulou uma relação com o capital internacional e reforçou a expansão do mercado capitalista no país, processo no qual a região amazônica, até então “desintegrada” ao restante da nação, assumiu sua devida importância.

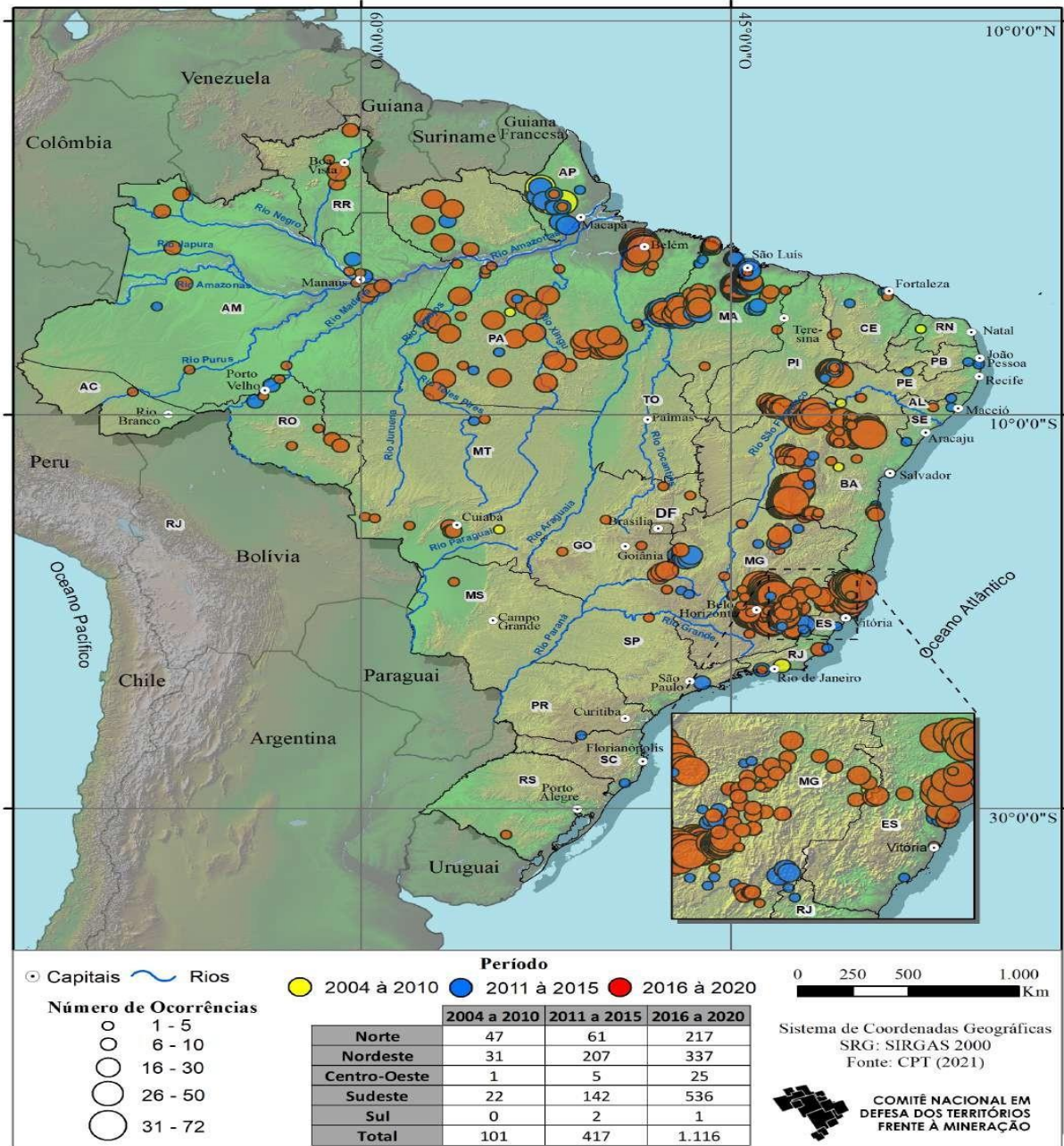
Nesse cenário, grandes corporações, típicas representantes das formas capitalistas de produção, tornaram-se grandes latifundiárias empregando trabalho escravo em suas fazendas expandindo a monocultura da produção agrícola e a exploração do subsolo. É o caso da Volkswagen do Brasil que apregoa em várias partes do mundo o uso de modernas técnicas de produção e relações de trabalho, especificamente capitalistas, mesmo que embora na Amazônia realize exatamente ao contrário, compreensivelmente, sem nenhuma publicidade. É o caso da CVRD, hoje VALE, que sob a batuta dos governos militares, sempre com discursos de um Estado nacionalista, pactuou com a *United States Steel* (USS), da família *Rockefeller*, para explorar minério na Serra de Carajás que deu origem ao Projeto Ferro Carajás (BRINGEL, 2019).

Inegavelmente, a escalada de conflitos sinaliza para inserção do Brasil na era capitalista globalizada, acompanhado de políticas internas estatais e mais recentes mecanismos de expropriação neoliberais. Assim, a política do Estado Mínimo no Brasil o configura como um mero expectador do mercado e das empresas multinacionais, pois as mesmas regulam para si benefícios e meios para auferir cada vez mais lucros. Ou seja, as políticas Neoliberais comprimem o Estado na tomada de decisões abrindo espaços para a maximização de lucros das transnacionais (FERNANDES, 2008).

Essas ações repercutem nos territórios dos povos do campo e, em Carajás, a extração mineral é o exemplo disso. Em síntese, para Malheiro (2019, p.119) “Estradas, grandes empresas de mineração, fronteira agrícola, latifúndios, cidades e mais cidades surgidas à beira de estradas: essa é a gramática de entendimento

¹⁵ O projeto S11D é o novo foco de atividade da Vale. Constituído uma das maiores reservas ainda inexploradas do mundo com a pureza do ferro acima de 66,48%, o projeto S11D tem como objetivo instalar mina e usina de processamento com capacidade nominal de extrair 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano (COELHO, 2015, p. 64).

do que se convencionou chamar de desenvolvimento na Amazônia”. O mapa a seguir, com dados do Comitê nacional em defesa dos territórios frente à mineração, sinaliza a evolução dos conflitos associados pela mineração:



Fonte: Atlas do problema Mineral Brasileiro, 2023.

Na Amazônia, os conflitos estão associados aos sucessivos processos de (des)territorialização promovidos pela mineração, o que pode ser expresso nos dados que seguem, conforme o Gráfico 01.

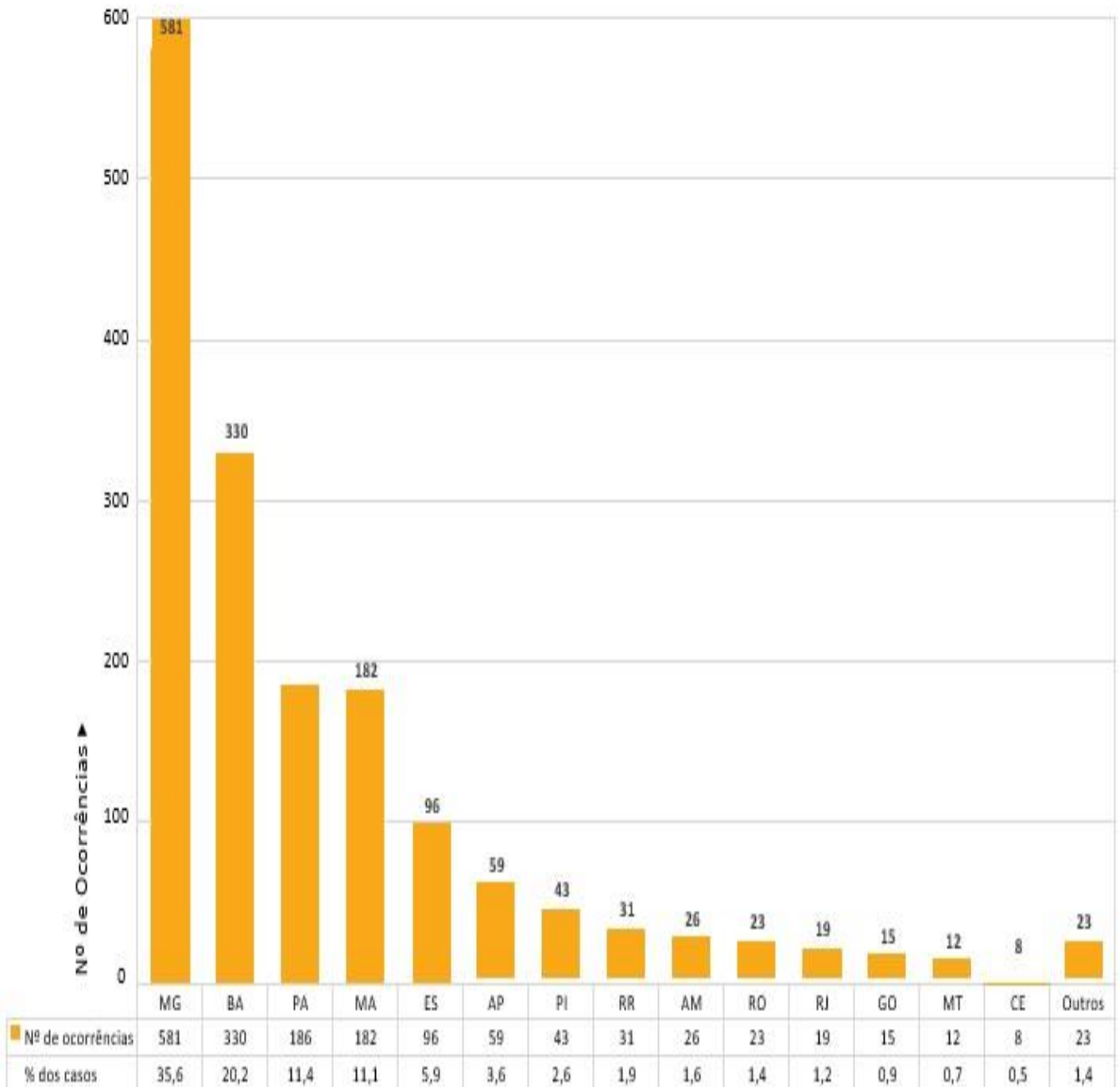


Gráfico 01: Ocorrências de conflitos por mineração no campo brasileiro, por Estado (2004 – 2020)

Fonte: Atlas do problema Mineral Brasileiro, 2023.

De acordo com o gráfico, Mg, BA e o PA destacam-se com os estados com maiores ocorrência de conflitos gerados pela mineração. A Questão Agrária na Amazônia afunila-se com a inserção dos projetos Mínero-Metalúrgicos, em especial

na Província mineral de Carajás. De acordo com Bringel (2019) essas novas interfaces, seja na resistência camponesa materializada nos assentamentos rurais quanto na resistência histórica de comunidades contra seu deslocamento compulsório, colocaram a prova a família camponesa. Da mesma maneira, novas estratégias de espoliação pelo capital são materializadas no território, impondo novas estratégias para recriação social camponesa, na geografia das lutas pela terra no sudeste paraense.

O controle do território nas imediações da FLONA de Carajás, ocorre a partir de um aparato de segurança privada, como também concessões sobre o subsolo rico em minerais para as “firmas”. Porém, os agricultores na luta pela terra arquitetam múltiplas possibilidades de ruptura ao cerco montado pelo capital minerário com anuência do Estado. Esses objetos espaciais de luta e resistência foram materializados nos exemplos do Projeto de Assentamento PALMARES II, Vilas Sansão, Vila Paulo Fonteles, Valentim Serra e tantas outras.

2.4 - Territórios Minerados:

Por lo tanto, el extrativismo es aquí definido como un tipo de extracción de recursos naturales, en gran volumen o alta intensidad, y que están orientados esencialmente a ser explorados como materias primas sin procesar, o con procesamiento mínimo (Gudynas, 2015, P.13).

A epígrafe acima, permite-nos refletir sobre o modelo agrário/exportador de *commodities* utilizado no Brasil. Esse modelo evidencia a mineração em curso na Amazônia, articulando o complexo minerador de Carajás em redes, conectando o lugar ao global. Tal cenário, só foi possível a partir da instalação do complexo minerador Carajás, tendo o Ferro como principal mineral a ser exportado. Assim, a megamineração em Carajás aprofunda marcas do subdesenvolvimento na Amazônia, bem como, articula o Brasil na Divisão Internacional do Trabalho como exportador de *commodities* agrominerais (Gonçalvez, 2020).

Por *commodities*, é válido concordar com Eduardo Gudynas, ao defini-lo como sendo, “bienes que son considerados homogéneos, independientemente de su origen, que no revisten una fuerte diferenciación entre sus variedades, que incluso pueden estar estandarizados, y que son comercializados en grandes volúmenes” (Gudynas, 2015, P.18).

Contudo, ao longo dessas décadas ocorreram sucessivas mudanças que

implicaram, na ordem econômica e institucionais refletindo na dinâmica territorial das famílias camponesas. As etapas de transformações territoriais do sudeste paraense, sempre envolveram conflitos por territorialidades. A ocupação de cabeceiras de rios por populações nativas, e, posteriormente, a chegada de novos atores sociais, desencadearam novas formas de usos do território. Os castanhais, tiveram um papel importante, pois as terras indígenas, terras dos camponeses foram apropriados por famílias locais (EMMI, 1988).

Sobre a inserção do estado brasileiro na era das políticas neoliberais e o desmonte do estado de Bem-Estar para Proni (1997), demonstra-nos a desregulação dos mercados promovidos pelas políticas de cunho neoliberal e os efeitos nefastos para grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Assim, o estado mínimo no Brasil é mero espectador do mercado e das empresas multinacionais, pois as mesmas regulam para si benefícios e meios para auferir cada vez mais lucros. Ou seja, as políticas neoliberais comprimem o Estado na tomada de decisões abrindo espaços para a maximização de lucros das transnacionais (FERNANDES, 2008). Essas ações repercutem nos territórios das populações do campo; em Carajás a extração mineral é o exemplo disso.

Na Amazônia, os conflitos estão associados a uma reorganização do espaço brasileiro na passagem do estado nas ditaduras cívicos-militar, e populistas para os ditames neoliberais no final do século XX. Em Carajás, o conflito no espaço agrário paraense gravita entorno da Extração Mineral, seja em garimpos ilegais ou modernas plantas minerais, utilizando os mais sofisticados recursos tecnológicos para gerenciamento e extração da mina.

A região de Carajás, no estado do Pará, é marcada desde a década de 1980 por iniciativas do estado em viabilizar a extração de recursos naturais de alto valor comercial. Essa iniciativa é materializada com a criação do Programa Grande Carajás (PGC), ainda na década de 70, sob a responsabilidade da Companhia Vale Do Rio Doce (CVRD). Também, contou com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) que seria a base energética para projetos minerais. Registra-se o início da extração mineral de ferro em Carajás, ocorridas a partir de 1985, com os primeiros carregamentos de Ferro em direção ao Maranhão.

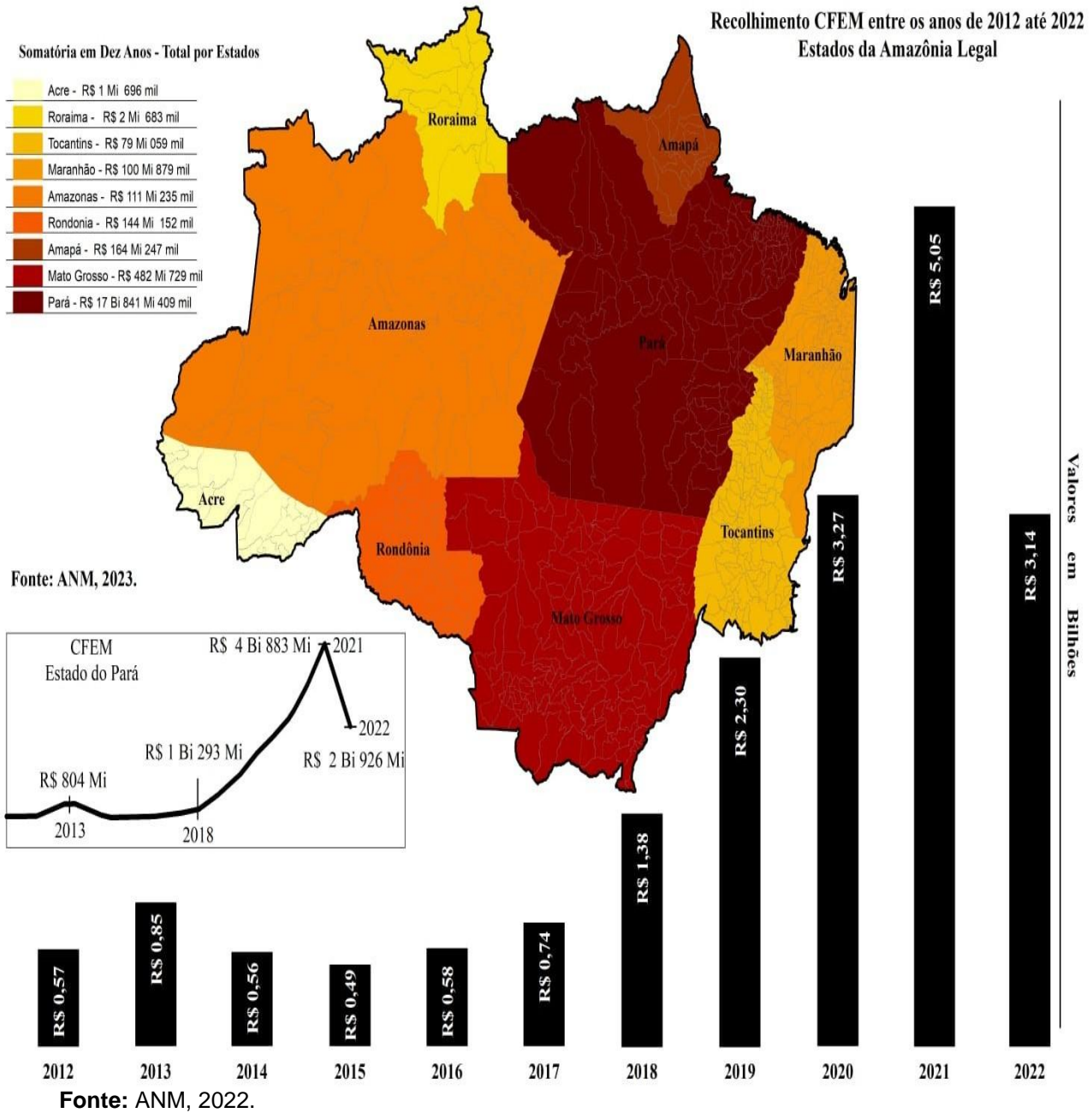
O Município de Parauapebas, sudeste paraense é a base do complexo Minerador de Carajás. O município nasceu de forma não planejada, diferente da cidadela de Carajás, que localiza-se no topo da Serra de Carajás, a mesma que é planejada pela Vale para abrigar os funcionários envolvidos na construção da planta

mineral. Parauapebas, origina-se no sopé da serra, crescendo de maneira desordenada com pessoas das mais diversas regiões do Brasil. Os problemas de ordem socioespacial, concentra-se no campo e cidade, marcas das contradições do (des)envolvimento planejado para a Amazônia.

A compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM), coloca o município de Parauapebas como o maior destino dos *Royalties* da mineração, dinamizando um mercado consumidor interno, conforme a figura 01. Em destaque especial para o Pará, os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás despontam como os municípios com maiores arrecadações da CFEM, concentram 84% dessa montanha de recursos financeiros.

O aumento da CFEM, está diretamente ligado a rapidez da extração mineral, corroborado pela duplicação da estrada de ferro carajás, e o início do projeto S11D. Destaca-se, a Lei 13.540/2017 fixou novas porcentagens para o aumento a ser distribuído entre estados, governo federal e municípios (PADILHA, 2022).

Figura 01: Recolhimento da CFEM nos últimos 10 anos entre os Estados da Amazônia Legal.



No decorrer da elaboração desta dissertação, em meados de julho de 2021 era realizada a audiência de licenciamento ambiental sobre a viabilidade da nova cava a ser aberta, a chamada mina N3¹⁶. De acordo com a Mineradora VALE, a capacidade produtiva será de aproximadamente 10 milhões de toneladas por ano, com vida útil estimada em 7 anos e representará 10% das minas N4 e N5. Ainda segundo a mesma, irá contribuir para manutenção dos atuais patamares de extração mineral em Carajás.

¹⁶ Trata-se da abertura de uma nova mina, com a utilização de estruturas já existentes e licenciadas (LO 267/02), tais como: Pilha de deposição estéril, usinas e pátios de estocagem, entre outras (VALE, 2021).

Os argumentos apresentados que supostamente justificaria abertura da mina N3 são: manutenção de empregos na localidade; manutenção de tributos, federais, estaduais e municipais; compensação financeira pelos recursos explorados; visando minimizar impactos ambientais, a empresa utilizará todo o complexo minerador de Carajás: refeitório, usinas, pátios, escritórios e as barragens.

A operacionalização de aproximadamente sete anos, ocorrerá nas seguintes etapas: **1)** supressão da vegetação na área de cava, 1 ano; **2)** perfuração de poços de rebaixamento, 1 a 5 anos; **3)** start-up da lavra na mina N3; e **4)** execução da lavra na Mina N3, 1 a 7 anos. É previsto um contingente médio na fase de operação girando o entorno de 181 trabalhadores no pico da produção ocorrerá pelo 6º ano.

A imagem que segue, foi fixada nos principais estabelecimentos de encontros na APA do Gelado, a saber: Escola Municipal de Ensino Fundamental Jorge Amado, Sede da Associação de Mulheres Filhas da Terra e Unidade Básica de Saúde da APA. Bem como em rádios locais, comunicavam sobre a 2ª audiência Pública que ocorreria de maneira virtual.

Foto 01 – Cartazes espalhados pelos principais pontos de encontro na APA do Gelado

BARBOSA MELLO CONSULTORIA FACABONITO.ORG

2ª Audiência Pública Virtual

Projeto Mina N3 - Complexo Minerador de Carajás

A Vale convida você para a 2ª Audiência Pública Virtual do Projeto Mina N3. Sua opinião importa para a gente, participe!

Data e horário
15 de julho
às 18h

Fale conosco
Telefone: 0800 729 1801
WhatsApp: (11) 9 8195 2518
E-mail: audienciapublica2minan3@vale.com.br

Inscriva-se pelo site:
<https://bit.ly/AudienciaPublica2MinaN3>

Aponte a câmera do seu celular para saber mais.

A audiência será transmitida em live pelo site do evento. Adicionalmente, serão disponibilizados pontos para participação presencial das comunidades da área de influência do projeto. Veja os endereços:

1. Associação Comunal Indígena dos Povos do Riozinho (ACPI), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho
2. Associação Indígena dos Povos do Riozinho (AIPR), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho
3. Associação Indígena dos Povos do Riozinho (AIPR), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho
4. União Municipal Indígena dos Povos do Riozinho (UMIR), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho
5. Associação dos Povos do Riozinho (APOR), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho
6. Associação dos Povos do Riozinho (APOR), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho
7. Associação dos Povos do Riozinho (APOR), End: Rua 24 de março, nº 7, Riozinho

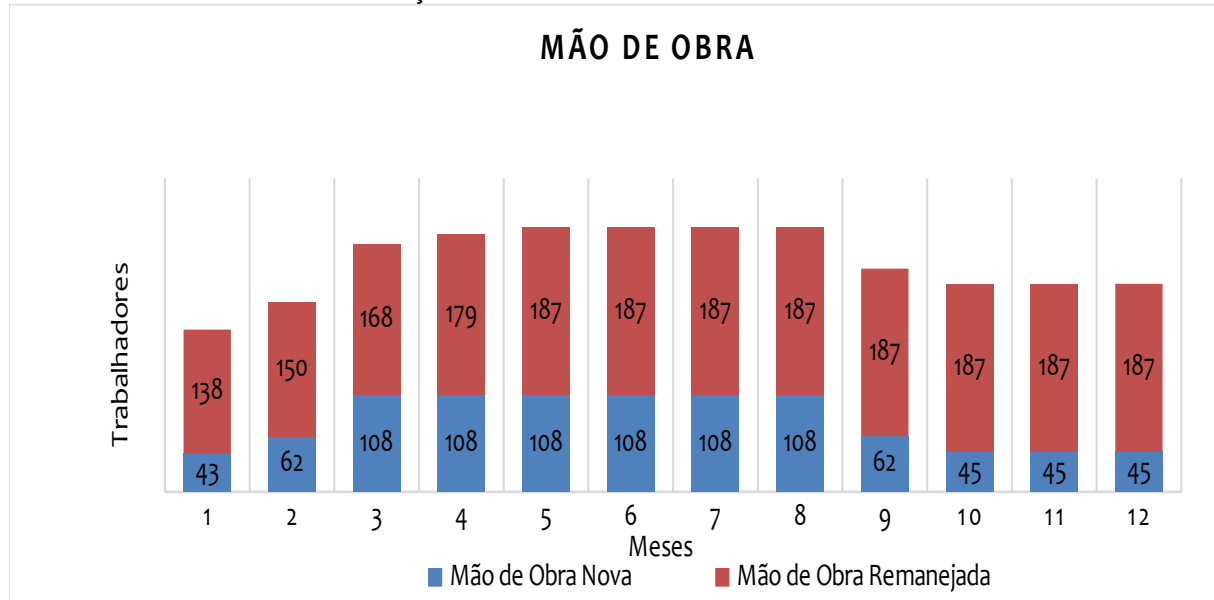
Associação de Mulheres Filhas da Terra - AMFT
Associação de Mulheres Filhas da Terra - AMFT

VALE

Fonte: Diário de campo, 2021

Na mesma audiência ocorrida entre VALE, IBAMA, Indígenas e camponeses, tentou-se justificar a importância da nova mina sob argumentos na manutenção de empregos (gráfico 01), e recolhimento de impostos para o Município Minerador de Parauapebas.

Gráfico 02 – Previsão de contratação de Mão-de-Obra Mina N3



Fonte: VALE S.A. Organizado pelo autor, 2021

O projeto da Mina N3, apresenta como objetivo manter o volume de minério exportado em função da proximidade da exaustão das minas mais antigas. Outro argumento propagado pela mineradora, dá-se pela manutenção dos empregos e aumentos de postos de trabalho com a prospecção da nova mina. A previsão ocorre nos primeiros 12 meses de execução do projeto Mina N3.

Uma questão em evidência diz respeito aos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMAS). Eles são contratados pelas empresas financiadoras do projeto, em especial, na mina N3, a VALE contratou a empresa AMPLO, que se utilizou de instrumentos questionáveis na elaboração final apresentado ao IBAMA e debates com a sociedade civil. Sobre as ações das mineradoras nos territórios, entendemos que,

As instituições decidiram não apertar a legislação ambiental, mas acelerar ainda mais o processo de flexibilização. Isso ocorreu porque as mineradoras conseguiram instalar uma rede de interferência que inclui não só a Câmara dos Deputados, mas também o governo, o Conselho de Política Ambiental

(COPAM) e o Ministério Público, além de instituições da sociedade civil, movimentos sociais e, ainda, universidades e suas instituições de fomento (LASCHEFSKI, 2021, p.06)

Na mesma audiência, o IBAMA mostrou-se alheio as intervenções da empresa terceirizada, contratada para elaboração dos estudos de impactos ambientais. Sob a alegação na manutenção do CEFEM, e a importância para o Município de Parauapebas. Ou seja, justifica-se novas aberturas de minas pelo viés econômico e supostamente na melhora do aumento de impostos.

De acordo com Souza (2020), empresas privadas estão a mando de quem as contrata, logo observamos a existência de relatórios de baixo teor técnico e metodológico. Por vezes, há casos de órgãos estatais que sofrem pressão na rapidez dos relatórios, tais processos são viciados desde a sua origem.

O aumento significativo das exportações de *commodities*, gradativamente participava da balança comercial brasileira. As exportações de matérias-primas direcionadas aos mercados globais das economias mundiais, entre eles: Ferro (Fe, Cobre(Cu) e Ouro(Au) são minerados principalmente na Amazônia. Na escala continental, a grande maioria de participação na exportação de bem primários ocorre no Brasil, ou seja, a América Latina como fornecedora de recursos naturais.

A exploração desenfreada de recursos naturais, corroborada pelo enfraquecimento de leis ambientais, registram graves problema socioambientais nos territórios das Mineradoras. Para Gudynas (2019) o extrativismo predatório dos bens naturais acompanha em seu raio de atuação, uma redução no controle ambiental e a fragilidades de políticas ambientais. É preciso ressaltar a existência de uma ecologia política atrelada a preservação ambiental e ativismos sociais internacionais e locais. De certa maneira provocam o debate na sociedade.

CAPÍTULO 3: A construção do território camponês na APA do Gelado

Eles tinham vindo daqui pra área da APA, trouxeram eles, uns conhecidos dela que ela conhecia aí me falaram [...] Ele é meu vizinho Paulino, e eu decidi abandonar lá porque era cheio de pistoleiro tão matando um aqui e outro acolá aí eu entrei pra cá... eu entrei prá cá em 87. (Entrevistado 01, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Janeiro de 2023)).

Obsessão pela Velocidade:

O impacto inicial de Carajás foi gradual até o final do século passado. Iniciada a implantação em 1982, a ferrovia começou a operar em 1985, mas a escala de carga movimentada seguiu um crescimento mais lento. Sobretudo depois de 2001, entrou num ritmo frenético, com a abertura do mercado chinês. Entre 2006 e 2010 a ferrovia escoou 465 milhões de toneladas de minério de ferro. [...] Não haverá mais Carajás quando o século XXII estiver começando. Grande parte desse ferro terá sido transformado em construções e produtos na China, que tem um terço da produção siderúrgica mundial. Ou, quem sabe, ainda estará guardada em seu território para uso futuro.

(Lúcio Flávio Pinto)

O espaço agrário do sudeste paraense carrega em si, marcas da expansão do latifúndio. O embrião desse registro são os seguidos processos de mercantilização e cercamento dos castanhais “livres” que são apropriados por uma oligarquia agrária local. A violência e as intimidações das oligarquias colocaram novamente em prova novas formas de reproduções camponesas. Tal momento, coincide com os novos rearranjos governamentais para a Amazônia, pautada na exploração mineral, além do mais, frisa-se a conversão forçada da Amazônia em uma fronteira de *commodities*, agrícolas e de recursos minerais (LOUREIRO, 2021).

Com efeito, discute-se neste capítulo as “tramas” territoriais do campesinato a partir da mercantilização dos castanhais (como vimos no capítulo anterior), perpassando pelos projetos de mineração, a criação da Unidade de Conservação (UC), o movimento de conquista dos territórios e os embates contra o capital mineral. Para tanto, a ordem dos acontecimentos simboliza parte das anotações do diário de campo, nessas etapas optei por conversas informais. A pergunta guia era “como surgiu a APA”?

3.1 No tempo do garimpo

*“Quem chegou
primeiro, Cheio de
vontade, Foi o
garimpeiro.
Primeiro o
garimpo, Depois
veio a lavra.*

(BRITO, José Francisco, 2015, p.22)

É importante ressaltar o fato de que boa parte dos colonos envolvidos na disputa pela terra, na região do Bico do Papagaio¹⁷, passaram por um grande período de suas histórias de vida migrando pelas “grotas” de garimpo. Os camponeses que trabalhavam, muitas vezes, em regime de servidão nos castanhais são obrigados a buscar alternativas que se oferecem quando são estabelecidas a decadência destes. Elas vão desde a ocupação desses mesmos castanhais até a experiência em diversos garimpos, principalmente no estado do Pará.

É nesse contexto que surgiu a famosa Serra Pelada, cujo garimpo se desponta como o que mais atraiu pessoas. No seu auge entre 1980 e 1982 chegou a abarcar cerca de 100 (cem) mil garimpeiros. Outros menos famosos como Cotia em Curionópolis-PA, Garimpo do Rio Gelado em Eldorado do Carajás-PA são exemplos desses deslocamentos temporários para os garimpos (BRINGEL, 2015).

Becker (1991) assevera um fato importante para esta grande mobilidade, segundo a autora, o campesinato vislumbrava, ao migrar até os garimpos, fazer seu processo de capitalização. Ou seja, mais uma estratégia que vai no sentido da reprodução social de orientação camponesa. Deuzelena, residente ainda hoje na APA do Gelado, nos relata a experiência no garimpo e, posteriormente, o processo

¹⁷ Região conhecida na década de 1960 e 1970 pelos intensos conflitos de luta pela terra. Localiza-se no entroncamento entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Sua área é de transição entre o cerrado, a mata de cocais e a floresta de terra firme.

de luta pela terra. Vejamos o fragmento de sua entrevista:

[...] vixe, meu marido sabe de tudo. Mas eu, era mulher esperta. Mas, lá no mínimo, mais ou menos, têm uns 30 anos, que eu cheguei da APA. Eu vim do 30, eu vim de Curionópolis do 30¹⁸. Rapaz ali foi o seguinte, a APA, ali eu e meu marido e o “Pedim”, meu vizinho de terra, a gente veio e grilo, veio grilando¹⁹ a terra, grilamos a terra e vingou. Aí a VALE mais o mirade²⁰ e a Vale e o pessoal do INCRA foram e dividiram o lote e deram para gente, até hoje tá lá ainda, mais assim colocado por esse pessoal, o Incra, o mirade e a Vale do rio doce [...] (Entrevistada 02, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Junho de 2021)

O termo usado pela nossa interlocutora, como “grilar a terra”, podemos deduzir como ocupar a floresta. Em outros casos, os camponeses residiam nas fazendas, executavam o trabalho diário sendo peões ou mesmo caseiros, até obter a sua autonomia: “conseguir um lote”. A terra, que antes era morta, sem sentido ao trabalho na terra, passou a ganhar vida, “a terra vingou”. Ao vingar, ela ganha vida permeia as relações do campesinato, revelando a sua essência ou uma campesinidade (WOORTMANN, 1999).

O trabalho nos garimpos é sempre muito efêmero e precoce. O garimpo no horizonte desse sujeito é relacionado ao ato de *aventurar-se*. A *aventura* está diretamente relacionada “a uma atividade específica que vai ser tentada, fora do universo camponês, e que implique um deslocamento espacial temporário” (MAGALHÃES, 2002, p. 267). Sendo assim, não se perde o horizonte de que no garimpo não se “para”. *Passa-se um verão*. A “corrida” até as cavas de extração aurífera em Serra Pelada, envolvia estratégias de reprodução dessa massa de trabalhadores, oriundas das mais diversas regiões do Brasil, em especial do Maranhão em divisa com o estado do Pará.

O papel do Estado no estabelecimento dos fluxos migratórios e, portanto, na gênese da composição da frente de expansão para Amazônia foi fundamental. A retirada compulsória de trabalhadores do Nordeste e do Sul do Brasil para compor esta frente na Amazônia paraense já oferece os elementos que compõem a desterritorialização. Entretanto, o discurso do Estado para os trabalhadores é o oferecimento de “recursos abertos e inesgotáveis” na Amazônia, entre os principais, destaca-se a “farta distribuição de terras”. Camponeses, então, munidos do sonho de conquista

¹⁸ Do “30” é como os moradores locais se referem a Serra Pelada. Esta localidade “KM 30” deu origem ao Município de Curionópolis. Toponímia dada para homenagear o Coronel Curió, homem designado pelo Estado Maior das Forças Armadas para fazer o “controle” do Garimpo.

¹⁹ A informante se refere a “grilar” a terra como sinônimo de Ocupação.

²⁰ O “mirade” é a expressão utilizada pela camponesa para se referir ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Rural – MIRAD, instituído no bojo do processo de redemocratização em 1985, pelo Governo Sarney, através do Decreto 91.214 de 30 de abril de 1985.

dessa terra liberta emigram e se deparam com um ambiente relativamente desfavorável para a sua reprodução, portanto, para a sua reterritorialização. No entanto, existiam brechas para a sua reinvenção. Criando, na marra, seus espaços de sobrevivência esses agricultores camponeses, através da sua organização começaram a abrir, no “front”, seus territórios até então perdidos no seu lugar de origem e, agora, não só reinventam seus novos espaços como também reinventam a si mesmos, forjando-se no interior da fronteira um novo campesinato (BRINGEL, 2018 P.109)

As brechas ou franjas são reais condições para a conquista da terra, seja de maneira definitiva ou não. O “vim pra cá, o trabalhar na roça”²¹ são elementos fundamentais da reprodução do campesinato nas “brechas da mineração”. [...] *Aí ela tirou a gente de lá e botou pra cá, ela chegava no barraco da gente furava panela, derramava panela de comida, furava prato. aí pegava a gente e levava lá pro núcleo, lá a gente ficava lá, uma vez uma tarde, de noite*²². O pequeno relato, do Sr. Chiquinho demonstra o drama para se manter e se reproduzir na terra. A retirada dos colonos acontecia sempre a serviço da segurança institucional da VALE que proibia a chegada dos colonos nas terras para o trabalho agrícola. A retirada e o cárcere tinha como motivo impedir qualquer intempéries na construção da barragem do gelado, o qual promoveu a (des)territorialização e mesmo a violência física contra essas pessoas.

Ainda neste momento da construção do território camponês, famílias inteiras migraram para as chamadas “terras livres”²³. Um dos lugares de existência dessas terras é ainda o entorno da Serra de Carajás, antes mesmo da estratégia corporativa de uma unidade de conservação (UC).

Apontamos neste trabalho os significados da sua criação na promoção de um “cinturão verde”²⁴ para enclausurar o acesso à terra e aos bens comuns. Este território é composto por três Florestas nacionais - Carajás, Itacaiúnas e Tapirapé Aquiri, a Rebio Tapirapé e a APA Igarapé Gelado. Wanderley (2009) elucida que as grandes corporações ligadas a atividade mineral, transmitem novas racionalidade, como a

²¹ Entrevista de campo.

²² Entrevistado 01.

²³ “Terras Livres” é uma categoria utilizada pelos agricultores para designar a existência de terras sem serem privatizadas, onde haveria a inexistência, ainda, propriamente de um mercado de terras. É a terra apenas com valor de uso e, não, de troca.

²⁴ O Cinturão Verde, como a nomenclatura nos refere é um território fechado, envernizado de um componente ambiental. Este território fechado é composto pela “área dedicada à atividade mineradora e pela *Company Town* construída para abrigar seus trabalhadores; a teia urbana e os núcleos concentradores de trabalhadores urbanos e rurais; e finalmente as áreas de entorno em relação aos centros econômicos e políticos.

criação de ordenamento territorial que lhe permitirá o controle do território para a livre territorialização do capital mineral.

Indagado sobre o momento inicial da ocupação do território na APA do Gelado, Seu Raimundo Nonato revela,

Quando eu vim, cheguei pra cá, comecei a trabalhar com roça mesmo né, fiz essa abertura que aqui não tinha, tinha uma aberturinha aqui né, era só mato, só mato mermo, aí eu comecei. Primeiro, que não tinha motosserra, eu “derribava” no machado, sabe? Eu prantava o arroz, prantava mandioca, agora eu não planto mais arroz, aí comecei a criar um gadinho. Que eu tenho né, a criação. Aí os filhos foram casando e foi ficando aqui, encostado em mim. Tens uns que moram na rua, mas aí eu falo a terra é grande, dá para fazer casa (Entrevistado 03, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Junho de 2021).

Diferente do projeto oficial do estado, a ocupação da terra, ocorreu de maneira não articulada aos interesses dos grupos hegemônicos na época. Seu Raimundo, migrou do Maranhão, conquistou a terra no trabalho diário, ou seja, “*eu vim pra cá comecei a trabalhar na roça*”. De acordo com Saquet (2006) o homem a partir da vivência em sociedade se estabelece no território dentro de sociedades, e com o desenvolvimento de atividades do cotidiano é que ele cria elementos da sua territorialidade. Assim, na APA do Gelado, essas territorialidades foram tecidas ao longo do trabalho das/dos camponeses sem terra.

Outro ponto a ser destacado, é o desejo de ter os seus filhos próximos na mesma terra, “*tens uns que moram na rua, mas aí eu falo a terra é grande, dá para fazer casas*”. A reprodução dessas sociedades e de suas unidades camponesas, tem como base uma série de práticas coletivas marcadas pela reciprocidade, além de usos de recursos comunitários, a transmissão intergeracional de bens como doação de animais, terras, dotes, dotações, transmissão de saber pela família e pelas redes sociais (SABOURIN, 2007). Ainda sobre a fala de Seu Raimundo quando se remete a ideia de “*rua*”, vale ressaltar, na zona rural ao se falar sobre o espaço urbano - o *colono* - aciona o termo “*rua*” que seria o espaço da cidade propriamente dito.

Nesta dissertação, partimos da premissa que o campesinato r-existe na sociedade capitalista, criando formas para sua reprodução social (PORTO-GONÇALVES, 2009). Em Shanin (1979) o camponês, além de ser uma *classe*, é também um *modo de vida*. Pensar a articulação entre essas duas dimensões, modo de produção e modo de vida é entender que a sua principal característica está na unidade camponesa. É nela que observamos a intersecção entre essas clivagens.

Seja por meio de um aspecto mais material ou simbólico. É no trabalho familiar na/com a terra que esses elementos se entrelaçam. O trabalho familiar é a sua principal força que constitui a legitimação de sua identidade.

A territorialização do capital mineral impõe normas contraditórias nos territórios, promovendo ora tentativa de expropriação do camponês ora apresentando elementos para a sua reprodução. Campesinato e capital é um relação contraditória, diferente da relação entre o trabalhador urbano assalariado com o capital (MARTINS, 1981). Essa relação é contraditória e desigual, pois possibilita a reprodução do campesinato, ou seja, o trabalho na terra pelo campesinato é indissociável para sua reprodução enquanto classe.

De uma forma ou de outra, o trabalho familiar, como prática típica do camponês, tem avançado. Em vista disso, observamos:

Ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas (OLIVEIRA, 1991, p. 26).

Oliveira (1991) parte do princípio contraditório do modo Capitalista de Produção que a um só tempo, promove no seu interior, a partir de sua espacialidade desigual no território nacional as formas capitalistas e não-capitalistas. O aumento da propriedade capitalista, não extingue a unidade de produção camponesa, como queriam os teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário. Segundo Felício (2006) é nesse contexto que a luta pela terra está determinada nas contradições do desenvolvimento do capital, a expropriação cria condições para o seu retorno. Com efeito, essas reflexões nos ajudam a entender, mesmo que parcialmente, a relação entre os processos minerários na fricção com os territórios camponeses.

É nessa esteira que começamos a pensar o início da construção do território camponês na APA do Gelado. São envolvidos embates pelo uso da terra e dos bens comuns (*livelihoods*). Em nossa pesquisa de campo, ao indagarmos sobre como se deu a conquista da terra, Deuzelena, explicita:

[...] os homi, né, os homi. Era muito homem que vinha para lá, aí, chamaram o meu marido que, era pai dos meu menino, aí chamaram ele para vim aí ele veio, e aí a Vale pegava ele e botava para fora. Tinha que vez que levava eles para Paraupebas, quase nu, assim trabalhando dentro do mato, né, saía todo rasgado velho, aí levava para Paraupebas, deixa eles, aí não vocês não pode ir para lá. E aí o pessoal ia embora, e o povo entrava de novo, até que depois aí mediram a terra e entregaram para eles (Entrevistada 02, APA Gelado, Paraupebas-Pa, Junho de 2021).

A sabedoria de luta das famílias é evidenciada na fala acima. Quando a Vale saía eles retornavam a terra. Numa lógica de deslocamentos contínuos, numa verdadeira disputa em que se vence pelo cansaço. A terra, no caso, era a Floresta Nacional de Carajás. A cada nova retirada da Floresta e o desejo de permanecer no território eram reforçados com bastante resistência. Marques (2008) ressalta as diferentes formas de resistência social camponesa. Ela caminha para o encontro de diversidades de configurações camponesas que existem no Brasil. Estamos diante de um complexo processo de recriação e territorialização camponesa, assim como, o embate entre o setor agromineral, exportador de *commodities* e os diversos grupos sociais como quilombolas, indígenas e camponeses.

Ao estudar o campesinato posseiro da fronteira, Hébette (1989) refletia que o modelo de colonização “*espontânea*” abriria esperanças para a reprodução social desses agricultores. Pensou que apesar das perseguições por órgãos oficiais do governo e de grupos hegemônicos na Amazônia, os grupos familiares teriam “[...] que criar na marra o seu espaço de sobrevivência e perspectivas para o futuro” (HÉBETTE, 1989, p. 80). Nesse sentido, a ocupação na APA do Gelado se desenhou nessas características da resistência “*aí levava para Parauapebas deixava eles, aí não vocês não pode ir para lá. E aí o pessoal ia embora, entrava de novo*”²⁵. De maneira geral, toda a formação socioespacial do sudeste paraense é marcada pelos crimes de pistolagens, grilagem de terras e crimes ambientais. Nesta região, a terra tornou-se privada, configurando-se “oceanos de latifúndio” expropriando famílias camponesas (MACEDO, 2006).

3.2- Quando não era APA: “O Povo dizia que era terra da Vale”²⁶

Eu morava no Maranhão, lugar chamado Rosário aí quando vim pra cá, estou com 30 anos que moro aqui. [...] quando cheguei aqui não era Apa, eu comprei esse lote, comprei do Edmar essa terra. Era no tempo do Sarney, aí depois virou Apa. Meu irmão mais novo trabalhava no vale, aí formou essa terra aqui. Tanto que ele tinha um pedaço aqui, aí eu comprei uma parte dele. Quando não era Apa você podia trabalhar à vontade, derrubar, queimar, fazer abertura né, você podia fazer não tinha complicação (Entrevistado 03, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Junho de 2021).

²⁵ Entrevistada 02, trabalho de Campo, maio 2021.

²⁶ Trabalho de Campo, Entrevista com o Sr. João Silva.

O depoimento do camponês Raimundo Nonato traduz a questão central que permeia este trabalho, bem como, a construção deste capítulo. A conquista da terra para o trabalho e reprodução social camponesa na fala do entrevistado, é possível compreender como se dá a conquista da terra, na franja da atividade mineral, sendo um elemento fundamental para sua reprodução enquanto camponês. Em alguns casos, os colonos eram recrutados pela CRVD para trabalhar na abertura da mata ou ainda, na fase da construção da barragem do gelado, o entrevistado 03, trabalhou como “fichado”, exercendo atividades como aberturas de estradas e na fase da construção da ferrovia e barragem.

De acordo com Bombardi (2002) é comum na trajetória do campesinato, momentos em que ele migre ou se torne assalariado, como forma de se manter na terra. A possibilidade de um salário abre caminho para conquista da terra em definitivo, com reais possibilidades de se territorializar em práticas; como derrubar, queimar, fazer abertura e roçar.

Soubemos a partir do trabalho em campo e pesquisas documentais que as primeiras incursões, no que atualmente conhecemos como APA do Gelado, deu-se a partir de extrativistas que estavam à procura de castanha, uma vez que, com o sucessivo aforamento, compra e venda dos castanhais próximos a Marabá, era necessário percorrer maiores extensões em busca da castanha até a localização do que hoje é a Serra de Carajás. O movimento em direção, ao que hodiernamente conhecemos como Carajás e seu entorno, teve como propósito desvendar terras “livres” distantes daquelas que foram dominadas por grupos locais.

Loureiro (2020) nos demonstra a realidade do espaço agrário nas proximidades de Carajás em meados da década de 80 com as incursões do estado, em um processo de confiscar terras e ao mesmo tempo promover a distribuição dessas terras de maneira arbitrária, sem considerar as populações que ali já estavam.

Incra estava implantando, desde 1982, três assentamentos rurais no sudeste do Para: Cedere I,II,III (centros de desenvolvimento regionais): nenhum deles vingou: O cedere I, com 450 famílias, situados 20 km da cidade de Parauapebas, sofreu ameaça de despejo, porque, passou mais de 35 anos, o Incra negou ter assentado colonos em assentamentos chamados Cedere. (LOUREIRO, 2020, P.246)

O Programa Grande Carajás - PGC - previu a abertura de colônias agrícolas, denominadas de CEDERE I, I, III, os quais, eram “centros” destinados para o assentamento de famílias que se tornariam excedentes populacionais provocados

pelo fluxo de pessoas atraídas pelo Grande Projeto. A gestão desse processo caberia ao GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins). A questão é que os CEDERES não tiveram a capacidade de absorção de todas as unidades familiares que se deslocaram para a região. Já na década de 1980 haviam perdido o controle dessa gestão do território.

Essas “colônias” tinham sido pensadas para comporem o mosaico de segurança do grande empreendimento. Como podemos ver no fragmento a seguir:

Vários elementos compõem o cinturão de segurança, a saber: a) reserva indígena do Cateté, como bastião de defesa do setor sudoeste, b) projetos de colonização do Getat, defendendo o setor sul e leste, c) Setor norte-noroeste, representando a parte não bem-sucedida do cinturão e d) Homens que patrulham o território e suas vias de acesso, e que varia com o grau de tensão no cinturão de segurança [...] (BECKER, 1997, p. 65).

Deste modo, diversos artifícios foram elaborados para conter a chegada desses contingentes de trabalhadores e camponeses sem terras. Evidencia-se, a tentativa do estrito controle do/sobre o território. Tais usos objetivando a lógica seletiva ao acesso aos meios de vida, como a terra e os bens comuns (rios, florestas, frutas, madeira, peixes etc.) abre uma fissura de ordem não só material, mas também, cultural e simbólica pelo fato de que reedita a desterritorializações de povos originários e camponeses confinados ou não em reservas (SOUZA, 2020), e ao mesmo tempo reverbera ações autoritárias contra os posseiros.

Projeto Ferro Carajás foi instalado nos anos de 1980 –, em larga escala, passaram a ter seus processos territoriais impulsionados e acelerados pela dinâmica da mineração, como é o caso da ampliação do espaço urbano e a fragmentação do território. As novas dinâmicas populacionais e a reconfiguração espacial nas cidades mineradoras no século XXI no sudeste paraense têm como influência direta e indireta a ligação entre mineração, energia, agronegócio, pecuária e atividade de extração de madeira, que atraíram para região muitas pessoas em busca de melhores condições de vida e de trabalho, acelerando as transformações socioeconômicas dos municípios. Desta maneira, os novos fluxos populacionais reconfiguram a distribuição espacial no território paraense, com especial destaque para os grandes projetos de mineração que, junto ao poder de atração pelos empregos demandados pela atividade mineradora, contribuíram para acelerar o crescimento demográfico nas cidades que têm atividades. (Oliveira, 2017, p. 335).

A mobilidade populacional foi induzida a partir do início e continuidade dos grandes projetos, seja por estradas, rios e ferrovias, sempre em busca de terra,

emprego ou mesmo a partir do suposto enriquecimento nos garimpos abertos na mata. Em conversas informais, foi relatado o trabalho na “empreitada”, ocorridas na Serra ou na abertura das vicinais para o transporte de materiais que iriam servir como base da planta mineral a serviço da Mineradora. Da mesma maneira, abriram-se vicinais por dentro da mata. A subcontratação era prática rotineira da Mineradora, a mão-de-obra era utilizada nos serviços braçais, como derrubar a mata para criar vias alternativas até o topo da Serra de Carajás, eram trabalhos temporários na fase da empreitada. Outra demanda de subcontratações foram as etapas da concretagem da Barragem do Gelado que recebe rejeitos de Carajás.

Para conter o avanço de posseiros e trabalhadores sem-terra, a CVRD em conluio com órgãos do Governo Federal pleiteou a criação de unidades de conservação (UC), verdadeiros mecanismos de zonas-tampão, sob argumentos de proteção aos recursos naturais, envolvendo a preservação de espécies vegetais e fauna próximas a planta mineral.

Assim vejamos:

Constituem as zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas. Mesmo que em certos locais exista uma relação de tipo cultural ou de ordem comercial ou ainda uma combinação de ambos, a situação de bloqueio espaço-institucional promovida ‘pelo alto’ (governo central) pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de deslocamento e expansão espontânea do povoamento no nível local (MACHADO *et al*, 2006).

A então CVRD como medida para “proteger” a província de Carajás de trabalhadores sem-terra, fazendeiros e posseiros em que ameaçavam a exploração do Minério, criou-se as primeiras Unidades de Conservação (UC), as quais foram: Reserva biológica do Tapirapé (1989), Floresta Nacional do Tapiraé-Aquiri (1989) e Área de proteção ambiental do Igarapé Gelado (1989), todas datam do mesmo ano. Ratificando as ações entre CVRD e Estado, no cercamento da Província de Carajás, ou na criação de Zonas-tampão.

Outrossim, o uso do poder no controle do território ao entorno das Unidades de Conservação (UC), tem como estratégias por parte da Mineradora em legitimar o domínio sobre as terras, possuir reservas para exploração de recursos naturais não minerados e gestão dos territórios ocupados por indígenas e colonos. Coelho *et al*

(1997), não deixa dúvida sobre os interesses de mineradoras na chancela de criação das UC

Assim, não nos parece haver dúvida de que há um grande interesse das empresas mineradoras em garantir a segurança no entorno de suas concessões de lavras e de sua infraestrutura industrial. A criação de territórios alternativos costuma ser vista com parte da estratégia de manter a ocupação sob o controle ou de atenuar temporariamente tensões de origem diversa entre grupos sociais e as grandes empresas mineradoras e ao mesmo tempo uma forma de realizar o fechamento. (COELHO et al, 2006, p.34).

A tomada dos territórios de povos originários e populações camponesas atendem aos interesses da mineradora, garantido a “segurança” das terras a serviço do capital, como consequência a sobreposição do território da mineração aos das populações camponesas. Nesse ínterim, estamos diante do avanço do capital em territórios camponeses, face da expansão capitalista no campo brasileiro, em especial no sudeste do Pará que envolve grandes corporações mineradoras. O uso do controle territorial congruentes aos interesses da mineradora VALE, assume em especial na Amazônia a territorialização do capital mineral.

Há regiões nas quais a exploração mineral assume um protagonismo na produção do espaço econômico porque se torna uma atividade que mobiliza a força de trabalho, geração de renda, demanda pela implantação de infraestrutura material e imaterial, forma redes de poder político e econômico, cria e recria fluxos migratórios, gerando consumo de energia e recursos naturais, estabelece uma nova ordem na logística e nos preços das mercadorias e serviços, além de adensar e acelerar a formação de núcleos urbanos que lhe oferecem suporte. A exploração mineral tem uma centralidade no processo de acumulação financeira, formada pelo sistema produtivo, entendido como um conjunto de agentes e relações produtivas que tem lugar sobre um espaço determinado. O histórico das explorações é marcado por processos de desestruturação (destruição do ordenamento territorial preexistente, desorganizando a coerência regional interna) e reestruturação (quando faz emergir uma nova organização produtiva, geralmente uma organização industrial original, definida por grandes corporações). O espaço usado com essas características é chamado, neste texto, de “territórios da mineração. (LAMOSO, 2017 p.27)

A desorganização espacial, oriunda da atividade mineral reforça as raízes do latifúndio no sudeste paraense. A mineração refaz novos territórios, principalmente pela expulsão das camadas mais populares. Esse caldeirão, fundamentado na expulsão compulsória e, ao mesmo tempo a necessidade de ocupar-se novamente, são cicatrizes abertas na Amazônia.

Neste trabalho, o território é concebido a partir da relação de poder (RAFFESTIN,1993), em Carajás é exercido pelas corporações mineradoras como a VALE, onde desorganizam o território e engendram estratégias entre Mineradora e Governo no sentido de controlar o acesso ao território. Todavia, mesmo ocorrendo o avanço do território da mineração por meios escusos, o território do campesinato se faz presente. Não só, pela simples oposição em si, ocorre pela própria contradição do avanço do capital no espaço agrário amazônico. Oliveira (1991) nos elucida a forma desigual do avanço capitalista no campo, em que, ao mesmo tempo que expropria a terra dos camponeses, também dar-se possibilidades na reprodução das unidades camponesas.

No trabalho de campo, em contato com os colonos é recorrente a percepção de quem é “dono” das terras, no caso a VALE. Todavia, mesmo com essa percepção o território é visto como lugar de reprodução da unidade camponesa;

Bom, como eu já conheci esse pessoal aí, que tem terra aqui, morreu há dois anos, o senhor Guilherme e o dona Ana. Eu passei uma boa temporada da minha vida quando eu era criança morando com eles, né? E aí eles me encontraram lá por Marabá. E perguntaram se eu estava numa situação meio difícil lá em Marabá, tá complicado pra lá. Aí me convidaram, [...] rapaz, se quiser ir pra Parauapebas, é uma cidade boa pra arrumar emprego, para trabalhar na outra área, se quiser ir lá a gente tem terra, tu faz uma casa lá pra tu. Né, e dá pra tu criar sua família, lá tem uns projetos bom. E lá tem uma possibilidade boa pra tu criar teus filhos e formar e tudo. né? E aí eu vim, né? Só que eu vim pra trabalhar de motorista, né? Porque a minha qualificação é motorista, né? Mas aí eu cheguei aqui (Entrevistado 01, APA de Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023)

No depoimento acima, o Sr. Zequinha, apresenta-nos um breve relato da sua história de vida. Primeiramente, tentou-se a sorte na cidade de Marabá, porém sem sucesso. Devido ao seu conhecimento no manejo do gado que envolve o pasto e a ordenha do leite, surge o convite de familiares próximos para ter a possibilidade de um pedaço de terra. Outro atrativo envolve os empregos na VALE ou terceirizadas, esse motivo é explicitado na fala do entrevistado.

Na franja do território da Mineração e unidade de conservação (UC), instrumentos de controle territorial, Seu Zequinha, iniciou a produção agrícola nos lotes de parentes próximos. Pela noite ele realiza a sua atividade laboral como vigilante da escola Jorge Amado, sobrando a manhã e tarde para as atividades no roçado. Em visita a sua terra, foi possível perceber a produção de hortifruti e da

lavoura branca, aos sábados, quando lhe é possível a produção agrícola é comercializada na feira do produtor na cidade de Parauapebas.

Na unidade camponesa é comum membros do grupo familiar assalariar-se para se manter na terra. Durante o trabalho de campo, percebi o quanto era comum encontrar colegas do serviço, trabalhando em seus roçados, além das atividades laborais, tais como: motoristas, vigilantes, assistentes de serviços gerais, merendeiras e cuidadoras. Nas rodas de conversas, sem qualquer formulário de pesquisa, pude ouvir a preocupação com a roça ou mesmo reclamando do baixo valor de revenda na feira. Em outros momentos, externalizavam a alta carga horária de trabalho assalariado²⁷.

Todavia, as presentes anotações no diário de campo nos permitem entender uma parcela desse campesinato na franja da atividade mineral. Esse campesinato, resiste ao realizar outras tarefas em seu cotidiano, principalmente, ao manter o cultivo da terra.

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança produzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo (OLIVEIRA, 2004, p. 36

Por outro lado, ao mesmo tempo que ocorre o aumento de terras sob o domínio da empresa mineradora, o que vem caracterizar a territorialização do capital Mineral; em oposição ocorre o aumento da agricultura familiar camponesa por meio da relação de subordinação ao capital financeiro, de um lado alicerçado pela venda das *commodities* minerais, já o oposto, a produção agrícola de sol a sol na APA Gelado.

3.2.1- Unidade de conservação: APA do Gelado

Em áreas cujos recursos naturais serão preservados podem existir perspectivas de futuras minas. Deste modo, podemos entender a ação demarcatória de áreas protegidas como um meio para impossibilitar a chegada de novas empresas e uma maneira de controlar as dinâmicas populacionais no entorno mineral. Esses novos limites integram o processo

²⁷ Em meados de 2020, a Prefeitura de Parauapebas terceirizou os funcionários de apoio na escola. A empresa encarregada, rebaixou o salário e outras gratificações, aumentando as horas trabalhadas.

planejado de reordenamento territorial promovido pelo Estado e por grandes corporações de mineração na região dos megaprojetos de desenvolvimento. Neste processo os gestores das áreas de preservação encontraram-se dependentes das mineradoras, no que se refere aos apoios financeiros, de infraestrutura e de logística operacional, comprovando o forte poder de influência exercido pela empresa na gestão e no controle destes territórios. (WANDERLEY, 2002. P.45).

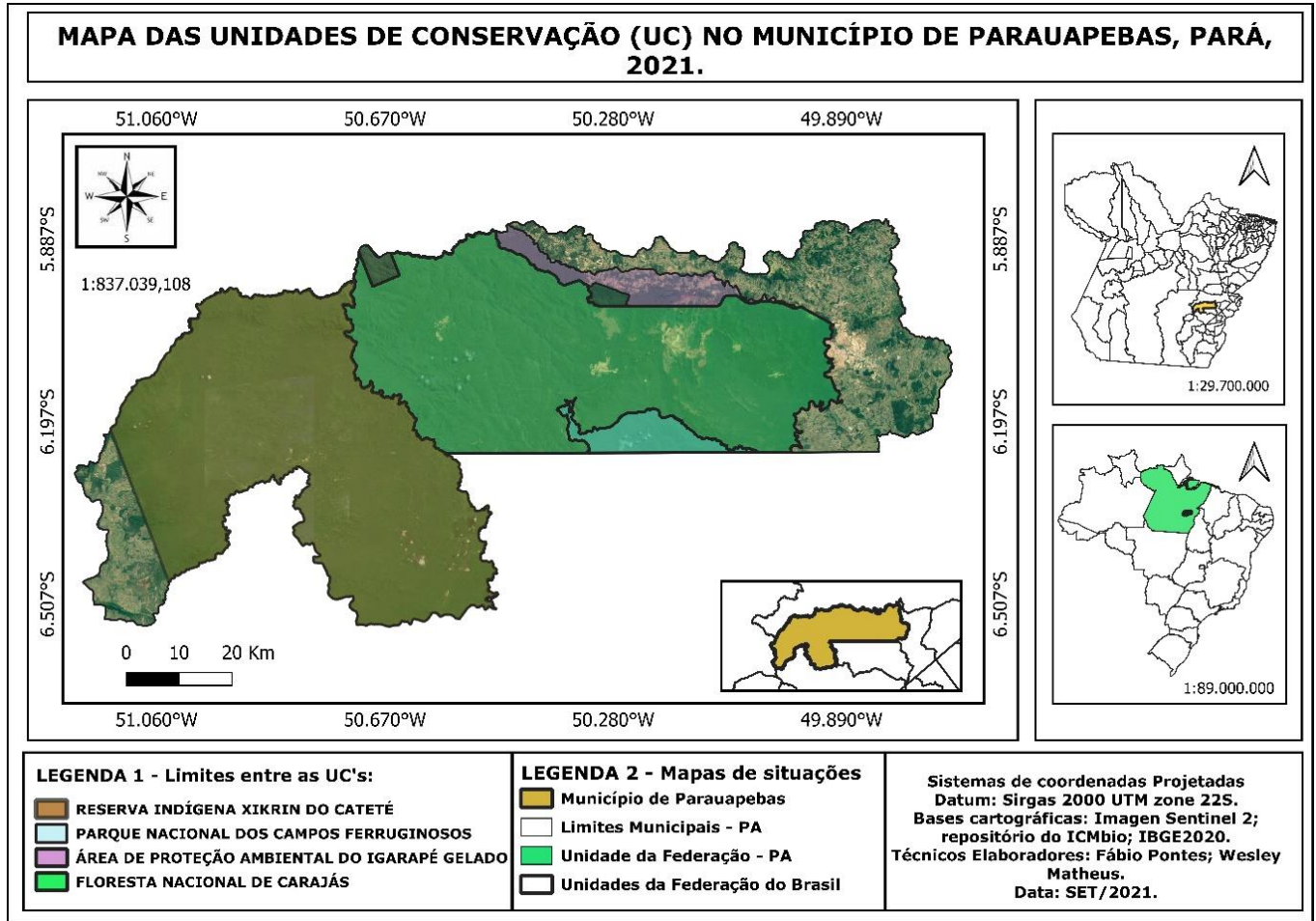
Em meio a desorganização do espaço agrário amazônico no sudeste paraense, na década de 1980, período do início da exploração mineral em Carajás é articulado a criação de unidades de conservação (UC) ao entorno da produção mineral. Registra-se o fato de que a Mineração Rio do Norte (MRN), foi a pioneira na delimitação de UC com finalidade de garantir todo o aparato na exploração mineral (WANDERLEY, 2008). Da mesma maneira a CVRD utilizou-se dos mesmos aparatos em Carajás na tentativa de minimizar os conflitos agrários.

Os impasses na criação da Flona de Carajás ocorreram no momento da privatização da CVRD, pois até então era exigido várias condicionantes da união em conceder 411 mil hectares de terras. A maneira para se “resolver” o impasse foi a criação da Flona de Carajás em 1998 pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso, para livrar qualquer tentativa em inviabilizar a venda da CVRD ao capital estrangeiro. Pois o embargo a privatização eram condições reais, caso não fosse delimitado as ações de preservação (RICARDO & ROLLA, 2005)

O território é o centro da disputa pelo controle das UC, articulado ao interesse da Mineradora, como depositário de recursos minerais de valor comercial a serviço do capital. O valor geológico e os recursos ainda não explorados, servem exclusivamente ao capital mineral, sobrepondo ao território do campesinato. Ao incorporar para si, o controle da área, promovem desarticulação de espaços nas perspectivas material e simbólicos, bem como, mudanças na paisagem geográfica (WANDERLEY, 2008).

No mapa 03, é possível observar as Unidades de conservação (UC) que fazem parte do Município de Parauapebas. Destaca-se a APA do Gelado vizinha a floresta nacional de Carajás.

Mapa 03– Mosaico das áreas protegidas na FLONA de Carajás, Parauapebas/PA



Fonte: ICMBio; IBGE, 2020. Elaborado por Wesley Matheus, 2021

Desse modo, apoiamo-nos em Coelho (1996) ao dizer que os territórios articulados pela mineração estão a serviço da extração comercial de recursos naturais, dos sujeitos e suas ações. Dessa forma, produzem (des)territorialização em suas múltiplas dimensões, da mesma forma, a sua (re)territorialização camponesa. Além do mais, o território do campesinato é anterior a qualquer tipo de normatização em UC's, a APA é institucionalizada a partir de interesses da mineradora.

A área de Proteção ambiental do Igarapé Gelado, criado a partir do decreto federal Nº 97.718 de 05 de maio de 1989. A APA do Gelado engloba o SNUC (Sistemas Nacional das Unidades de Conservação), evidenciando-se as Unidades de conservação de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção integral. Por conseguinte, faz parte do chamado “cinturão verde”, pois abarca: Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica do Tapirapé e por último o parque nacional dos

campos ferruginosos, ou seja, perfazendo a chamada FLONA²⁸. No mapa abaixo, podemos observar a APA.

Mapa 04: Localização da APA



Fonte: Araújo (2022).

Segundo Martins (2016) os primeiros registros na tentativa da criação de Unidades Conservação (UC) ocorreu com o Parque Nacional do Itatiaia (PARNA) em 1876. Somente no período da ditadura cívico-militar é que ocorreu o aumento expressivo do número de UC com o propósito de estatização das terras públicas e gestão dos recursos naturais. A partir da nova constituição de 1988, onde a mesma exigia a criação de unidades de conservação, na égide do governo Sarney a CVRD com participação do IBAMA, toma posse da Reserva Biológica do Tapirapé e Área de Proteção Ambiental do Gelado. De acordo com o ICMbio, a APA do Gelado é classificada como;

Área de Proteção Ambiental (APA) é uma Unidade de Conservação (UC) da categoria de uso sustentável, designada para proteger e conservar a

²⁸ Na Floresta Nacional de Carajás (Flona de Carajás), estado do Pará, existe uma área de vegetação de savana metalófito, denominada de canga, composta de gramíneas, espécies arbustivas e rupestres, capão de floresta, espécies de áreas inundáveis, jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapfex Wardleworth), buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.) e espécies raras e/ou endêmicas como a flor de Carajás (*Ipomoea Cavalcanti* D. Austin) (SANTANA, 2008 et al, p. 01).

qualidade ambiental, aprimorar a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. O objetivo fundamental de uma APA é conservar os processos naturais e a biodiversidade, orientar e adequar o desenvolvimento das atividades humanas com suas características ambientais. Em função da complexidade das relações: políticas, econômicas e sociais, APA são interessantes instrumento de planejamento territorial, integrando as atividades produtivas com técnicas adequadas de manejo, promovendo uma maneira mais apropriada de desenvolvimento, independente de limites geográficos (ICMbio, 2014, p.04).

APAIG é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, permitindo atividades no seu interior desde que previamente solicitado aos órgãos como IBAMA e o ICMbio. De acordo com o plano de manejo sustentável, elaborado pelo ICMbio, tem como objetivo o uso racional da natureza. Na análise quantitativa, observou-se o número de famílias residentes na APA conforme a tabela abaixo:

Tabela 02: Ocupação de Lotes da APA do Gelado 2014

	TOTAL	Ocupado pelo Posseiro	Ocupado por Caseiro	Sem ocupação/Informaçã o
Quantidade de lotes únicos	140	66	59	15
Proporção	100%	48%	43%	9%

Fonte: Plano de Manejo ICMbio 2014. Adaptado

Loureiro (2014) nos elucida a partir de dados do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a pressão para requererem lotes de terras, maior parte de empresas locais. De acordo com a autora, ocorreu uma continua imposição pela compra de terras públicas ou griladas, fragilizando aqueles que estavam na condição de posseiros.

A atividade de extração Minérol-Metalúrgico exige uma grande quantidade de áreas para a sua atividade de britagem, “lavagem” e a construção de barragem para os rejeitos. Para isso, “em 1986 lhe é concedido o Direito Real de uso resolúvel por tempo indeterminado, sobre uma área de 412 mil hectares” (LOUREIRO, 2014, p. 245), ou seja, a Mineradora Vale detinha uma grande área para a instalação da sua planta de Mineração.

O território é diretamente modificado e transformado pela instalação de grandes projetos. Impactando territórios indígenas bem como os camponeses. O emprego do conceito de território insere-se na perspectiva da sua multidimensionalidade. Nesse sentido, podemos exemplificar a existência de territórios distintos e ao mesmo tempo conflitante, na mesma região coexistem perspectivas capitalistas atreladas aos grandes grupos mineradores da região. Os territórios afetados pela mineração em seu

entorno, trata-se de conflitos de ordem ambiental, na essência existe a competição pelo domínio e uso dos recursos naturais e suas significações (ACSELRAD, 2004).

As contradições dos territórios minerados, tal como o desenvolvimento ampliado do capital, permite-nos constatar que o conjunto de terras de trabalho intrinsecamente ligados a grupos de agricultores familiares, camponeses reunidos em assentamentos de reforma agrária ou mesmo influenciados pela imigração e ocupação da floresta, formam grupos heterogêneos e complexos, por assim, denominados de povos da floresta.

Dessa forma, como vimos anteriormente o estado brasileiro planejou para a Amazônia o uso e o controle dos territórios, em especial as terras que gravitavam ao entorno da mina de Carajás. A exemplo, o Projeto Grande Carajás (PGC) viabilizaria a exploração agromineral e florestais, assim como, a superposição de territórios federais sob os estaduais e um estímulo a colonização de parcela capitalizada de migrantes oriundos do sul e sudeste do Brasil.

Para se chegar até a APA do Gelado, é possível por dentro da Floresta de Carajás, descendo a serra até o corredor sul da Mina, margeando as Barragens do Gelado e Geladinho. A mais antiga, é a barragem do gelado, na sua construção promoveu vários processos de expulsões de famílias próximo ao empreendimento, em alguns casos, removendo famílias compulsoriamente, seja pela compra de terras ou mesmo na intimidação.

Outro acesso, ocorre pela rodovia Paulo Fonteles, margeia chácaras, fazendas e terras de outros agricultores familiares. Até a entrada da APA, são exatos 24 km. A mesma estrada, compõe a rede de apoios logísticos até o Projeto Salobro na divisa entre Parauapebas e Marabá-Pa. O movimento é intenso de sol a sol principalmente às 18h, no momento da troca de turno, os ônibus que levam os trabalhadores entre o Salobro e o centro de Parauapebas.

O ponto de encontro, chamado de Santa Cruz, é possível observar pequenos comércios e uma rede de restaurante terceirizado para servir refeições aos trabalhadores. Nesse lugar, pude acompanhar diversas conversas das pessoas que saíam da mina e reclamavam do trabalho exaustivo, outros se queixavam dos “encarregados”, elo de ligação entre a chefia da empresa e os demais trabalhadores. As fotos abaixo, foram registradas em momentos de visita a campo, podemos compreender a dinâmica do trabalho nas proximidades da APA do Gelado.

Foto 02: Ponto de encontro Santa Cruz



Fonte: Diário de campo, 2023.

Na foto seguinte, percebe-se o encruzilhamento da rodovia Paulo Fonteles, demarcando a entrada para o acesso a mina N4 e APA do Gelado.

Foto 03: Entrada da APA do Gelado



Fonte: Diário de campo, 2023.

Na foto 03, observa-se a continuação da rodovia Paulo Fonteles com 69 km de extensão, terminando no Rio Itacaiúnas, em Marabá-Pa. A seta indicando o lado esquerdo é a entrada sul para Serra de Carajás ou acesso a barragem do Gelado. Como Também, o acesso aos territórios dos colonos a paisagem se entrelaça com os objetos técnicos da Mineração e pequenas roças. Antes da construção e pavimentação asfáltica das minas e na barragem, o movimento era de pouca intensidade. É possível perceber um aumento no fluxo de caminhões até a portaria.

Por diversas vezes, em conversas com os entrevistados (colonos), perguntava-lhes sobre a portaria que direcionava até a barragem. As respostas eram sempre no mesmo sentido, a segurança irá pedir para me retirar do lugar, pois, não poderia estar próximo a barragem e a portaria, *Se você for lá agora, para o carro lá, lá é filmado se parar lá meia hora o guardas estão ai, quem é você, agora passar pode, não pode parar.*²⁹

As fotos de 04 a 09 foram captadas em breves momentos para não pudesse receber o “enquadro” da segurança privada. Ou seja, estávamos em outro território - no território da mineração. A foto 05 mostra a pavimentação da estrada recentemente interligado ao complexo da mina N4. Ao final, existe uma portaria de entrada vigiada por seguranças armados e terceirizados pela VALE - foto 07. Com a pavimentação da estrada ocorreu a descontinuidade no deslocamento dos colonos pelo ramal que atravessavam a APA, pois estas foram suprimidas para o acostamento asfáltico.

Além disso, o conjunto de registros fotográficos a seguir demonstram o quão rápido e devastador é o processo de transformação da paisagem geográfica, afetada diretamente pela Mineração. Alguns registros que coincidem com o primeiro momento da pesquisa, ainda mostrava os vários caminhos que este autor realizava semanalmente até a escola Jorge Amado. Hoje, a beleza natural dos igarapés e das roças foram suprimidas pela pavimentação asfáltica que, margeia a antiga entrada, um movimento contínuo pela obsessão da velocidade (PINTO, 2006), ou seja, mineração o mais rápido possível.

²⁹ Entrevista de Campo

Foto 04: Acesso antes da portaria da Mina N4**Fonte:** Diário de Campo, 2021**Foto 05:** Estrada de acesso a portaria mina N4**Fonte:** Diário de Campo, 2023.**Foto 06:** Desembarque do Cobre, Projeto Salobro**Fonte:** Diário de Campo, 2021**Foto 07:** Portaria mina N4**Fonte:** Diário de Campo 2023.**Foto 08:** Acesso a empresa Barbosa Melo**Fonte:** Diário de Campo, 2023.**Foto 09:** Antigo acesso a APA do Gelado.**Fonte:** Diário de campo, 2021.

Capítulo 4 - Para quem é a proteção Ambiental? Territorialização da mineração e campesinato

De um ponto de vista socialmente crítico, “proteção Ambiental” permanece sendo uma expressão perigosamente vaga enquanto não for esclarecida adequadamente a questão de qual ambiente deve ser protegido, como e em benefício de quem. (SOUZA, 2020).

Lá é reserva não pode mexer, lá não pode pescar, não pode caçar não pode fazer nada. É porque o peixe é contaminado, agora não sei de que, dizem que é do minério. A barragem derrama no rio, aí sai cortando porque na barragem tem uma queda d’água lá no geladinho (Entrevistado 03, APA do Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2021).

Neste capítulo, discorre-se sobre as estratégias de territorialização do capital mineral na APA do Gelado. Ao mesmo tempo que ocorre a imposição de normas capitalistas no território camponês, é possível compreender o desenvolvimento contraditório da relação não-capitalistas. Ademais, a imposição de um território público-privado em uma unidade de conservação (UC) impõem conflitos e reações por parte dos colonos.

De acordo com Souza (2020) devemos expressar o cuidado com o termo “proteção ambiental”, para quem de direito será usado. Neste trabalho, partimos da premissa que as (UC), estão à serviço dos grandes grupos minerais, os mesmos detêm interesses em futuras prospecção de lavras e o uso do controle territorial na exclusividade para exploração. Além de exercer o controle territorial para a livre circulação da mercadoria mineral.

A seguir, apresenta-se algumas análises das investidas da VALE e a reprodução do campesinato nas “brechas” da mineração.

4.1- Proteção para quem?

Tal como debatido anteriormente a criação de unidade de conservação (UC), adjacentes as grandes corporações da mineração trazem consigo estratégias de ordenamento territorial, manifestado pelo controle e poder sobre os territórios. Tais

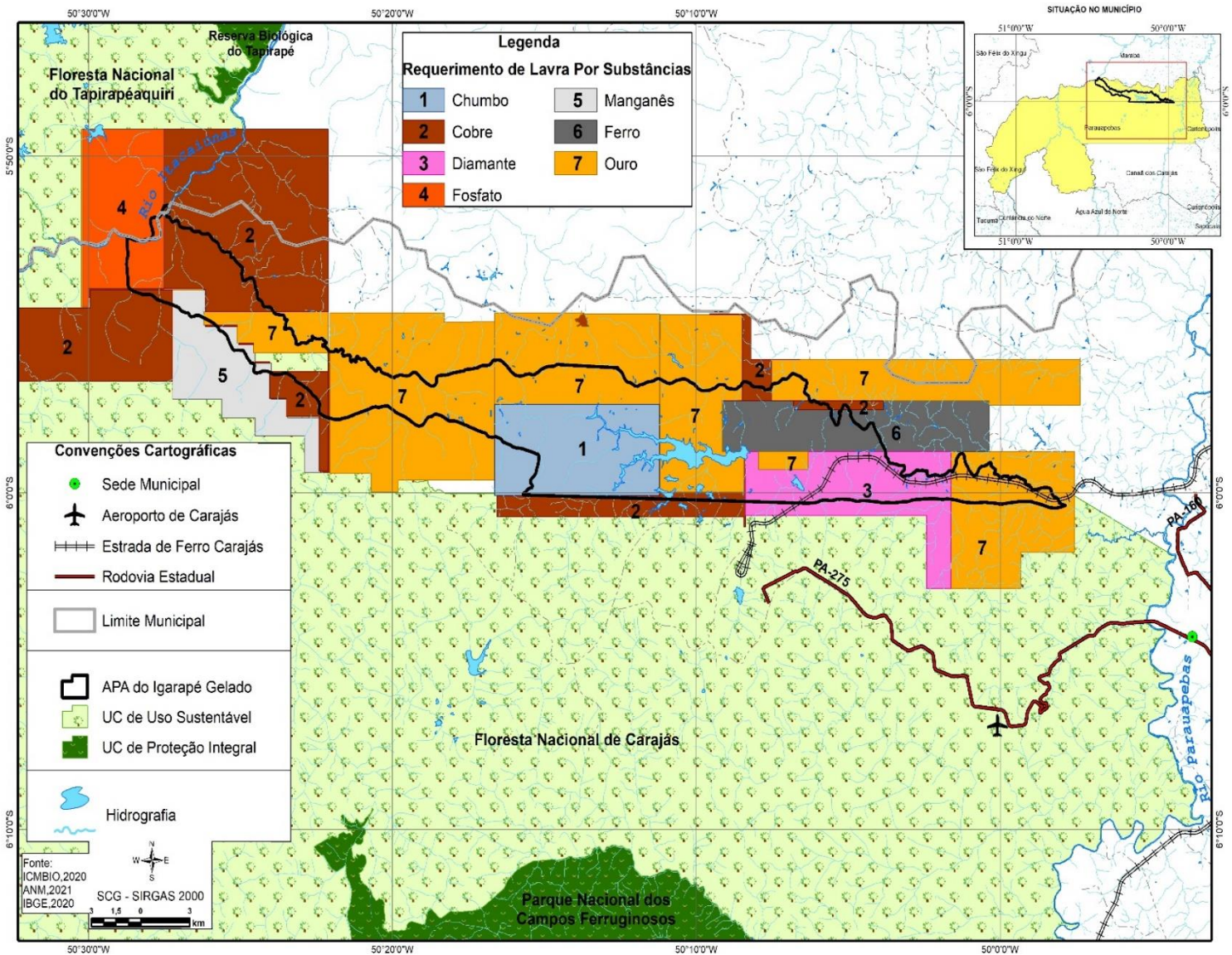
territórios estão no centro da disputa, pois para a VALE em Carajás uma área “preservada” e com a concessão real de uso, outorgado pela união, concede-lhe garantia na exploração de futuras minas, regular o seu entorno³⁰, ditar normas na vida dos sujeitos que usam o território no interior das UC´s (WANDERLEY 2002, COELHO et al 2002). Em suma, a existência de todo um aparato logístico para o controle do território.

Os impasses e interesses que envolveram a privatização da CVRD, no então governo de Fernando Henrique Cardoso, questionou-se a concessão de uso da área operada pela CRVD após a sua privatização. A grande corporação mineradora e o governo federal, prevendo manifestações jurídicas contrárias que poderiam contestar a situação jurídica, optaram pela criação de uma unidade de conservação federal, foi a Floresta Nacional de Carajás (FLONA DE CARAJÁS). Desta maneira, a província de Carajás torna-se unidade de conservação sob a administração da união, porém, o território da FLONA continuava sobre o domínio da Mineradora.

Neste íterim, a mineradora reforça os interesses no controle do território, uma vez que tornar para si as estratégias de uso e controle do território ao “fechar” o cerco as possíveis ocupações de trabalhadores sem-terra, extrativistas e demais sujeitos. Portanto, a exploração mineral a partir de então, é protegida por um cinturão de unidades de conservação, com isso, tais territórios passam a ser estratégicos na extração, venda e circulação de *commodities* minerais.

³⁰ Portaria de carajás

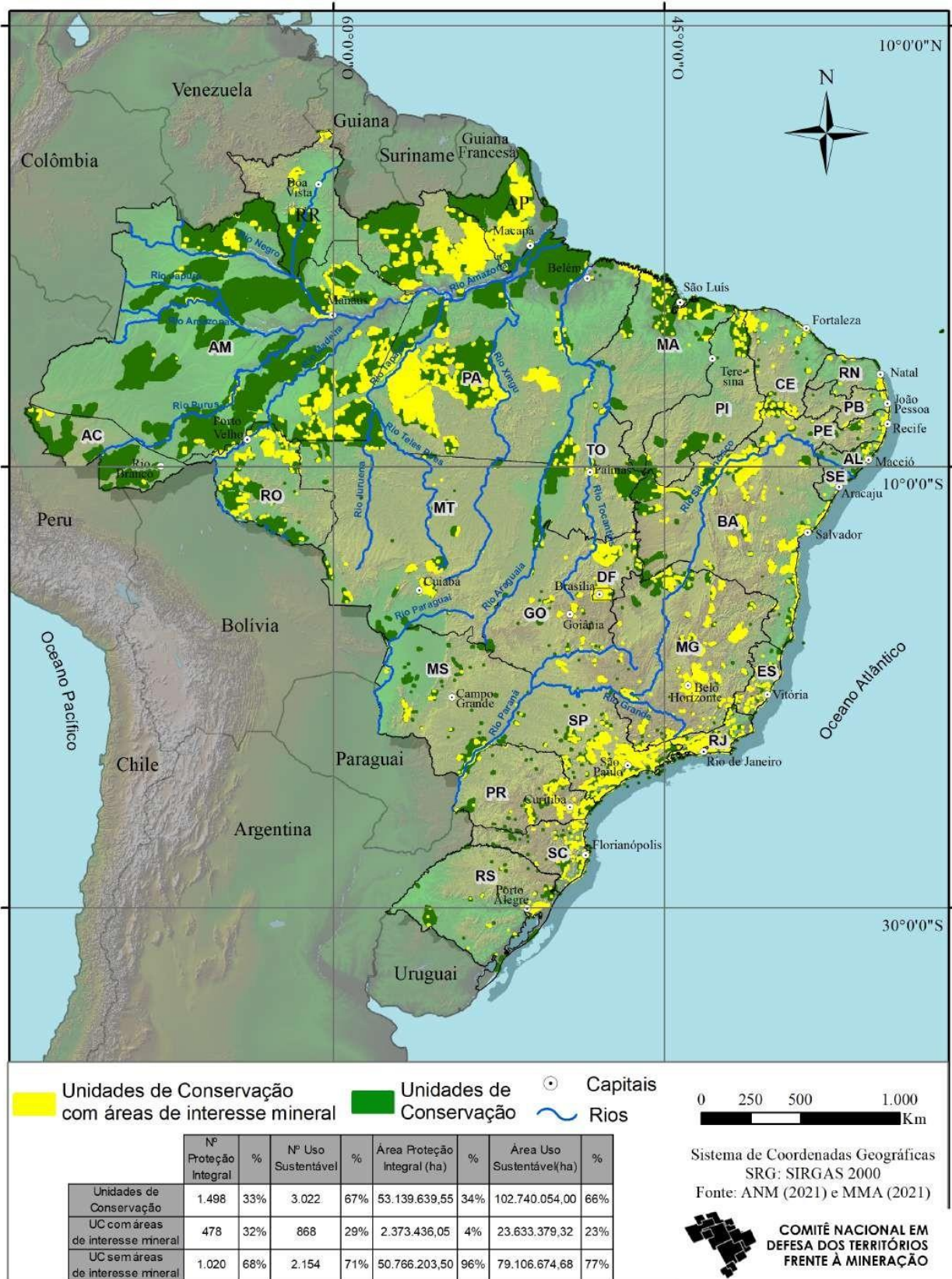
Mapa 05: Títulos minerais requeridos na APA do gelado e entorno



Fonte: ANM, Org. Pontes (2022).

Ao todo, no ano de 2015 foram 32 processos protocolados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão vinculado a Agência Nacional de Mineração (ANM). Visando as etapas de: Autorização de Pesquisa, requerimento de lavra, concessão de lavra entre tantos outros. Ao final, fraturam o território camponês a partir da lógica do grande capital. Pretende-se tratar conceitos como espoliação por acumulação e a violência nos territórios diretamente afetado pela mineração. O mapa acima, demonstra o requerimento e sondagens de minérios, no subsolo da APA do Gelado. Sobrepondo-se aos territórios de várias famílias que possuem lotes e vivem na terra. O Mapa 05, demonstra os interesses pela extração de minério nas UC's, em especial na Flona de Carajás, então vejamos:

Mapa 06: Interesse mineral sobre Unidades de Conservação (2020)



Fonte: Atlas do problema Mineral Brasileiro, 2023, com Adaptações

A FLONA, enquadra-se em uma categoria de unidade de conservação, porém, a sua criação não visa atender o caráter da proteção ambiental e dos territórios indígenas, a Flona de Carajás, representa o mosaico de áreas protegidas que devem ser integradas e participativas na gestão, visando a biodiversidade, desenvolvimento sustentável e valorização da sociobiodiversidade. Em contraste, este trabalho parte da concepção de que as UC's são delimitadas cartograficamente e socialmente para resolver problemas fundiários e conflitos agrários (ROLLA & RICARDO,2005b). Por conseguinte, revelam interesses na exploração de minerais com altos valores comerciais na Província de Carajás. Na tabela seguinte, mostra a sobreposição das UC's e o mapa da Flona de Carajás.

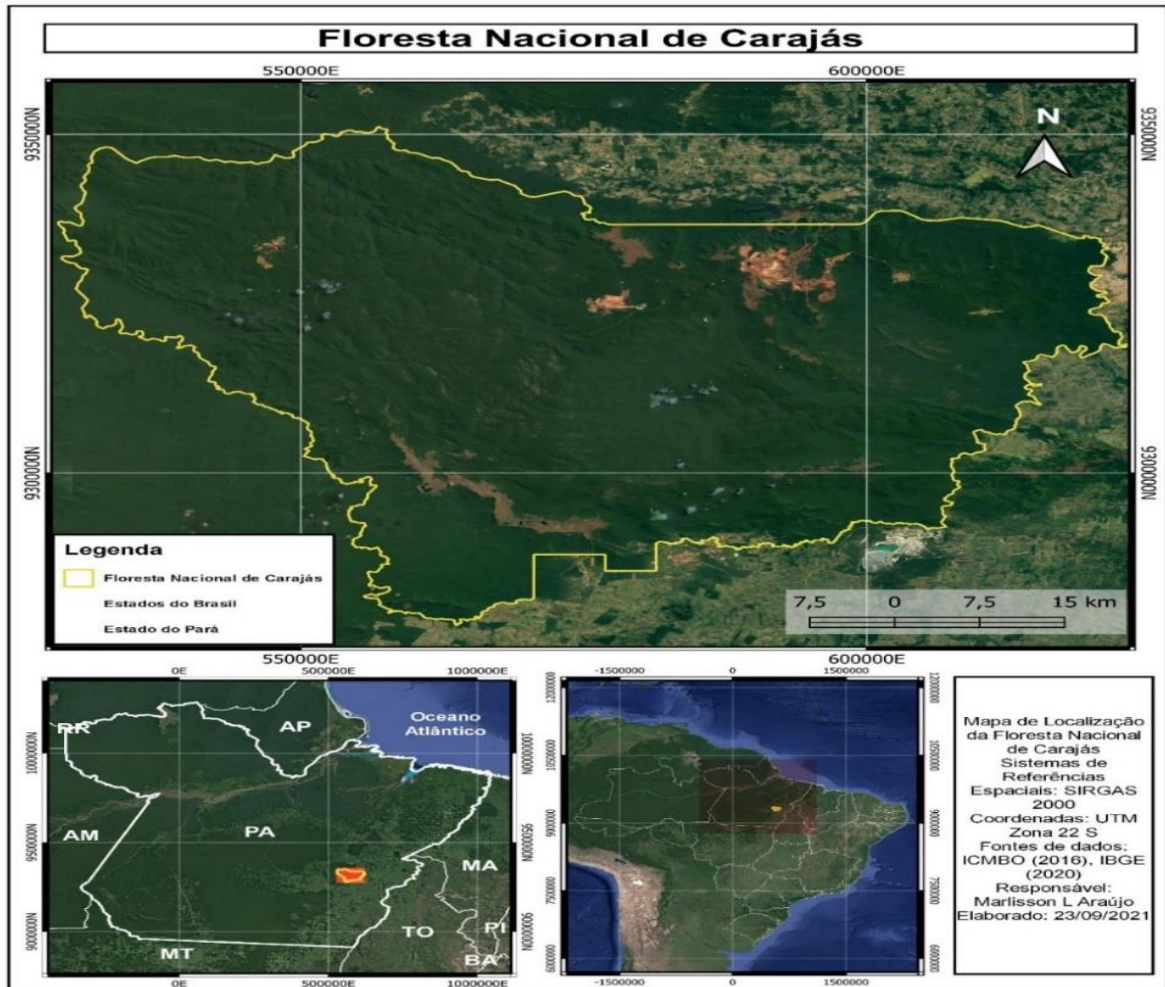
Tabela 03 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Mosaicos Carajás

MOSAÍCO CARAJÁS	Área (há)
Floresta Nacional de Carajás	391.263
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	196.506
Floresta Nacional do Itacaiúnas	136.700
Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado	23.285
Reserva Biológica do Tapirapé	99.273
Parque Nacional dos Campos Ferruginosos	79.086
TI Xikrin do Rio Cateté	439.150
TOTAL (com sobreposição)	1.365.263

Fonte: ICMBIO, adaptado

Destacamos as unidades de conservação (UC), a Rebio, criada em 5 de maio de 1989 pelo decreto 97.719 e floresta nacional de carajás (Flona), criada em 2 fevereiro de 1988 pelo decreto 2.486. A criação dessas unidades de conservação, possibilitou o controle do território pela Mineradora VALE; o controle envolve a exclusividade na pesquisa por novos minérios, bem como, a sondagem e mapeamento de cada mineral ainda não explorado. De acordo com Monteiro *et al* (2006) o controle do território nas imediações dos projetos minerais teve como retórica a preservação da biodiversidade e do ecossistema desses territórios. A criação dessas UC's, consolida a ação da mineradora na exclusividade para explorar o subsolo de Carajás.

Mapa 07: Floresta Nacional de Carajás



Fonte: ICMBio, 2017

As políticas ambientais implementadas pelo estado brasileiro instituíram, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985 de 2000, a política ambiental passa a ter uma perspectiva “conservacionista”. Cabe frisar que os movimentos e os embates políticos sobre o meio ambiente obteve no seringueiro - Chico Mendes - o início dos debates sobre áreas para preservação e posteriormente conservação. Sobre o SNUC “é um instrumento importante de gestão para o poder público, mas também para a sociedade, que a partir da sua promulgação passou a fazer parte, legalmente, da gestão das unidades de conservação” (JÚNIOR *et al*, 2009, p.54)

Com o surgimento do SNUC, nos anos 2000, ficava sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) a gestão desses territórios além das relações com populações locais perante aos órgãos do governo, nas três esferas

administrativas. Após este primeiro momento, em 2007 com a promulgação da Lei Nº 11.516 a gestão ambiental das Unidades de Conservação (UC), passou a ser incumbência do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Esta mudança é importante, pois a cogestão e corresponsabilidades que foram adotadas nessa relação, o “controle” do território perpassa pelo domínio do estado (PROST e SANTOS, 2016).

A criação da APA do Gelado final da década de 80 sem uma legislação rígida e ainda na esteira da redemocratização do Brasil, não previu para época os estudos de impactos ambiental (EIA), tais zoneamento e normas de uso da área são recentes, visam preencher normas do IBAMA e ICMbio. Um desses requisitos é o Plano de Manejo da APA, que data de 2016, ao vislumbrar os seguintes critérios:

Quadro 02: Propósito da criação da APA, de acordo com o Plano de Manejo Sustentável

- *Conservar os remanescentes de Florestas Ombrófilas densas presentes na Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado.*
- *Proteger espécies bandeira da fauna, a exemplo da onça-pintada (*Panthera onca*) e gavião-real (*Harpya harpyja*), ampliando a área de vida de populações de espécies que requerem grandes espaços territoriais. – Garantir a proteção dos igarapés Gelado, Azul, Geladinho e Esquecido, bem como a fauna e flora associadas.*
- *Assegurar a sustentabilidade e uso múltiplo dos recursos naturais, incentivando a produção de base familiar, como estratégia de melhoria da qualidade de vida da comunidade.*

Fonte: ICMbio, com adaptações.

Ao Colono³¹ ficaram mais perguntas do que afirmativas sobre o real significado de uma (UC), diretamente afetada pela mineração em Carajás. Restando, questionamentos sobre atuações do ICMBio, VALE/SA e IBAMA. Sobre quais devem desempenhar o seu verdadeiro papel. A prática na criação das UC's é na verdade um modelo exportado da América do Norte, uma frágil adaptação no Brasil pautado no que Diegues (2000) relata sobre o "mito da natureza intocada", assim, em parte demonstra o contexto da criação da APA do Gelado. Tal como escamoteia problemas agrários e a própria concentração de terra na Amazônia. A presença de grandes corporações mineradoras afunila a questão agrária na Amazônia.

Cattaneo (2012) demonstra que a imposição de território público-estatal sobre áreas protegidas, acaba gerando conflitos entre aqueles que utilizam do território sob uma base familiar camponesa, com as regras e normas de órgãos ambientais na aplicação da lei. O relato a seguir nos ilustra essa e outras questões:

Uma coisa que nós tinha era uma reunião quando nós entramos para cá era terra invasão. Nós vinha de Paraopeba. De pé pra cá. Nois vinha de pé. Até aqui. Aí quando surgiram essas terras pra cá surgiu o ICMBio, que se chama IBAMA, né. Aí foi uma reunião com o povo aqui. E ele disse assim: "feliz é vocês que vai ficar dentro da área. Vai ter estrada, energia". Custou, mas veio, ó.

E prossegue;

Rapaz, sempre, a Vale até não atormentava muito não. Nunca teve atritamento nosso aqui também, negócio de Vale, não. O negócio era o ICMBIO, negócio de queima. Sempre que surgiu essa projeção de APA, aí ficou esse negócio, sem queima. Más nós tínhamos a autorização para queimar, nós fazíamos os quatro aceiros (Entrevistado 04, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023).

As imposições, atribuídas para a agricultura camponesa na APA são perceptíveis na conversa acima. A rigidez das imposições no cultivo da terra, é latente nas entrevistas de campo. O ICMBio, tem feito fiscalização *in loco*, sobre os lotes dos colonos e ainda disseminando um inimigo comum, a prática da queima. Tal deliberações, criou uma rigidez no manejo agrícola fazendo com que, agricultura de base familiar camponesa, seja reinventada pelos colonos. Ora, esses manejos não sejam permitidos em áreas protegidas, simplesmente com o pré-texto de sustentar a floresta em pé, demonstra a incompatibilidade com os modos de vida do campesinato. Todavia, o trabalho na terra deve ser visto para além da técnica, e sim, um sistema

³¹ Auto denominação usado quase na totalidade pelos moradores da APA do Gelado.

simbólico, envolvendo a visão de mundo cosmológico, queimar ou não queimar é um processo moral (WOORTMAM & WOORTMAM, 1989).

Rapaz, se eu tivesse uma ideia, para a gente não queimar mais ainda era melhor. Porque sempre roça é assim, queimada, ela dá um legumezinho, mas dá mais trabalho.

e prossegue;

É, é melhor com trator, Trator é melhor. Só que eles têm umas horinhas de trator, mas as hora de trator não dá de fazer a roça para colônia. Não dá, porquê é três horas de serviço. Três horas de serviço o trator não faz nada (Entrevistado 03, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023).

Para “resolver” o impasse, ICMBio, Prefeitura e Vale destinaram o maquinário agrícola para fazer a preparação do solo. Porém, as horas do trator não satisfaz a maior parte dos colonos, inclusive gerando discórdias internas, segundo eles, “o presidente da associação³²” privilegia outros.

A capacidade do trabalho, entre os colonos da APA do gelado estar atrelado ao que Chayanov (1974) demonstra a diferença ao longo do tempo de acordo com a capacidade de trabalho na terra. Com o passar dos anos, caso os filhos não deem continuidade ao trabalho agrícola, existe a possibilidade na descontinuação do trabalho agrícola. No caso, do entrevistado assim como os demais idosos, era necessário maior tempo de trator, pois somente ele e o irmão ainda mantinha cultivos na terra. Afinal, *quando se queima a terra fica boa, e quando se passa o trator a terra fica dura*³³.

Essas e outras questões são tratadas internamente na associação e no conselho gestor. A área de proteção ambiental do Igarapé Gelado, prever um conselho consultivo para deliberações internas. Nossas observações em campo, permitem-nos afirmar que o principal interessado nas reuniões foram os próprios colonos, pois é neste momento que ocorrem as intervenções entre colonos e a VALE S.A. O ICMBio é o principal órgão consultor das questões ambientais, bem como, fazer valer a aplicabilidade de leis ambientais.

Os colonos e colonas organizam-se em duas associações. A primeira é a Associação de Mulheres Filhas da Terra, conforme a foto 10 da sede da associação:

³² Diário de campo.

³³ Diário de campo.

Foto 10: Sede das filhas da Terra



Fonte: Diário de Campo, 2021.

A filhas da terra surge como demanda para projetos voltados na inserção da mulher nas decisões políticas, assim como, voz para pleitear benfeitorias perante aos órgão responsáveis pela gestão da APAIAG. Sobre este momento, Núbia nos explica que:

O filhas da terra surgiu através de projetos e a demandas que tinha, porque na época tinha só a associação dos homi então aí através da Isabel e Viviane, na época também estava as irmã Joseli e Maria Rita que já faleceu. Ai tipo assim, elas, tinha curso, tinha um buscado de coisas disponível para eles, tinha política para mulheres mais não tinha como acessar, porque até então só tinha associação dos homens aí através disso surgiu a associação de mulheres aí foi onde a Viviane do IMCBio junto com a irmã Joseli que foi a primeira presidente. Maria Rita e a Isabel, lançaram a proposta e criaram a ata de fundação aí surgiu a associação de mulheres que foi em 2004, aí desde então a irmã ficou como presidente, bastante tempo [...] fizemos curso de gestão de empresa, fizemos cursos de confeitiro, temos os projetos a gente tem parceria com a Vale. Depois que eu assumi, procurei a legalização. [...]. E assim, eu me sinto muito grata por fazer parte dos filhos da terra porque é muito bom quando você consegue fazer alguma coisa pela sua comunidade então me sinto feliz por fazer parte disso e trazendo projeto para minha comunidade eu to melhorando a qualidade de vida não só da comunidade, mas também. (Entrevistada 05, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Junho de 2021).

Há alguns pontos para se destacar na fala acima. Para se tentar alguma benfeitora ou mesmo cursos, para aqueles que residem na APA, é necessária uma “parceria” com a VALE. Seja no financiamento para projetos ou mesmo, no sentido para organização dos sujeitos. Em vários momentos nas anotações de campo, é recorrente aos organizadores na APROAPA ou Filhas da Terra a ingerência de recursos financeiros aplicados diretamente pela mineradora. Todavia, a mineradora mantém funcionários exclusivos para tratar a relação entre comunidade e a empresa, tais estratégias são discutidas mais adiante.

APROAPA (Associação dos Produtores da APA do Igarapé Gelado), foi o primeiro coletivo para pleitear melhorias no interior da APA, além do auxílio na agricultura e escoamento da produção agrícola e do leite.

Foto 11: Sede da APROAPA



Fonte: Diário de campo, 2023.

As decisões e projetos que chegam até a APA passam necessariamente pelo consenso dos associados. Além de que a mediação com a prefeitura e ICMbio é realizada entre os membros da APROAPA. As decisões, projetos, financiamento tem a tutela da Mineradora, inclusive, há o setor chamado VALE-Comunidade que lida diretamente com as associações. Geralmente, profissionais como sociólogos, assistentes sociais estão na comissão de frente dessa “mediação”. A capilaridade dessas ações envolve desde as 2 (duas) associações, bem como a Escola Municipal Jorge Amado. Lembro-me de palestras sobre educação ambiental, como também, pequenas reformas em salas de leitura. Essas ações fazem parte de uma logística da grande corporação, com ações estratégicas nas comunidades, da mesma forma, perante aos órgãos fiscalizadores.

4.2- Território da Vale:

Eles que dão o dinheiro pra fazer a roça dos colonos, nós não vê esse dinheiro. Eles têm um grupo associação, que diz que a VALE tem um dinheiro aí pra fazer a roça dos colônia parece que é 100 mil, é 80 mil pra dividir pra 60 sócios, pode ser que seja 60 ou 50 uma coisa assim. (Entrevistado 01, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023)

Como problematizamos anteriormente sobre o processo de criação da APA do Igarapé Gelado, este foi marcado por estratégias corporativas, em que nenhum momento objetivou-se atender aos interesses dos colonos. Celho *at al* (2006) elucida que a criação dessas UC´s estão imbricados nos interesses do grande capital em áreas próximas as plantas Minerais; os órgãos ambientais deveriam priorizar o bem-estar dos sujeitos afetados. Todavia, as corporações minerais apropriaram-se dos órgãos ambientais exercendo uma forte capilaridade nas decisões. Desde que não afetem a produção.

Essa relação é conhecida com *Lobby*, exercendo influência nos poderes constituídos, a nível estadual e mesmo federal. Ou seja, as grandes mineradoras exercem poderes unicamente para lograrem êxitos na sua cadeia produtiva. Laschefski (2020) nos deixa claro sobre o raio de ação das mineradoras, ao conseguirem flexibilizar leis no congresso nacional e a atividade espúria no financiamento de campanhas eleitorais tanto estaduais quanto federais.

A relação “VALE-COMUNIDADE” é uma dessas ações a nível local ou relações de poder nos *nanos* territórios (SOUZA, 2020), atuando de múltiplas formas no plano material político – simbólico. As grandes corporações mineradoras, em especial a VALE, utiliza-se de estratégias corporativas nos lugares de seu interesse, as estratégias envolvem uma gama de ações desenhadas nos territórios atingidos pela mineração, engendram várias ações coletivas no exercício do poder “ampliar o seu poder ou reduzir o poder de outros agentes modificar condições de enraizamento, próprias e as de outros agentes” (MILANES *Et al*,2018, p.07).

Bourdieu (2009) nos demonstra que as estratégias são ações orquestradas por agentes para modificar formas do capital econômico, cultural e social, para alcançarem e obter vantagem no campo em que estão inseridos. Para se obter as vantagens são necessárias várias alianças, conhecimentos específicos, redes de contatos e habilidades específicas. Em suma, as estratégias são ações conscientes dos agentes para obter resultados dentro de seu campo de ação. A figura que segue nos ajuda a compreender todo o arcabouço das ações nos Território:

Figura 02: As estratégias territoriais da VALE



Fonte: Milanes et al.

Em Milanes *et al.*,(2018) empregamos o termo Estratégias Territoriais, pelas quais as VALE utiliza para ampliar o seu campo de ação ao mesmo tempo demonstrando a territorialização do capital mineral na APA do gelado. A relação Vale-comunidade, é uma das estratégias sociais com forte ação nas comunidades ao entorno da Mineração em Carajás, essa prática leva em conta o convencimento

coletivo com ações que envolvam: projetos sociais (educação ambiental), oficinas de geração de renda, auxílio a saúde e doações).

Esta tática está associada à busca pela legitimidade da ação econômica da empresa através de mecanismos de convencimento das comunidades afetadas. Ela diz respeito à execução de projetos sociais e ambientais (geração de renda, assistência de saúde, doações, etc.) nas comunidades que residem nas áreas e estados nos quais a empresa atua. Em 2017, a Vale estabeleceu diversos procedimentos normativos “para a gestão de demandas e dos planos de relacionamento e investimento social e, ainda, para a avaliação da criticidade de comunidades” (Vale, 2017c, p. 148). Tal iniciativa sugere que esta tática exige um conhecimento prévio do poder dos atores sociais nas localidades em que opera e não apenas a oferta compulsória de bens e serviços (Milanez *et al*, 2018, p.27).

Na Apa do Gelado, as ações são executadas na sede da APROAPA, Filhas da Terra e principalmente na escola Jorge Amado. Tais ações, compreendem estratégias corporativas no território e tudo perpassa pela segurança operacional. A imagem da empresa perante o contexto social é a “cereja do bolo” que envolve o contexto ambiental. A territorialização do capital mineral na APA do Gelado é irradiado pelas as associações de uso coletivo, assim vejamos na seguinte entrevista;

A Vale nos ajuda, na parte social dela tem relação comunidade nos atende, a gente recebe todo ano uma contra partida de recurso que é destinada para capacitação e recebemos essa sede foi de lá que veio recurso e ai deste então ela vem nos ajudando esse ano também já vai ter novamente, a cozinha industrial todo equipada esse ano já tem o curso de doce e gestão de consultoria para gente começar a entrar no mercado e esse ano já vai começar a trabalhar na cozinha e é muito bom porque através da associação e dos nossos parceiros a gente consegue melhorar a qualidade de vida da nossa sócia e si da nossa comunidade. (Entrevistada 05, entrevista realizada em junho 2021)

Este depoimento sinaliza as ações da mineradora na organização coletiva da APA do Gelado, atua diretamente de acordo com as suas estratégias territoriais. A mineradora, atua por intermédio das associações, destinando recursos financeiras diretamente no CNPJ das associações. Ou ainda, envolve doações de equipamentos que viabilizam cursos e oficinas. É recorrente perceber que as benfeitorias conquistadas de maneira coletiva, tiveram a participação da VALE S.A. Essas estratégias territoriais vão além da materialização do capital mineral, envolvem ações de “mitigação³⁴” dos processos de (des)territorialização.

³⁴ Representantes da Mineradora, utilizam dessa e outras palavras.

Na entrevista a seguir é perceptível o raio de ação da VALE nas comunidades. E um setor próprio que interage diretamente na coletividade da APA do Gelado.

Relação comunidade com vale é a Joanilde e o chefe dela é o Braga da vale. [...] a gente tem parceria com o ICMBIO até porque a associação surgiu de lá e também tem parceria com a sempror tbm inclusive quando a gente precisa eles dão capacitação para gente, capacitação com horta inclusive acabei de chegar com 500 mudas, pra atender a nossa demanda porque como está em grupo de mulher que vai trabalhar com doce a sócia precisa receber as mudas para atender a nossa demanda, entendeu. Aí é uma forma delas, além de trazer o benefício para dentro do lar eu também vou reflorestar porque também vou está plantando. ai depois que tá produzindo a gente vai junto aquela fruta, os marido pranta né e todo mundo contribui que os esposos prantar e cuida que hora que é dá produção. A mulher processa e transforma e outro tipo de produção para vender (Entrevistada 05, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023).

No trabalho de campo ficamos sabendo que boa parte dos profissionais que atuam diretamente nas comunidades, são profissionais das ciências humanas e sociais; tais como: assistentes sociais, psicólogos e sociólogos. A imersão desses profissionais, ocorre a partir de “pesquisas” sobre o perfil das comunidades perfazendo um perfil de ação para cada comunidade. Na entrevista acima, é perceptível a interação de profissionais na organização social e política na APA do Gelado.

Não é todo ano porque assim, eu estou com dois anos, e entrou 1 milhão de reais, conforme foi dividido foi 500 mil por ano, mais porque assim você pega o projeto por exemplo 18 leite a parte ,custa 800 mil só que você tem o tempo pra montar aquilo aí depois que você monta aquele projeto que entregar, e trazer outro projeto em mão igual esse que a gente tá fazendo agora de psicultura, peixe, você entrega aí depois disso que você vai ver o resultado, mais assim entra 500 mil por ano

E prossegue;

Lado negativo hoje da VALE, é porque nós somos os Principais impactados, porque o rejeito tá do Nosso Lado porque e a 100 metros daqui, e daqui a 100 metros o rejeito da Vale, muitos desses rejeitos tá virando poeira e vamos ter a extração dele agora, nesse semestre agora vai começar a retirada do rejeito da barragem do gelado todinha. (Entrevistado 06, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023).

O depoimento acima do presidente da APROAPA, revela-nos algumas questões pertinentes. Demonstra parte das estratégias corporativas da mineradora,

uma dessas práticas é o repasse de recursos para as associações APROAPA e FILHAS DA TERRA. Sobre o argumento de parceria aos produtores locais, chama-se atenção os recursos na casa dos milhões de reais. Outro ponto, diz respeito a projetos alheios ou poucos atrativos aos associados, ocorre na maioria das vezes nos 2 (dois) primeiros anos, após isso, os projetos são deixados de lado não despertando os interesses dos colonos.

Outras ações estratégicas no território por parte da Mineradora são as incursões no comitê gestor da APA do Gelado. Algumas ações, perpassam necessariamente pela reunião do comitê gestor, envolvem vários agentes, todos com opiniões diversas e que nem sempre atendem aos desejos dos colonos, ou mesmo, ações confusas, poucas vezes os agricultores são consultados por suas associações.

Tabela 04: Comitê gestor da APA Gelado

CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGARAPÉ GELADO	
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CÍVIL
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMbio-	Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado – NDHE;
Universidade Federal Rural da Amapá Pará - UFRA -Campus de Parauapebas/PA;	Associação de Mulheres Camponesas Filhas da Terra,
Secretaria Municipal de Produção Rural - SEMPROR-Parauapebas;	Associação de Moradores e Produtores Rurais para o Desenvolvimento Sustentável de Vila Sansão e Região – AMPRODESV
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA-Parauapebas	Departamento de Ferrosos Norte - DIFN/VALE Carajás;
23º Batalhão de Polícia Militar - Batalhão Parauapebas/PA	Salobo Metais S.A. - VALE/DIOC
Centro de Educação Ambiental de Parauapebas – CEAP;	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará - CREA/PA,
	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás – COOPER;
	Cooperativa de Ecoturismo de Carajás/PA – COOPERTURE CARAJÁS
	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Parauapebas – STTRP

Fonte: DOU, 25/06/201

Souza (2003) nos elucidada o papel da autonomia territorial, em que os sujeitos devem defender e gerir o seu território livremente, deve-se lograr dos recursos e decisões para todos. O processo decisório, no território tem que se lograr a partir da

base, os que estão embaixo são necessariamente os mais afetados pelas ações do estado ou mesmo da empresa privada. O comitê gestor gera mais dúvidas do que uma autonomia no território. Desse modo, as ações voltadas ao ambiente também perpassam pelas estratégias territoriais da mineradora, quando a mesma adota os órgãos ambientais (ICMbio e IBAMA) como “parceiros” em suas ações, ou melhor, lograr êxito na “boa-governança” (LASCHEFSKI, 2020).

4.2.1- Programa de educação Ambiental: PEA

O que deveria ser um condicionante imposto pelos órgãos ambientais, o PEA torna-se a “cereja do bolo”, vinculado as estratégias territoriais da Mineradora VALE nas comunidades em que seus territórios são minerados.

O Programa de Educação Ambiental integra ações associadas à Licença de Operação para as atividades de pesquisa mineral que estamos realizando [...] São atividades planejadas para que os moradores e empresa aprendam juntos sobre Educação Ambiental nessa fase do Projeto. Essa relação começa, portanto, baseada no respeito e nessa troca de conhecimento”, explica a executiva (IBRAM, online)

O PEA é uma condicionante para a operação da empresa nos projetos minerais. Todavia, ocorre uma terceirização das ações, em que, empresas são contratadas para oferecer uma gama de serviços nas comunidades. Um ponto que se destaca, diz respeito a rotatividade das empresas ambientais na execução do PEA³⁵.

As ações no território envolvem principalmente as escolas do campo, na APA a Escola Municipal Jorge Amado é o lugar das estratégias corporativas. Lembro-me de quando estava como docente na referida escola, vídeos que demonstravam o verde da FLONA de Carajás, seccionada pela mineração e ainda das possibilidades em explorar e desenvolver, a palavra mágica era o “desenvolvimento sustentável” e ainda o desenvolvimento a partir da mineração. Em uma dessas ações a Gestora da Escola discorre:

Sim é contraditório justamente isso que estou falando porque a empresa defende os lucros né, ela tá defendendo os lucros dela, então essas empresas que fazem esses projetos para acalmar as pessoas que estão ligadas a VALE, elas estão ganhando exatamente pra isso, para que as

³⁵ No momento da pesquisa, A ELEMENTUS soluções ambientais era a responsável pelas ações.

peessoas fiquem tranquilas enquanto a VALE faz o Trabalho dela, e aí que pra mim não é contraditório por isso, porque tipo assim tu segura o povo lá enquanto eu trabalho enquanto eu ganho. (Entrevistada 07, APA do Gelado, Parauapebas-PA, Janeiro de 2023)

Depreende-se do relato acima vários questionamentos pertinentes sobre as formas de ações da VALE na APA do Gelado. Não há conformidade com o projeto político-pedagógico da escola, como os temas das “ações sociais”, tudo gira entorno do improvisado sendo ações descoladas do Plano político pedagógico (PPP) da escola corroboram com atividade confusas para o corpo de docentes e pais. Nas observações, pós atividades o consenso gira entorno de que a VALE não está preocupada com o meio ambiente, ao contrário, todo esse aparato existe para encobertar o seu real interesse que são os lucros advindos da exploração mineral.

No decorrer da pesquisa em campo, acompanhei as ações do PEA na escola Jorge Amado. Registra-se que as mesmas ações já haviam ocorrido nas Vila Sansão, Paulo Fonteles e nas comunidades próximas da Serra Leste em Curionópolis. Na APA, em meados de maio de 2023, as ações centravam-se no “MAIO LARANJA” mês, de alerta ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Educadores e discentes são separados pelos formadores que envolvem videoaulas e rodas de conversa sobre o tema proposto. Aos educadoras e educadores é falado pelos sujeitos que, tais ações é uma condicionante para “mitigar” o impacto da mineração nas comunidades. Ou seja, a própria Mineradora reconhece as suas ações nefastas nos territórios das comunidades. Na foto a seguir, foi possível registrar um desses encontros:

Foto 12: Palestra com educadores



Fonte: Diário de campo, 2023.

Milanez et al (2018b) nos demonstra as ações envolvendo a mineradora VALE S.A e seus subsidiários no trato “vale-comunidade”, utilizam dezenas de projetos nas escolas visando buscar a legitimidade de educadores, educandos e sociedade como um todo na tentativa de formar um pensamento único e positivo sobre a mineração as eoperações de minas voltados para sustentabilidade, como a empresa “parceira”. Essas ações favorecem a territorialização do capital Mineral na APA do Gelado, pois capitaneiam ações simbólicas-culturais nos territórios minerados.

4.1.2- Território do Medo: “*Quem dá segurança é Deus*”

Zhour & Laschefski (2020) tem denunciado os crimes ocorridos antes e depois do rompimento das barragens de rejeitos do fundão de propriedade da SAMARCO *Joint venture* da VALE S.A e as barragens de Brumadinho-MG rompida em 2019, ambas sob responsabilidade direta da VALE S.A. Em hipótese alguma,

podemos entender como desastre natural³⁶, e sim, um crime contra famílias e meio ambiente.

Ademais, na APA do Igarapé Gelado existem as barragens do Gelado e Geladinho que dão suporte aos rejeitos minerais de Carajás. O crime socioambiental ocorrido nas cidades mineiras gerou impasses entre a mineradora, colonos, poder judiciário, estados, municípios e os órgãos de controle ambiental, como foco as reais condições da barragem do Gelado e Geladinho. Como medidas iniciais, séries de medidas, entre elas o TAC (termo de ajustamento de conduta). Semanas após os crimes sócio-técnicos em Minas Gerais, a APA de Gelado, teve suas atenções redobradas, tantos por parte da mineradora como dos demais setores da sociedade civil que envolvia as reais condições das barragens do Projeto Carajás. O medo e a insegurança passaram a dominar a percepção dos colonos, sobre um possível rompimento das barragens.

No meu ponto de vista, estas sirenes não dá segurança nenhuma quem dá é Deus pode tiver, o homi não consegue dá segurança. Mas assim, meu ponto de vista deus me livre esse negócio pode acontecer a mesma coisa de brumadinho e lá também tinha e não conseguiram evitar então para mim não dá segurança (entrevistada 05, APA Gelado, Parauapebas-PA, Junho de 2021)

Assim como:

E Complicado te responder isso porque as vezes eu vejo assim como uma contradição, porque o que eles nos passa, vocês aqui não correm nenhum risco e tudo seguro mais em todos os lugares que você anda você ver um ponto de encontro rotas de fuga, pra todos os lados, e uma coisa que você fica assim e confuso isso. E aí essas paletes e tal pra gente ficar tranquilo sempre e isso, só que eu não sei se é só pra tranquilizar a gente ou é só pra maquiar algo[...] Discurso é o mesmo porque eles fazem questão de frisar que aqui a gente não corre risco, que as barragens aqui são seguras que elas tem um modelo diferente, mais quem nos garante que realmente é né. Então na minha cabeça eles tão fazendo esse trabalho porque eles precisam fazer, de tá acalmando o povo pra não ter tumulto e pra empresa continuar fazendo o trabalho dela. [...] o povo estava querendo ser indenizado queria sair, porque tem muita gente que mora na beira da barragem, todo esse povo queria ser indenizado queria sair queria vender a terra pra Vale a qualquer custo porque estava com medo, [...] e aí eu não sei o que houve que a Vale conseguiu acalmar esse povo, então o povo já se acha mais seguro já não querem mais sair e aí tá tudo bem, entre aspas né tá tudo bem, só que eu não minha cabeça não vejo dessa forma eu acho que pode até ser seguro e

³⁶ Em Barcarena, o transbordamento da barragem da ALBRAS, segundo a empresa ocorreu devido ao aumento pluviométrico, no chamado “inverno Amazônico”.

que eles podem tá sendo sinceros e tal mais sempre fica o receio, não sei até que ponto. (entrevistado 08, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023).

O medo e a insegurança perpassam na entrevista acima sobre as barragens na APA do gelado. A segurança sobre sua vida só é possível a partir de uma entidade superior. Pois o acontecimento nas cidades mineiras gera alertas a todos. O que antes era um território da vida, hoje é marcado pelo medo e com reais desconfianças nas barragens de rejeitos.

Sobre as barragens Laschefski (2022) demonstra que as mineradoras tem se utilizado de artifícios chamando de “terrorismo das barragens”, impondo o medo e provocar perante as autoridades ambientais uma pressão para construção ou ajustes técnicos nas barragens. Ainda segundo o autor, o terror das barragens, é relacionado ao descomissionamento das barragens de rejeitos e fragilizar os licenciamentos ambientais “lançando mão dessas estratégias, as mineradoras penetram nas instituições públicas, nas entidades da sociedade civil e no ministério público para manipular a boa governança a seu favor” (LASCHEFSKI, 2022, p.135).

A convivência com o temor da ruptura de barragens e a possibilidade da ocorrência de um desastre sociotécnico nas comunidades inseridas na ZAS estão intrinsecamente associadas ao papel assumido pelo Estado de conceder licenças para a operação das mineradoras em todo o território nacional. Esse processo contínuo de maceração das vivências locais impactadas pela “lama invisível”, que pode ser tratado como o ônus no processo atual de reprimarização da economia brasileira, que altera o cotidiano das comunidades seja no deslocamento forçado, ou no aspecto psicossocial potencializada pelo medo de rompimento de barragens no contexto da ZAS (COELHO, 2022, p.83).

Compreende-se, assim, a convivência com a “lama invisível” espalhando medo entre os colonos na APA do Gelado, isto é, questionamentos sobre a efetividade dos treinamentos caso venha ocorrer. Estamos diante de um processo de (des)territorialização da vida, a VALE subordina o direito à vida e ao território, despeja o medo e a desconfiança entre os colonos. Evidenciamos então, um estado de exceção? Nas fotos que seguem exemplificamos as ações da mineradora sobre as Barragens.

Foto 13: Cartazes avisando sobre o treinamento.

Informe PAEBM

Seminário orientativo sobre as barragens Gelado e Geladinho

A Defesa Civil de Parauapebas e a Vale realizam, **no dia 14 de abril, sexta-feira, às 9h**, Seminário Orientativo para apresentação dos Planos de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBMs) das barragens Gelado e Geladinho, da mina de Carajás.

No Seminário Orientativo vamos falar sobre assuntos importantes, que fortalecem ainda mais a nossa segurança em caso de emergência com barragem de mineração.

Quem deve participar?
Todas as pessoas interessadas, especialmente moradores das comunidades: APA do Igarapé Gelado, Santa Cruz, Loteamento Rio Verde e entorno, além de moradores de sítios, fazendas, chácaras e demais propriedades.

Transporte gratuito
Saída às 7h do restaurante chão Goiano. O transporte irá percorrer a Rodovia Paulo Fonteles até a parada do Amor (loteamento Rio Verde) e finaliza a rota no prédio da Aproapa. O retorno seguirá o mesmo trajeto.

Data: 14 de abril, sexta-feira
Horário: 9h às 12h
Local: Sede da Aproapa

Não houve alteração na condição de segurança das barragens, que são monitoradas permanentemente por uma série de instrumentos e pelo Centro de Monitoramento Geotécnico (CMG).

Em caso de dúvidas e/ou sugestões, fale com a gente pelo 0800 285 7000
Defesa Civil: 199 / (94) 3356-3597 / CCO – (94) 99278-0431

DEFESA CIVIL PARAUAPEBAS DEFESA CIVIL PARA VALE

Fonte: Diário de campo, 2021.

A partir dos crimes sociais e ambientais, as grandes corporações mineradoras seguiram o plano de orientações e medidas sobre um eventual rompimento da barragem. Tal preocupação, torna-se assertiva pois, as barragem de Carajás é uma das antigas do conglomerado VALE.

Foto14: Barragem do Gelado



Fonte: Diário de campo, 2023.

A foto acima demonstra a barragem do Gelado na parte da gestão territorial da VALE S.A. Importante frisar que há uma grande dificuldade em entrar nesses lugares, pois são vigiados por câmeras e seguranças armados 24h, no contexto geral, causando uma topofobia a qualquer pessoa que se aproxime em campo. Era alertado para passar rapidamente e registrar a foto, pois a qualquer momento poderia ser abordado pelos seguranças. Os pontos mais ao horizonte da foto são boias de contenção para minimizar os rejeitos depositados nos córregos próximos a barragem.

Após os crimes do Fundão e Brumadinho diversos avisos foram colocados pela APA, como sirenes e cartazes expondo o caminho a ser percorrido em caso de um rompimento da barragem, como resposta imediata, a VALE passou a ter ações diretas nos territórios com simulações de rompimento de barragens nas comunidades próximas; conforme podemos visualizar nas figuras abaixo:

Foto 15: Sinalização caso ocorra o rompimento da barragem

Fonte: Diário de campo 2021

Foto 16: Torre com sirenes

Fonte: Diário de campo 2021

As figuras acima são bastantes ilustrativas dos interesses da mineradora VALE. O treinamento e as incursões de diversos agentes ocorreram após a tragédia do rompimento da barragem de Brumadinho-Mg, na verdade o que podemos concluir foi um roteiro de uma tragédia anunciada (ZHOURI, 2019).

A mineradora, a partir disso, passa a sinalizar supostas rotas por onde a lama poderia afetar Zonas de Autosalvamento (ZAS). Os avisos envolvem a rota de fuga, os pontos de encontros, que seriam os locais de mais altos pontos para encontros de possíveis resgates e/ou onde a lama não chegaria. Aparentemente, tais medidas estão longe de preservar a vida, em si, englobam estratégias corporativas globais que instalam novas formas de acumulação por despossessão em territórios que atuam.

4.3.- “Eu entrei pra cá beirando a ferrovia” – Tecendo territorialidades camponesas

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é importante, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para o seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditório a si mesmo (Oliveira, 1999, p.18).

Na APA do gelado a territorialidade camponesa é tecida na conquista da terra, seja ela na compra entre os parentes ou mesmo como posseiros. Assim, ocorre uma permanência no território r-existindo nas proximidades da atividade mineral. Neste trabalho, percorremos os elementos que compõem as territorialidades camponesas no Igarapé Gelado. Contudo, nesta dissertação o camponês é visto como uma classe social pertencente ao capitalismo, um modo de vida que tem como base a unidade camponesa (SHANIN, 1979).

A partir das observações em campo, entrevistas e as vivências na APA do Gelado, neste capítulo, aborda-se o processo de campenização na “brecha” do processo de espolição da atividade agromineral. As territorialidades engendradas pelos colonos, faz-se no cultivo da terra, a roça, como um dos elementos da vida camponesa, lugar da autonomia e controle do tempo, os roçados, materializam a chegada dos colonos.

Essa aqui não sei nem explicar de quem era essa terra. O povo diz que era da Vale, da Vale do Rio Doce, nesse tempo. Os povos dizem que era dela, da preservação dela, né. [...] Uma coisa que nós tinha era uma reunião quando nós entramos pra cá era terra invasão. Nós vinha de Paraopeba, De pé pra cá. nós vinha de pé. Até aqui, Aí quando surgiram essas terras pra cá surgiu o ICMbio, que se chama IBAMA, né. Aí foi uma reunião com o povo aqui. E ele disse assim: "feliz é vocês que vai ficar dentro da área. Vai ter estrada, energia". Custou, mas veio, ó. (Entrevistado 09, APA Gelado, Parauapebas-pa, Maio de 2023).

A fase da empreitada, construção da estrada de ferro carajás (EFC), possibilitou a chegada de outros colonos. Alguns trabalhavam na fase da derrubada da floresta. É comum nas entrevistas laços de parentesco alertando sobre novas terras descobertas ou sem “dono” que margeavam a construção da EFC.

No espaço agrário do sudeste do Pará, marcado pelas atividades agrominerais, é possível perceber novas territorialidades emergindo ou mesmo friccionando junto ao capital mineral. Assim sendo, “a territorialidade toma protagonismo nas lutas sociais e de r-existência no campo, sendo por onde as populações agraria-extrativistas conseguem realizar uma relação de poder no espaço, legitimando, assim, seus territórios de vida que r-existi” (SOUZA, P.279, 2015).

Segundo Saquet (2006) o homem ao viver em sociedade, territorializa-se em suas atividades cotidianas, em destaque, o campo como lugar de sobrevivência. Essas ações, na terra gera territorialidades, “são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, nas escolas etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa” (SAQUET, 2006, p.61).

Assumimos a postura das múltiplas territorialidades nesta pesquisa, para entendermos a problemática da atividade mineral corporativa nas unidades de conservação, coexistindo com os sujeitos que usam o território para vida na APA do Gelado.

4.3.1- Terra de trabalho:

Outras faces das territorialidades camponesas é o trabalho na terra; a saber: derrubar, caçar, fazer abertura e queimar. Algumas dessas práticas agrícolas na terra, típico do universo da agricultura familiar-camponesa, podemos ver nas fotos a seguir:

Foto 17: Roça da Família do Sr. Raimundo Nonato



Fonte: Diário de campo, 2023.

Foto 18: Benfeitorias no roçado

Fonte: Diário de Campo, 2021

Foto 19: Forno de Barro

Fonte: Diário de campo, 2021.

Foto 20: Pilar arroz

Fonte: Diario de Campo, 2023.

Foto 21: Casa e o sítio

Fonte: Diário de campo, 2023.

As observações e visitas aos roçados no trabalho de campo ocorriam em dias de semana, exceto às sexta-feiras e aos sábados que são reservados para colheita e transporte até a feira do produtor na cidade de Parauaperbas-Pa. Foi possível observar a produção de bananas, cupuaçu e muruci. Após o tempo de maturação das roças frutíferas, alguns colonos, optam por destinar parte da produção que são processadas na cooperativa mista dos pequenos produtores da Região de Carajás (COOPER), outra parte comercializada na feira do Produtor.

Tavares dos Santos (1984) nos ensina que a vida camponesa decorre de forma cíclica, como uma existência dedicada ao trabalho, movendo seus próprios

meios de produção que não resulta numa acumulação de capital para si, já que a prática camponesa estabelece um vínculo com a terra de forma não capitalista, tendo como objetivo inicial a reprodução da unidade familiar. O roçado é o espaço por onde perpassa as principais práticas camponesas na APA do Gelado, é o lugar de se fazer camponês, são partes do todo que revelam o processo da produção camponesa.

Na APA, em parceria com a prefeitura de Parauapebas, é disponibilizado um ônibus que sai da APA até a Feira do Produtor no centro da cidade. A feira é abastecida pelos agricultores camponeses de outros projetos de assentamentos, que convergem a sua produção até o local. Sobre a importância das feiras no contexto Amazônicos;

O lado cultural da feiranão deve ser desprezado. Espaço do lazer de pessoas que vêm para aquisição de produtos, é também espaço social dos próprios feirantes e produtores que, no fato de virem até aglomeração urbana, aproveitam para rever amigos, parentes e viver o que não seria possível na dispersão do campo. Os bares, boates, restaurantes, casas lotéricas, lanchonetes, oficinas, salões de beleza e outros estabelecimento ganham notoriedade nos dias de feira, demonstrando muito mais que o caráter comercial que eles costumam mobilizar (Guerra, 2010, p.130).

A feira do produtor em Parauapebas reúne uma sociobiodiversidade que são perceptíveis nos produtos que são produzidos. Nas visitas que fiz, observei que os agricultores da APA levaram frutos do sítio como: pupunha, banana cupuaçu, goiaba, muruci. Outros se dedicavam a plantar hortaliças como alface e pepinos, no tempo da castanha também era presente nas barracas deles.

Rapaz agora mesmo eu tô produzindo é só coco. Deu a produção da pupunha mais a pupunha ela produz muito mais aqui eu gostava muito daquilo mais eu não tô gostando mais não. A gente trabalha muito perdido aqui oh. A produção da pupunha a gente vigia o dia todos esse ano eu só colhi só a mais perto de casa a mais distante os papagaio comeu todinho [...] Eu tenho uma banquinha lá! Agora é difícil eu ir porque já tô chegando com a idade... aí vive só eu e essa mulher. Aí nós não pode sair os dois e deixar a casa só né? Aí não tô indo pra feira não. Tem vez que passo o mês todinho eu não vou aí passa o outro eu vou na feira (entrevistado 08, APA Gelado, Parauapebas-Pa, Maio de 2023)

Com este depoimento podemos compreender algumas questões que perpassam a unidade camponesa. Além da intrínseca relações com a feira, abre oportunidade para a reprodução social camponesa ao comercializarem na cidade

parte da sua produção agrícola. O entrevistado acima, os filhos migraram para cidade permanecendo só o casal na terra, “impossibilita” de diversificar a produção agrícola, salvo quando ocorre o pagamento de diária a parentes. Podemos compreender;

Esse princípio básico de equilíbrio é reflexo, de uma harmonia entre terra, força de trabalho e capital (situação ótima). Quando existe um desequilíbrio desses elementos, por exemplo, terra insuficiente, esse fator passa a ter função limitante no volume de atividade agrícola. Cabe então a mão de obra familiar buscar novos ganhos externos, até em atividades não agrícolas, para assim atingir o grau de satisfação das necessidades (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p.034).

Compreende-se assim que a produção camponesa é diversificada e sempre que precisar irá criar novas estratégias para haver o equilíbrio no interior da família. A possibilidade da venda nas feiras, abre uma dessas possibilidades de reprodução do campesinato na APA do Gelado. Como nos relatou, “*Aí não tô indo pra feira não. Tem vez que passo o mês todinho eu não vou aí passa o outro eu vou na feira*”³⁷, ou seja, a feira com lugar para além do comércio, mas, um espaço voltado ao circuito cultural do campesinato.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Inegavelmente a Amazônia brasileira, apresenta-se como uma nova fronteira das *commodities* agrícolas e minerais, amazônia: colônia do Brasil (LOUREIRO, 2022). As ações do Governo Federal catalizaram a Amazônia como colônia do próprio Brasil. Desde as oligarquias dos castanhais, fazia com que o campesinato continuasse em buscar de terras. A partir do planejamento geopolítico do estado para a Amazônia, e o novo direcionamento para a exploração mineral, um novo momento político para Amazônia surge. A exploração mineral na região de Carajás é uma dessas etapas no avanço da fronteira do neoextrativismo.

As grandes corporações minerais provocam uma dinâmica territorial excludente por onde atuam. Na presente pesquisa, explicitamos o exemplo do

³⁷ Entrevista de Campo.

conglomerado VALE no processo de territorialização do capital Mineral, debatendo as estratégias corporativas combinados com a (des) territorialização encrustados a partir da mineradora VALE e sua atuação em Carajás-Pará, desde a descoberta do Ferro. Nesta dissertação, demonstramos a partir dos próprios colonos nas investidas em campo as estratégias territoriais, a empresa utiliza-se da boa governança com os órgãos responsáveis pela aplicação da política pública ambiental, são estes: o IBAMA e ICMBio.

A partir do entendimento de autores como Coelho, Bunker, Monteiro e Wanderley, as unidades de conservação (UC), sob influência dos projetos minerais estão sob o controle das mineradoras. O controle do território é um instrumento valioso para as mineradoras, em que estas conseguem “ditar” normas nos territórios. Todavia, o campesinato tem r-existido, nas franjas da mineração. Na APA do Gelado, *locus* da nossa pesquisa, ocorreu um desses cenários na perseverança em conquistar a terra para o trabalho agrícola.

A mineradora em questão tem desempenhado estratégias territoriais para promover um bom “convívio” com os agricultores. Aqui entendido como Territorialização do Capital Mineral, essa relação, mostrou-se fragilizada a partir dos rompimentos das barragens em Minas Gerais, repercutindo o medo e questionamentos sobre a atuação da mineradora na APA do Gelado, fragilizando a permanência da terra.

A VALE, por meio de mecanismos de comando, desenvolveu refinadas formas de controle do território, utilizando para isso Unidades de Conservação nas imediações do projeto Carajás. Tudo para que sua narrativa baseada na dimensão ecológica seja pensada e executada como forma exclusiva de acesso aos recursos, tanto no subsolo quanto na superfície, afinal o controle nas imediações da Flona de Carajás é estratégico para o capital mineral.

Outrossim, é verdade que o campesinato, conjuntamente com alguns mediadores nas instituições ambientais, aos poucos vem quebrando essa lógica, mas ainda de modo muito incipiente. É possível perceber também que ao longo de seu itinerário de lutas, os camponeses refinam seus instrumentos de resistência e convertem a dinâmica da mobilidade, imposta pelo capital ao seu favor.

Discorreremos sobre isso, ao pensar os diversos deslocamentos de camponeses para áreas de garimpo ou experiências de proletarização nas minas, não como formas de descampenização, mas sendo experiências cognitivas de aprendizados contínuos,

importantes para a afirmação desse sujeito social como protagonistas de seu território. Desta vez, com mais acúmulo de experiências, trajetórias e uma melhor organização.

Nesse sentido, afirmamos isso pelo motivo de que muitas famílias sofreram impactos profundos em seu modo de vida e de produção e, logicamente, em sua reprodução social camponesa. Barragens, vigilância e uso restrito ao território na APA são alguns dos elementos constrangedores para as territorialidades dessas unidades familiares.

Os dados nos induzem a problematizar a ação da prática mineradora promovida, principalmente pela Vale, que reforçam as contradições da sua própria atividade, que causam problemas ambientais ao converter os bens comuns em uma lógica de acumulação permanente. Como consequência intensificam-se os conflitos territoriais e, contraditoriamente, promovem a permanência na terra.

Nesse ínterim, ressalta-se a ideia de a agricultura camponesa ainda permanece viva e ativa, ao que chamamos de franja da Mineração. As fricções territoriais entre os agricultores e a mineradora são faces da Amazônia contemporânea, porém não podemos deixar de registrar um passado - tempo da castanha - que colocou a prova as engenhosas estratégias territoriais do campesinato em r-existir nas terras e florestas de trabalho.

Portanto, apresentamos no presente trabalho norteamentos que envolvem a questão agrária na Amazônia. Principalmente dos vieses que envolvem as Unidades de conservação, territórios camponeses e a exploração da *commodity* mineral em Carajás no Pará.

(Parauapebas e Ananindeua, Agosto de 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. **Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais.** In: ALMEIDA, A.W.B et all. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010. p. 179-210

ALMEIDA, R. A. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas.** In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). *Campesinato e territórios em disputa.* 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** São Paulo: Editora: Ática, 1997.

BRINGEL, Fabiano Oliveira. **Fronteira capitalista, campesinato e trabalho – apontamentos na amazônia.** São Paulo: Outras Expressões. *Revista Terceira Margem Amazônia.* Vol.I nº01, 2012. (30/11).

_____, **Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia- Uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará.** 2015. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo: Annablume, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática.** In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia.* Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983 a, p. 46-81

BUNKER, Stephen. **Os Fatores Espaciais e Materiais da Produção e os Mercados Globais.** In: COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia* Belém: NAEA, 2007b. p. 65-96

BUNKER, Stephen. **Da castanha-do-pará ao ferro: Os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira.** In: COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia* Belém: NAEA, 2007a, p. 105-137.

CARVAJAL, Fray G. de. **Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas**. Edición y notas de Nieves Pinillos Iglesias, realizada para Babelia, Madrid, 2011.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1982.

CHAMBOULEYRON. “**Mazelas da Fazenda real na Amazônia seiscentista**”. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & ALVES, Moema Bacelar (orgs.). Tesouros da Memória. História e patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda/MABE, 2009, pp. 13-28.

CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade – a propósito de formas de trabalho na Amazônia**. Belém: Revista do NAEA/UFPA, nº97, julho de 2017.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto grande carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá: ed. Iguana, 2015.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. 1 ed. Belém: NAEA, 2007.p. 34

CHAYANOV. A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.). Chayanov e o campesinato. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. Ed., São Paulo: HUCITEC, 2008. 199p.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. & MARQUES, Marta, I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela /Paz e Terra, 2004, p. 273-291.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no Território dos Territórios. In: PAULINO, Eliane. T. & FABRINI, João. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista Campo-Território**, v. 1, nº2, pp.19-40, 2006.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2011.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**, São Paulo, Marco Zero, 1994.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, Ricardo Júnior Assis Fernandes. **Mineração em grande escala, disputas pelo subsolo e o espaço agrário fraturado em Goiás**, Brasil. *Revista de Geografia*, v. 36, nº2, pp. 01-20, 2019.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; SOUZA, César Augusto Martins de. **Feiras em Altamira, Pará: confluência de universos de significação**. *Amazonica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 2, n. 1, p. 142-160, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v2i1.345>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2136>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HÉBETTE, Jean. MAGALHÃES, Sônia Barbosa. MANESCHY, Maria Cristina. Introdução: contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, C (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 29-45.

HALL, Anthony L. **Amazônia- Desenvolvimento para quem ? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)**. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1991 301 p.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, R. de A. **Derrubadas de castanheiras no sul do Pará.** Gazeta Mercantil do Pará, Belém, 23 set. 1998. p.2

MACEDO, Catia Oliveira. **Diferenciação Sócio-Econômica e Campesinato: O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IANNI, O. **Relações de produção e proletariado rural.** In.: SZMRECSÁNYI, T & QUEDA, O. (ORGs). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. **Tempo e Trajetórias: reflexões sobre as representações camponesas.** In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: Edufpa, 2002.

MILANEZ, Bruno et. al. **Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba.** Versos – Textos para Discussão PoEMAS, v.3, nº1, p.1-114, 2019. <http://www.ufjf.br/poemas/versos/edicoes/>.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existências pelo caminho do Ferro na Amazônia.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Tradução Anton P. Carr, Lígia Cardieri. São Paulo: Ubu, 2018.

LEFEBVRE Henri, **Lógica formal, lógica dialética,** Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995.

LASCHEFSKI, K.A **Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): desastres como meio de acumulação por despossessão.** Ambientes, [s.i], v.2,n1 p.98-143, 1ª sem. De 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia científica.** Editora Atlas S.A. São Paulo, 2003.

LAMOSO, L. P. **Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 718-736, dez. 2017. ISSN 2179-0892

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 1992

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia**. Revista do Instituto de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, p. 41-91, 1967b.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 178 p.

PALHETA, João Marcio da Silva. NETO, Cristian Nunes Oliveira. Conflitos pelos usos do território na Amazônia Oriental, **Mercator**, v.16, nº 16, pp. 01-29, 2017.

PALHETA, João Marcio da Silva; MEDEIROS, Gláucia Rodrigues Nascimento; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia e Mineração no Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, v. 1, nº 1, pp. 01-12, 2014.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>>. Acesso em 19/01/2021.

PROST, Catherine; SANTOS, Mario Alberto. **Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC**. Novos Cadernos NAEA, v. 19, nº 1, pp. 143-158, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RICARDO, F. & ROLLA, A. (Org.) **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2005.

_____ **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

SAQUET, Marcos. Proposições para estudos territoriais, **Geographia**, nº 15, pp. 71-85, 2006.

SILVA, Marcos Alexandre P. da; MIRANDA, Rogério Rego; AMARAL, Márcio Douglas Brito; SUZUKI, Júlio César; ARAÚJO, Gilvan C. C. de (org.). **Por outras regiões, para outras amazônias: cidades, geopolítica da mineração e lutas por território**. São Paulo: USP: UNIFESSPA: UFPA, 2023. E-book (237 p.). Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1216>. Acesso em: .

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais. Minas Gerais, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SHANIN, Teodor. **The Nature and logic of the peasant economy**. *The journal of Peasant Studies*. London, v.1, nº 1-2, 1973-1974.

SVAMPA, Maristela. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. **Latin America South Atlantic Quaterly**, v. 114, nº 1, pp. 65-82, 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. **Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais**. In: _____ (Org.). *A insustentável*

leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Do boom ao pós-boom das commodities: comportamento do setor mineral do Brasil**. PoEMAS, v. 1, nº 1, pp. 1-7, 2017.

_____. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: PPGeo/UFRJ. 2008 (Dissertação de Mestrado).

WOORTMANN, K. **A Transformação da Subordinação**. Anuário Antropológico/81, Rio de Janeiro, p. 204-229, 1983.

_____. **Com Parente não se Negueia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1990

_____. **Migração, Família e Campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, n.1, p. 35-53, 1990.

Anexos 01: Questionário para Entrevista.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -PPGG

Mapeamento da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado- Parauapebas-Pa.

Entrevistado: _____

A terra é titulada: () Sim _____ () Não

Participa de alguma organização ou grupo comunitário?

() Cooperativa () Associação () sindicato () outros:

Especificar _____

Renda Familiar Mensal:

() Aposentado () Bolsa Governo Federal () Assalariado onde?

_____ () Ajuda de Parente () Comércio

Atividade Agrícola na APA:

Tem roça () sim () não

Porque: _____

Quem Participa da Atividade agrícola e

porque? _____

Teve acesso a crédito agrícola? () não () sim, Qual:

Teve assistência técnica

agrícola? _____

Como tem Acesso a sementes,

mudas? _____

Quais as atividades coletivas na APA

Qual a importância da terra para você?

Como você chegou até a APA e como surgiu a APA ?

O que produzem na Terra? E como é feita a comercialização?

Você considera positiva a relação com a VALE, sim ou Não Porque:

Ao longo desse tempo, quais ações a VALE implementou na APA do Gelado?

Outras Informações:

